

**Maria de Jesus Corrêa dos Prazeres**

**CULTIVANDO SONHOS:**

A Escola Nacional de Formação da CONTAG no Estado do Pará, Brasil.

**Belém, PA  
2014**

**Maria de Jesus Corrêa dos Prazeres**

**CULTIVANDO SONHOS:**

A Escola Nacional de Formação da CONTAG no Estado do Pará, Brasil.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Co-orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis.

**Belém, PA  
2014**

**Maria de Jesus Corrêa dos Prazeres**

**CULTIVANDO SONHOS:**

A Escola Nacional de Formação da CONTAG no Estado do Pará, Brasil.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: 15/12/2014

**Banca Examinadora**

Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (Orientador)  
Titulação: Pós Doutor pela Columbia Universtiy In New City

Dr. William Santos de Assis (Co-Orientador)  
Titulação: Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ.

Dr. Heribert Schmitz (Membro Interno)  
Titulação: Pós Doutor pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim

Dr. Salomão Antônio Muffarrej Hage (Membro Externo)  
Titulação: Doutor pela Universidade de Wisconsin-Madison dos Estados Unidos.

Dedico este trabalho a todos que acreditam na  
força da educação e que se propõem a lutar por  
vida digna no campo.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida;

À minha família, aos meus pais, Sandoval dos Prazeres (*in memorian*) e principalmente a minha querida mãe, Júlia Corrêa dos Prazeres, pelo amor incondicional, pela educação, apoio e incentivo constante ao longo de toda minha trajetória, sou muito grata;

Aos meus irmãos: Domingos, Isac, Ivan, Victor, sobretudo, ao Assis, Mari e Sueli pelo incentivo e apoio durante esta etapa de formação;

Aos meus cunhados, em especial, ao Eraldo, pela força e pelas sugestões de análise e escrita;

Aos meus sobrinhos, especialmente à Selena, Saulo Daniel e Marcos;

Aos tios Antônio Gaia e Naide, pelo apoio;

À CAPES, pela concessão da bolsa no período de curso;

Ao meu orientador, Professor Dr. Gutemberg Diniz Guerra, por seus valorosos ensinamentos e contribuições do início ao fim deste trabalho, por suas críticas que me ajudaram a ir além do que eu imaginava que pudesse ir, por sua confiança, escuta, por sua compreensão e dedicação no que se propõe a fazer - educar, minha eterna gratidão;

Ao meu co-orientador, Professor Dr. William Santos de Assis, pelas oportunidades oferecidas, por ter acreditado em mim, pelos ensinamentos em campo, por suas contribuições nos momentos de definição do objeto, por suas críticas que me indicaram caminhos, por sua compreensão, minha gratidão;

A todos os professores que eu tive a honra de compartilhar momentos de ensino e aprendizagem: Dalva Mota, Flávio Barros, Heribert Schmitz, Noemi Porro e Paulo Martins.

Aos meus queridos colegas e amigos de curso: Jamile, Marina, Anderson, Thiago, Mário, Rosinaldo, Nashira, Amanda, Lucélia, Marconi, Elielson, Heldiane, Mayra, Joana, Junior, em especial, à Andreia, Iran, Chirles e Pedro, obrigada pelo convívio, companheirismo e contribuições;

Ao querido Francisco de Assis Solidade da Costa, presidente da FETAGRI, por ter me proporcionado espaços de convivência e apoio constante para a realização desta pesquisa; meu sincero agradecimento;

Aos queridos amigos: Helena, Elaine, Zezé, Mírian e Rafael, aqueles com quem sempre pude contar, minha enorme gratidão;

Ao Mano, pelas grandes contribuições e ensinamentos;

Aos trabalhadores (as) rurais, lideranças e dirigentes sindicais pela concessão das entrevistas;

Aos funcionários da CUT e FETAGRI: Cris, Mara, Kal Marx, Rosa, Zuleide, Zeca, Laís, João, Getúlio, pelo carinho e apoio;

Aos diretores e lideranças sindicais, pelas contribuições: Carlos Augusto, João de Jesus, Euci Ana, Rita, Libório, Moisés, Carlitinho, Benildo, ...

Aos diretores da CONTAG: Dorenice e Juraci;

À Rosemeri Scalabrin, Cleidine Costa, Maria do Socorro Silva, Antenor, César e Alexandre Merrém pelas contribuições e sugestões;

A Professora Socorro Hage, pelas contribuições e incentivo;

Aos Professores Francisco Antônio Pereira e Lílian Amador, pela força e apoio constante, minha gratidão;

Ao querido Haroldo, Sra. Alzira e Sr. Haroldo Benassuly pelo apoio;

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Secretarias que compõe a Executiva Estadual da FETAGRI-PA .....	21
Mapa 1	Regionais da FETAGRI-PA .....	22
Quadro 1	As Regionais da FETAGRI-PA e seus sindicatos .....	23
Quadro 2	Identificação dos entrevistados da pesquisa .....	25
Figura 2	III Grito da Terra Brasil, Belém .....	49
Figura 3	III Marcha das Margaridas, Brasília .....	51
Quadro 3	Marcha das Margaridas, Brasília-DF .....	52
Quadro 4	Presidentes e Secretários de Formação da FETAGRI (1968 a 2017) .....	65
Quadro 5	Atividades de ação/formação .....	67
Figura 4	Itinerário dos cursos da ENFOC no Pará .....	81
Quadro 6	A participação de alunos do Pará nos Cursos Nacionais .....	83
Quadro 7	A participação de alunos do Pará nos Curso Região Norte .....	83
Quadro 8	A participação de alunos nos Cursos Estaduais.....	84
Quadro 9	A participação de alunos nos Cursos Regionais do Estado do Pará.....	84
Quadro 10	A participação de alunos nos Cursos Microrregionais .....	85
Quadro 11	A participação dos alunos nos Cursos Municipais.....	86
Quadro 12	Os Grupos de Estudos Sindicais no Estado do Pará.....	86
Quadro 13	Síntese das formações no Estado do Pará .....	87
Quadro 14	A ENFOC no contexto nacional (2006 a 2013) .....	88
Figura 5	Jornada Pedagógica, Placas .....	91
Figura 6	Visita Pedagógica à Fábrica de Chocolate, Medicilândia .....	94
Figura 7	Visita Pedagógica à produção agrícola de cacau – Medicilândia .....	95
Mapa 2	I Jornada Pedagógica da ENFOC .....	97
Figura 8	Visita Pedagógica à construção da H. de Belo Monte – Altamira.....	98
Mapa 3	II Jornada Pedagógica da ENFOC .....	101
Figura 9	II Jornada Pedagógica da ENFOC, Castanhal .....	102
Figura 10	1º GES no Estado do Pará, Tailândia .....	107
Quadro 15	Dirigente, sexo, período de mandato, tempo de permanência na FETAGRI .....	113

## **LISTA DE SIGLAS**

AP- Ação Popular.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CONCLAT- Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores (as) na Agricultura.

CNTR - Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DRP – Diagnóstico Rápido e Participativo.

ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG.

FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FETAGRI-PA – Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Estado do Pará.

FETAGS – Federações de Trabalhadores (as) na Agricultura.

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

FNO- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

GES - Grupo de Estudos Sindicais.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico.

GTB – Grito da Terra Brasil.

IADESIL - Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre.

ICT - Instituto Cultural do Trabalho.

MEB - Movimento Educação de Base.

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.



PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PNF – Política Nacional de Formação.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRO-RURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

SAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura do Pará.

SAR - Serviço de Assistência Rural.

SUS – Sistema Único de Saúde.

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

UEPA- Universidade do Estado do Pará.

UFPA- Universidade Federal do Pará.

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

ULTAP - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará.

UVA- Universidade Estadual Vale do Acaraú.

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os processos de formação desenvolvidos pela ENFOC no Estado do Pará e suas interferências nas práticas sindicais. Nesta, priorizou-se o Estudo de Caso, privilegiando o enfoque qualitativo. Na mesma não houve preocupações fundamentais com tratamentos estatísticos e de quantificação dos dados em termos de representação numérica. O recorte temporal foi de 2006-2013, período em que a ENFOC no estado se expandiu, se tornando referência no cenário sindical brasileiro ao introduzir como metodologia de ensino as Jornadas Pedagógicas, além de ter sido pioneiro na realização de Cursos Regionais, Microrregionais e Municipais. Baseou-se em documentos históricos e entrevistas com diferentes atores que integram o MSTTR. Foram realizadas 15 entrevistas. Considerando as reflexões fomentadas por esta escola no que diz respeito às transformações de práticas sindicais incoerentes com a luta do movimento, fez-se o questionamento de quais seriam as interferências dos processos formativos desenvolvidos pela ENFOC nas práticas daqueles que integram o MSTTR paraense, enfocando a democratização dos espaços sindicais e a renovação de lideranças. A pesquisa apontou que esta escola, ao introduzir debates que estão diretamente ligados às suas práticas e ações, tem promovido alterações nas organizações sindicais no sentido de ampliar a participação dos trabalhadores rurais nas instâncias deliberativas e consultivas do movimento, motivou a renovação de dirigentes e lideranças nas organizações sindicais tanto no nível municipal como no estadual e, sobretudo, foi um indicador de mudanças e de fortalecimento da base sindical. Evidenciam-se elementos de positividade e de limites desta escola no estado. Por fim, apresentam-se novas questões a serem consideradas e refletidas pelas organizações sindicais.

**Palavras-chave:** Educação popular. Formação sindical. Sindicalismo rural. Campesinato.

## ABSTRACT

The present research aimed to analyze the training processes developed by ENFOC in the State of Pará and its interference in trade union practices. In this, priority was the Case Study, focusing on the qualitative approach. In the study, there were no fundamental concerns with the processing and quantification of statistical data in terms of numerical representation. The time frame was 2006-2013, during which the ENFOC expanded in the state, becoming a reference in the Brazilian labor scenario by introducing the "Pedagogical Days" as teaching methodology, and has been a pioneer in conducting Regional, Micro-Regional and Municipal Courses. It is based on historical documents and interviews with different actors that integrate the MSTTR. 15 interviews were conducted. Considering the reflections promoted by this school in regard of changes of union practices that are inconsistent with the struggle of the movement, there was the question of what would be the interferences of the formation processes developed by ENFOC in the practices of those who are part of the MSTTR of the State of Pará, focusing on the democratization of trade union spaces and the renewal of leadership. The survey showed that this school introduced debates that are directly linked to their practices and actions, leading to a contribution to a change in trade union organizations to increase the participation of rural workers in the deliberative and consultative bodies of the movement, as well as motivating the renewal of managers and leaders in trade union organizations both at the municipal and state levels, and, above all, was an indicator of the change and the strengthening the union base. There is evidence of positivity and limitation elements of this school in the state. Finally, there is a presentation of new issues to be considered and reflected by the unions.

**Keywords:** Popular education. Labor training. Rural unionism. Peasantry.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	A RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO.....	19
1.2	SITUANDO O OBJETO DE PESQUISA.....	21
<b>1.2.1</b>	<b>O contexto da pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>24</b>
<b>2.</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES (AS) RURAIS.....</b>	<b>30</b>
2.1	UMA BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES (AS) RURAIS.....	30
<b>3.</b>	<b>A FORMAÇÃO E AS MOBILIZAÇÕES DE MASSA DOS TRABALHADORES RURAIS.....</b>	<b>44</b>
3.1	O GRITO DA TERRA PARÁ.....	44
3.2	A MARCHA DAS MARGARIDAS .....	50
<b>4.</b>	<b>ANTECEDENTES À ENFOC NO PARÁ.....</b>	<b>56</b>
<b>5.</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA ENFOC .....</b>	<b>71</b>
5.1	OS ELEMENTOS QUE FAVORECERAM À SUA CRIAÇÃO .....	71
5.2	A ENFOC E SUAS PROPOSIÇÕES NO ESTADO DO PARÁ: como ela se constrói na prática.....	81
5.3	AS AÇÕES PEDAGÓGICAS DA ENFOC .....	94
5.4	OS GRUPOS DE ESTUDOS SINDICAIS NO PARÁ.....	105
5.5	A ENFOC E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PRÁTICA SINDICAL.....	112
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O 9º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aprovou a criação de uma escola sindical visando oferecer atividades voltadas para a formação de dirigentes, lideranças e assessores ligados ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) na perspectiva de uma formação militante, permanente e processual.

Esta escola foi inaugurada em Brasília no dia 14 de agosto de 2006, com a realização de sua primeira turma nacional de formação. Recebeu a denominação de Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) e tem como lema: “*ENFOC, lugar de transformação política*”. Formação e/ou processos formativos são termos legitimados pelo movimento sindical para todo o processo educativo e pedagógico realizado por esta escola.

A ENFOC difere do modelo de escola oficial não apenas quanto ao aspecto de estrutura física, conteúdos, objetivos e metodologia, mas, sobretudo, por suas concepções. Trabalha na perspectiva de uma educação para a libertação e emancipação dos sujeitos (FREIRE, 2011a). É uma escola itinerante, não se realiza em um único espaço e nem de uma única maneira.

Esta escola nasce em torno das exigências do MSTTR em ampliar a capacidade político organizativa dos dirigentes e lideranças sindicais, para a construção de um movimento classista, combativo e de intervenção. Essas exigências, contidas no Projeto Político e Pedagógico da ENFOC (CONTAG, 2008), pautam a necessidade de um processo de construção de conhecimentos e informações que possam auxiliar as práticas sindicais nos diferentes níveis da organização, o que pressupõe realizar ações formativas tendo como centralidade a dimensão transformadora.

A ENFOC tem a proposta de ser um instrumento motivador de mudanças nas práticas políticas daqueles que integram o MSTTR, sendo necessário “... ampliar os olhares, mudar atitudes, qualificar ações e bandeiras de lutas, reavaliar comportamentos individuais, coletivos e organizativos de modo a favorecer o exercício de novas práticas” (CONTAG, 2008, p. 11). Por isso, em suas atividades formativas, esta escola vem introduzindo debates sobre a democratização dos espaços de gestão sindical com enfoque para a renovação de lideranças e o estímulo à participação dos trabalhadores nas organizações. Esses debates carregam intencionalidade política, na medida em que podem influenciar mudanças efetivas.

Nela se trabalha a estratégia da formação de educadores populares, com o objetivo de multiplicar as experiências formativas da escola até chegar às comunidades rurais, com a construção dos Grupos de Estudos Sindicais (GES). Os GES não são cursos, mas espaços construídos localmente e fomentados por aqueles que participaram das formações, se constituindo em ambiente de estudo e de debate das demandas locais.

A metodologia utilizada nesta escola teve inspiração nos princípios da educação popular (FREIRE; NOGUEIRA, 2001), na perspectiva de construção coletiva do conhecimento, a partir dos saberes, experiências e vivências dos participantes. Foram construídos eixos temáticos para os cursos, mas no processo de recriação nos estados, outros conteúdos e temas são acrescentados e incorporados, levando em consideração o contexto local.

A noção de formação e/ou processos pedagógicos da ENFOC tem a ver com o conjunto de atividades e ações desenvolvidas regularmente nos cursos na perspectiva de qualificação contínua dos participantes, sendo estas atividades consideradas educativas porque amplia o horizonte de compreensão daqueles que participam do processo da crítica e autocrítica.

A expressão formação sindical é utilizada para designar o conjunto das atividades desenvolvidas pela ENFOC, é pensada como parte de um campo maior, a educação, concebendo-a como “[...] resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisório onde isso pode acontecer” (BRANDÃO, 2007, p. 47). A educação consiste num “[...] processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte” (p.64).

Freire (2011b) reflete sobre a possibilidade de pensar a educação como instrumento de libertação, aquela que liberta o homem de sua condição de passividade e o insere como força transformadora na sociedade. A educação, nesta perspectiva é considerada como instrumento capaz de despertar nos seres humanos a possibilidade de mudanças e transformações necessárias através da problematização de suas realidades.

Foi construído um itinerário<sup>1</sup> para os cursos: turmas nacionais, turmas regionais (por região do país) e turmas estaduais. Os cursos nacionais e regionais carregam característica de formação de formadores, tendo em vista a qualificação dos educandos para os processos de

---

<sup>1</sup> O termo itinerário está sendo empregado para designar o percurso das formações.

recriação nos estados. A esse processo designa-se *Multiplicação Criativa*, que consiste em multiplicar as experiências formativas nos locais de militância e atuação.

No Estado do Pará, a ENFOC iniciou-se no ano de 2009, em Belém, com a realização de sua primeira turma estadual. A partir desse momento, a Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) através de sua Secretaria de Formação e Organização Sindical vem promovendo cursos direcionados à sua categoria por meio da ENFOC “tornando-a principal instrumento na efetivação de demandas relacionadas à formação político-sindical” (CONTAG, 2008, p.13).

No Estado do Pará esta escola apresentou um diferencial. Além da materialização dos cursos nacionais, regionais (regiões do país) e estaduais, propôs e efetivou a criação de turmas regionais (regiões do estado), microrregionais e municipais, criou mais de vinte GES e se destacou no cenário sindical brasileiro por introduzir no processo formativo as Jornadas Pedagógicas, ações metodológicas que permitem vivenciar diferentes realidades.

A ENFOC no Pará em sua forma de promover os debates sobre diversos temas por meio de um processo dialógico e participativo permite aos educandos a compreensão da realidade. Esta realidade que é social e histórica, em Freire (2011a) precisa ser problematizada, capaz de despertar nos educandos a sua capacidade de pensá-la, compreender as suas contradições num processo de reflexão, análise crítica, de rever posicionamentos, de desconstruir ideias, posturas, quebrar tabus “... a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança” (FREIRE, 2011a, p.123).

A ENFOC é uma escola que “[...] bebe nas fontes históricas da educação popular, nas histórias de resistência e luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, e também, na prática cotidiana do movimento sindical” (CONTAG, 2008, p.7). Educação popular, segundo a compreensão de Freire; Nogueira (2001, p.19) é o “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares...”. Esta educação destinada às classes populares, desfavorecidas social e economicamente, oferece-lhes a possibilidade de intervenção no contexto social. Esta intervenção estaria relacionada à compreensão do mundo para o exercício do poder, à conscientização do sujeito como promotor de possíveis mudanças. Para os autores acima citados, estas mudanças seriam possíveis na medida em que as pessoas organizadas e conscientes tendem a posicionar-se frente aos problemas e pautar outras condições de vida. Esta proposta de educação demonstra que efetivamente pode contribuir

para se alcançar modificações porque é enraizada num processo histórico das lutas dos trabalhadores.

É na teia da constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador (como sujeito coletivo). Essa aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embates envolve ensinamentos adquiridos através da vivência, mas também está perpassada por um conjunto de práticas e experiências educativas mais sistemáticas, realizadas em espaços de troca, reflexão e teorização (MANFREDI, 1996, p.23).

A ENFOC por meio dos princípios da educação popular busca despertar no ser humano a capacidade de conscientização, de proposição e de resistência à estrutura social vigente, quer apontar caminhos alternativos para que as classes populares possam protagonizar suas vidas dignamente. Ao mesmo tempo, quer promover a reflexão das práticas internas dos dirigentes sindicais no sentido de repensar e/ou desconstruir posturas e comportamentos enraizados no conservadorismo, que tem impedido a renovação de lideranças na organização sindical “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.39).

Embora existam estudos significativos envolvendo a temática formação sindical, observa-se que tais pesquisas com recorte no Estado do Pará apresentam-se de forma tímida, o que nos leva a apontar a necessidade de estudos com esta abordagem.

Salienta-se que a ENFOC nasce num contexto em que a sociedade brasileira enfrenta a corrupção na política, no setor público e privado, o nepotismo, convive-se com a prática autoritária e assédio moral nas organizações, atitudes antidemocráticas no ambiente de trabalho e aplicação indevida das verbas públicas. Vive-se numa era de perda dos valores humanos como a solidariedade, a ética, o respeito e o compromisso com a justiça social. As organizações sindicais como o STTR e FETAGRI-PA não ignoram estes problemas, como observado em seu documento (FETAGRI, 2013, p.2):

Atualmente, algumas práticas sindicais autoritárias e antidemocráticas exercidas por alguns dirigentes sindicais, que se apropriam da representação sindical para seus interesses pessoais tratando as entidades sindicais como se fosse extensão de seu patrimônio, inclusive indicando e mantendo no quadro de direção, familiares e funcionários da entidade, essas práticas não afirmam o projeto coletivo, solidário e de unidade do MSTTR paraense, tampouco estimulam ou possibilitam a renovação nos cargos de direção e o surgimento de novas lideranças, a participação do conjunto da base e o cumprimento das deliberações das instâncias do movimento sindical paraense.



Este trecho do documento denuncia a existência de práticas antidemocráticas no interior do movimento sindical, com a sobreposição de interesse pessoal sobre o coletivo, permanência de lideranças nas direções de sindicatos e federações por longos períodos, a sucessão nos cargos de pessoas da mesma família. Estes são aspectos identificados no MSTTR paraense que impedem a democratização dos espaços sindicais e a renovação de seus dirigentes, contrapondo-se ao seu projeto coletivo. Esses aspectos nos chamam a atenção porque estas entidades historicamente se constituem em organizações de denuncia e enfrentamento a estas mesmas práticas, realizando severas críticas à estrutura patronal e estatal, muito embora, em seu interior essas práticas persistem e se perpetuam ao longo do tempo.

D'Incao e Roy (1995) salientam a existência de relações de dominação no seio de coletividades, daí a necessidade de "... recriação das relações de dominação em relações de igualdade, ou democráticas..." (D'INCAO; ROY, 1995, p.257). Considerando que a realidade apresenta contradições e, não sendo estática, é possível a participação democrática com base no respeito, no diálogo, na partilha de objetivos comuns, a partir do exercício "... da liberdade e da autonomia..." (p.67).

As práticas sindicais foram objeto de análise nesta pesquisa, focando especificamente no aspecto da democratização dos espaços sindicais.

A pesquisa teve como problema o seguinte questionamento: Quais as interferências da formação desenvolvida pela ENFOC nas práticas sindicais dos dirigentes e lideranças que participaram da escola no Estado do Pará?

Esta análise pretende ser uma contribuição ao estudo sobre formação sindical de trabalhadores rurais, tendo como objetivo geral: Analisar os processos de formação desenvolvidos pela ENFOC no Estado do Pará, do ponto de vista de diferentes atores (dirigentes, lideranças, assessores e colaboradores), para entender as suas interferências nas práticas sindicais daqueles que integram o MSTTR. Seguindo nesta linha de raciocínio, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: contextualizar o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais para compreender a articulação entre as ações educativas e as ações coletivas; identificar as propostas de formações desenvolvidas pela ENFOC no Pará para compreender como ela se materializa efetivamente e sua interferência na prática sindical; analisar os elementos de positividade e de limites da ENFOC no Estado.

Este trabalho está organizado em quatro partes, divididas em cinco capítulos:

A primeira parte contém a relação com o objeto de estudo, situando o contexto da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados. Na segunda, apresenta-se a contextualização do Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais. Contém também uma abordagem histórica da formação e das mobilizações de massa dos trabalhadores rurais como o Grito da Terra e Marcha das Margaridas enquanto elementos constitutivos da prática política de formação e reprodução da militância. A terceira parte contém aspectos sobre a formação de trabalhadores rurais no Estado do Pará. A última aborda a construção da ENFOC, os elementos que favoreceram a sua criação, as proposições da ENFOC do Estado do Pará, como ela se materializa e seus desdobramentos nas práticas sindicais, evidenciando as suas ações pedagógicas.

**PARTE I**

**A RELAÇÃO COM O OBJETO, CENÁRIO DA PESQUISA E  
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.**

## 1.1 A RELAÇÃO COM O OBJETO

Tenho formação em Magistério (Ensino Médio), Graduação em Pedagogia e Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

O início de minha caminhada profissional se deu quando fui convidada a trabalhar em um projeto de elevação de escolaridade de jovens e adultos, trabalhadores do campo e da cidade intitulado Projeto Cametá-Tapera, no município de Cametá no período de 2002 a 2004. Nesse espaço, tive contato com metodologias que até então desconhecia, inspiradas nas ideias de Paulo Freire, por meio da teia do conhecimento, da construção coletiva, do diálogo, da troca de experiências, a partir da valorização da cultura e dos saberes dos educandos. Foi à primeira experiência que me aproximou do debate sobre a educação popular.

No período de 2006 a 2011, mantive vínculo profissional com a FETAGRI-PA. Coordenei pedagogicamente o projeto “Formação de Multiplicadores (as) em gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos”, através do Convênio nº 3725/2004 entre o Ministério da Saúde e a CONTAG. Este projeto popularmente conhecido como “Projeto Saúde e Gênero no Campo”, desenvolvido pela CONTAG e FETAG’S sub-conveniadas, foi inicialmente implantado em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal, abrangendo 133 municípios, com o objetivo de fortalecer o debate sobre o direito à saúde no meio rural, incluindo temáticas como direitos sexuais e reprodutivos, o controle social das políticas públicas, violência contra a mulher, igualdade de gênero, preconceito e discriminação racial. No Pará este projeto iniciou em 2005 e abrangeu 08 municípios da Região Bragantina: Irituia, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Ourém, Salinópolis, São Domingos do Capim, Santa Luzia do Pará e Viseu. Foram realizados seminários, oficinas, Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), cursos nacionais e regionais, oficinas de formação para lideranças multiplicadoras e ações de massa. Como resultado, este projeto contribuiu para a construção da I Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, instituída pela Portaria nº 2.866 de 2011 e pactuada pela Comissão Inter-gestores Tripartite através da Resolução nº 3 de 2011.

Ao mesmo tempo, desempenhei outra função. Fui assessora da Secretaria de Mulheres da FETAGRI-PA e constantemente era convidada a participar dos cursos de formação da ENFOC no estado de maneira a contribuir na organização e sistematização dos cursos. Esse acompanhar me despertou a curiosidade e o interesse em entender esta escola, como ela vinha se constituindo, suas concepções, metodologias e resultados. Isso graças ao convite feito pelo

então Secretário de Formação e Organização Sindical, Francisco de Assis Solidade da Costa e de sua assessora Helena Ferreira Cruz, ex-diretora da FETAGRI-PA, pois se pretendia envolver na materialização da ENFOC todas as secretarias e assessorias que compunham a federação. Na época, alguns assessores e dirigentes se envolveram, outros não sob a justificativa de que as secretarias tinham seus trabalhos específicos, o que dificultava o acompanhamento da escola.

Na condição de assessora, acompanhei o desenvolvimento do projeto “Fomento de políticas públicas de prevenção, combate e enfrentamento à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais e de prevenção do câncer de mama” executado nos anos de 2007/2008, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. Este projeto foi implantado em 5 municípios rurais de diferentes estados. No Pará, este se desenvolveu no Município de Mocajuba, atendendo mulheres assentadas, trabalhadoras rurais, agricultoras, assalariadas, quilombolas e ribeirinhas. Realizaram-se formações através de oficinas e seminários, que contribuíram para o aprofundamento do debate sobre a violência contra as mulheres, o conhecimento da Lei Maria da Penha, das políticas de combate à violência contra as mulheres e das políticas de prevenção contra o câncer de mama e colo do útero.

Acompanhei ainda o projeto “Organização Produtiva de Mulheres Rurais”, Convênio nº 109/2007 e o projeto “Empreendedorismo das Mulheres Rurais do Estado do Pará”, Convênio nº 306/2008, ambos entre a FETAGRI-PA e a Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), que tinha como objetivo fortalecer os grupos produtivos de mulheres rurais, incentivando as suas produções de biojóia, bombons regionais, geleias, hortaliças, apicultura e avicultura. Este projeto previa apoio financeiro para a compra de materiais, cursos de formação, acompanhamento e monitoramento.

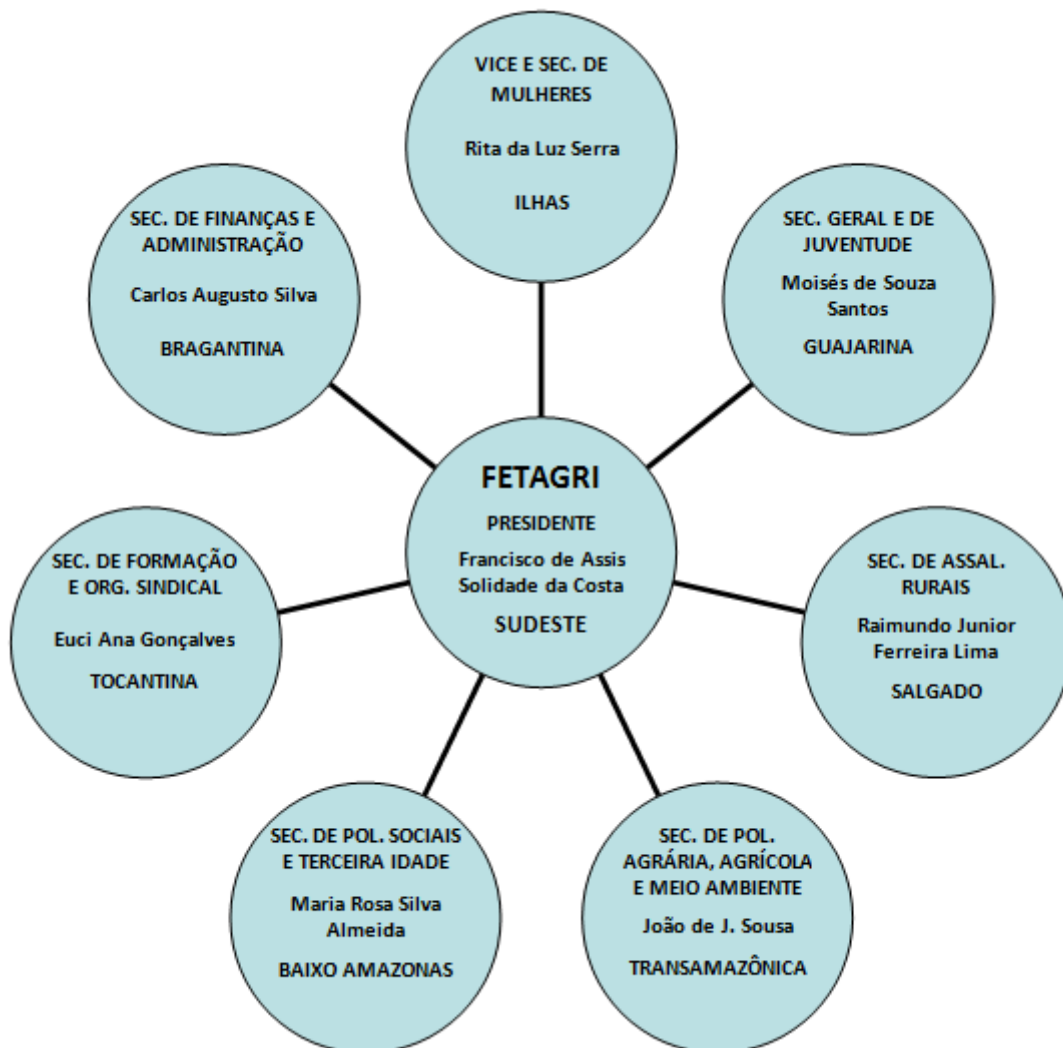
O período em que acompanhei algumas turmas da ENFOC no Estado me permitiu vivenciar e observar momentos de ensinamentos, de aprendizados, de amplitude de compreensões e pude refletir sobre a importância da formação na trajetória de luta dos trabalhadores rurais.

## 1.2 SITUANDO O OBJETO DE PESQUISA

### 1.2.1 O contexto da pesquisa

A FETAGRI-PA é organizada por uma diretoria executiva estadual composta por uma presidência e sete secretarias, conforme a figura 1.

Figura 1 - Secretarias que compõem a Executiva Estadual da FETAGRI.

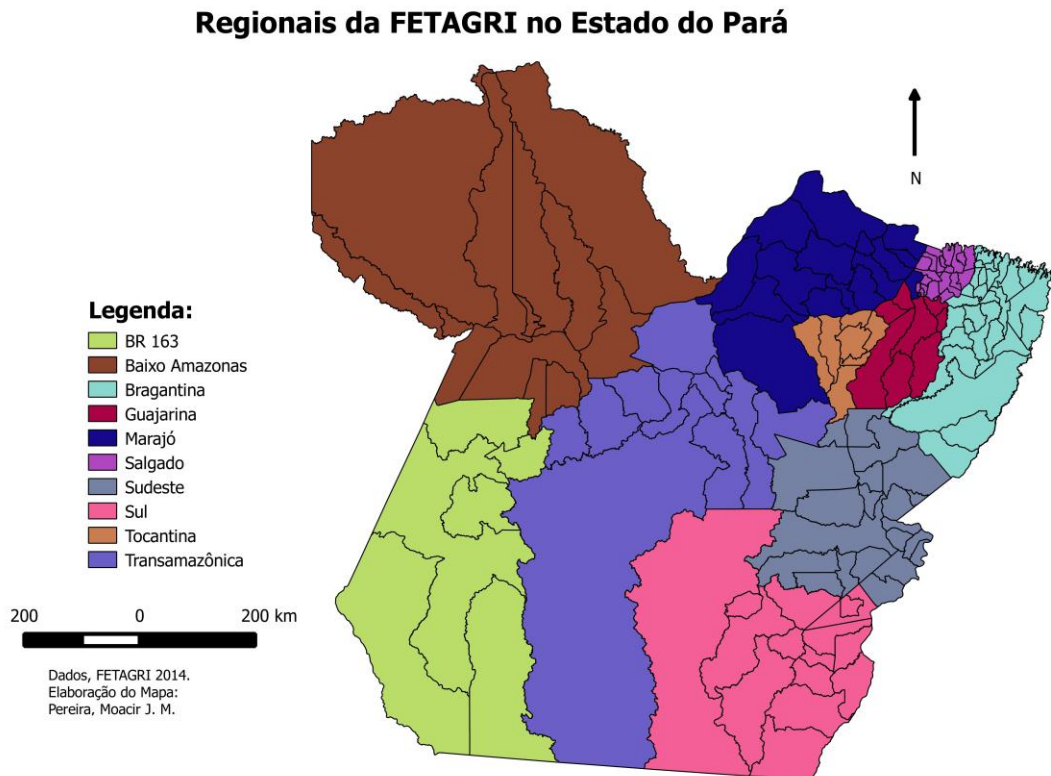


Organizado por M.J.C.P. Fonte: FETAGRI, 2014.

Segundo Amaral (2007, p.29), estas secretarias “... se orientam para o acompanhamento das políticas no estado e no nível municipal, construindo estratégias do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais”.

Além das secretarias, esta entidade é constituída por 10 coordenações regionais classificadas em: Baixo-Amazonas, BR163, Bragantina, Guajarina, Ilhas, Salgado, Sudeste, Sul, Transamazônica e Tocantina. Cada coordenação regional possui um (a) coordenador (a) regional e um (a) vice.

Mapa 1 - Regionais da FETAGRI.



Elaborado por PEREIRA, 2014. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Mapa 1 evidencia a composição das 10 regionais da FETAGRI-PA. As cores representam as diferenças entre uma regional e outra. A lógica desta divisão obedece ao componente político organizacional, tendo como base as articulações políticas de lideranças regionais e locais e, também pela própria dimensão do Estado do Pará no que se refere à sua extensão territorial. Em diversos casos obedecem a identidades regionais definidas como a do Sul e Sudeste do Pará que pleiteiam a sua emancipação como Estado do Carajás.

Os STTR's que compõem as 10 regionais da FETAGRI estão organizados da seguinte forma:

Quadro 1 - As Regionais da FETAGRI e seus sindicatos.

REGIONAIS	Nº de STTR'S	STTR/MUNICÍPIO
BAIXO AMAZONAS	13	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.
BR 163	6	Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.
BRAGANTINA	29	Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Domingos Capim, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Tracuateua, Ulianópolis e Viseu.
GUAJARINA	9	Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujarú, Concórdia do Pará, Mojú, Tailândia, Tomé Açu e SERMTAB (Sindicato de Empregados Rurais dos Municípios de Mojú, Tailândia e Breu Branco com sede localizada em Mojú).
ILHAS DO MARAJÓ	16	Afuá, Anajás, Breves, Belém, Cachoeira do Arari, Curralinho, Chaves, Gurupá, Muaná, Melgaço, Portel, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Soure, São Sebastião Boa Vista e Salvaterra.
SALGADO	18	Ananindeua, Benevides, Colares, Curuçá, Castanhal, Inhangapi, Igarapé-Açu, Marapanim, Maracanã, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Santo Antônio Tauá, Santa Bárbara, Santa Isabel, Vigia e Terra Alta.
SUDESTE	20	Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Goianésia, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Parauapebas, Rondon do Pará, São Geraldo Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João Araguaia e Tucuruí.
SUL	15	Água Azul do Norte, Banach, Cumarú do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D' Arco, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria Barreiras, São Félix Xingu, Santana do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.
TOCANTINA	7	Baião, Bagre, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Oeiras do Pará.
TRANSAMAZÔNICA	10	Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.
<b>TOTAL</b>		<b>143</b>

Atualizado por M.J.C.P. Fonte: FETAGRI.

Os cursos estaduais, regionais e microrregionais da ENFOC no Pará são organizados e realizados de acordo com esta lógica de divisão geográfica.



## 1.2.2 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se propôs a investigar os processos de formação desenvolvidos pela ENFOC e suas interferências nas práticas sindicais. Foi um exercício que nos permitiu, no âmbito da ciência, refletir e compreender sobre aspectos fundamentais da realidade estudada. Para isso, seguimos um conjunto de orientações e passos metodológicos que nos auxiliaram no desenvolvimento das atividades, no sentido de apreender a realidade em análise para a obtenção de resultados aproximados.

Considerando que o método Estudo de Caso permite “... uma análise detalhada de um caso individual” (BECKER, 1994, p. 117), nesta pesquisa priorizou-se este método para a compreensão de uma situação particular e em profundidade, a ENFOC no Estado do Pará, sobre o qual se levantou o maior número de dados e informações possíveis, com recorte temporal de 2006-2013.

O Estudo de Caso por ser “[...] caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo” (GIL, 1987, p. 78), nos propiciou conhecimento detalhado de como a ENFOC vem se constituindo no Estado do Pará, em que concepções ela se sustenta, a que sujeitos ela se destina, as suas ações pedagógicas e metodológicas e os seus efeitos nas práticas daqueles que participam do processo formativo.

Neste estudo, foi privilegiada a Pesquisa Qualitativa porque esta,

Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de interpretações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. (DENZIN, 2006, p. 17).

De acordo com Denzin (2006), a abordagem qualitativa enfoca as qualidades das entidades e organizações, sobre os processos de significados que não podem ser examinados ou medidos experimentalmente. A ênfase recai sobre “[...] a natureza socialmente construída da realidade” (DENZIN, 2006, p. 23).

Nesta pesquisa não houve preocupações fundamentais com tratamentos estatísticos e de quantificação dos dados em termos de representação numérica. Deu-se prioridade a entrevistas a pessoas envolvidas diretamente nos processos formativos, representativos do universo analisado.

Os entrevistados foram selecionados considerando a sua posição no MSTTR, a participação nos cursos e a sua atuação militante.

Quadro 2 - Identificação dos entrevistados segundo número, organização, cargo e sexo.

ENTREVISTADOS	ORGANIZAÇÃO	POSIÇÃO OCUPADA NO MSTTR	Nº DE ENTREVISTADOS	
			Homem	Mulher
Juraci Moreira Souto	CONTAG	Secretário de Formação e Organização Sindical.	Homem	
Dorenice Flor da Cruz	CONTAG	Secretária Geral.		Mulher
Francisco de Assis Solidade da Costa	FETAGRI-PA	Presidente.	Homem	
Carlos Augusto Santos Silva	FETAGRI-PA	Secretário de Administração e Finanças.	Homem	
Moisés de Souza Santos	FETAGRI-PA	Secretário Geral e Juventude Rural.	Homem	
João de Jesus Sousa	FETAGRI-PA	Secretário de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente.	Homem	
José de Vasconcelos Cunha	FETAGRI-PA	Assessor e Colaborador da ENFOC.	Homem	
Rita da Luz Serra	FETAGRI-PA	Vice-presidente e Secretária de Mulheres.		Mulher
Euci Ana da Costa Gonçalves	FETAGRI-PA	Secretária de Formação e Organização Sindical.		Mulher
Helena Ferreira da Cruz	FETAGRI-PA	Ex-dirigente, Assessora e Colaboradora da ENFOC.		Mulher
Ducilene Gaspar	FETAGRI e STTR	Vice-presidente e Secretária de Formação do STTR de Tailândia/ Vice-Coordenadora da FETAGRI Regional Guajarina.		Mulher
Carlos Silva Torres	STTR	Sócio do STTR de Viseu e Educador Popular da ENFOC	Homem	
Rafael da Silva Rocha	STTR	Sócio do STTR de Goianésia e Educador Popular da ENFOC	Homem	
Benildo Jonas Sousa de Holanda	STTR	Sócio, ex-dirigente do STTR de Ipixuna do Pará e Educador Popular da ENFOC	Homem	
Emmanuel Wambergue	COPSERVIÇOS	Integrante da Rede de Colaboradores da ENFOC.	Homem	
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS: 15</b>			<b>10</b>	<b>5</b>

Organizado por MJCP.

O Quadro 2 se refere à identificação dos entrevistados, com o nome dos entrevistados, organização, posição que ocupa no MSTTR e sexo.

Nesta pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada, pois esta técnica possibilita “[...] organizar um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e

às vezes até incentivada, que o entrevistado fale livremente sobre os assuntos que vão seguindo como desdobramentos do tema principal” (PÁDUA, 2012, p.70).

Priorizaram-se perguntas abertas por “[...] exigirem uma resposta pessoal, espontânea, do informante, trazem dados importantes para uma análise qualitativa, pois as alternativas de respostas não são todas previstas, como no caso das perguntas fechadas” (PÁDUA, 2012, p.74). Estas foram acompanhadas de um roteiro de questões que se encontram em anexo a esta dissertação. As falas relevantes e as similitudes entre as mesmas foram transcritas e depois analisadas.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: gravador, caderno de campo, máquina fotográfica, computador, mapas, quadros, deslocamento para os espaços e viagens aéreas.

O universo de pesquisa foi composto por: 2 dirigentes sindicais nacionais (um diretor e uma diretora); 1 presidente estadual (diretor), 5 diretores estaduais (duas diretoras e três diretores); 1 dirigente sindical regional (detrora), 3 lideranças sindicais municipais (três sócios de sindicatos); 2 assessores da FETAGRI (um assessor e uma assessora) e, 1 componente da rede de colaboradores da ENFOC no PA.

Os investigados foram identificados e organizados de acordo com a sua ocupação no MSTTR e sexo. Vários critérios foram utilizados para a escolha dos entrevistados. Privilegiaram-se dirigentes da CONTAG, FETAGRI e STTR’s, seus assessores atuantes na área de formação, lideranças sindicais, sócios de sindicatos que participaram da ENFOC em diferentes níveis e colaboradores da escola.

Os resultados das entrevistas foram satisfatórios. As entrevistas foram previamente programadas, mediante acordo e agenda dos entrevistados. Algumas entrevistas foram remarcadas devido à incompatibilidade de tempo nas agendas dos entrevistados.

No primeiro momento, foram realizadas viagens para os locais e eventos em que ocorreram os cursos da ENFOC, para conhecer o objeto de estudo, identificar o problema e as pessoas que iriam ser entrevistadas. No segundo, se acompanhou alguns módulos dos cursos, as práticas de aula, as visitas pedagógicas, as metodologias, os conteúdos e a funcionalidade da escola.

No terceiro momento, se aplicou as entrevistas com as pessoas previamente selecionadas e coletaram-se dados históricos na entidade. No quarto momento, se fez as transcrições e tabulação dos dados pesquisados. No quinto momento, se realizou as análises e os ajustes necessários na escrita.

Esta pesquisa está organizada da seguinte forma: inicia-se com uma abordagem histórica do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil e no Pará, situando a formação sindical no contexto das lutas sociais. Após, reflete-se sobre o aspecto formativo das ações coletivas como as mobilizações de massa dos trabalhadores rurais (Grito da Terra e Marcha das Margaridas). Nesta etapa tivemos que recorrer aos documentos históricos da entidade, num trabalho de idas e vindas. Construíram-se quadros para identificar as ações de massa, o número de participantes em cada ação. Atualizou-se a tabela dos sindicatos atuais e regionais que compõem o MSTTR paraense. Construiu-se o Mapa 1 das regionais que compõem a entidade, elaborou-se a Figura 1 para melhor explicitar como a FETAGRI está organizada em termos de secretarias, com os nomes e cargos dos dirigentes atuais.

Depois, seguiu-se com a contextualização histórica da formação sindical de trabalhadores rurais no Estado do Pará, evidenciando os projetos e programas formativos já realizados. Esta fase se constituiu na mais exaustiva etapa, em que também se recorreu diversas vezes à FETAGRI para coletar as informações sobre os dados corretos dos eventos, com datas, nome dos cursos, objetivos, participantes. Nesta fase encontramos algumas dificuldades, pois a entidade não dispõe de uma organização de seus materiais históricos, num local adequado. Existe um local chamado “Chico Mendes” que funciona como depósito dos documentos históricos da organização. Neste local, os documentos não estão em ordem. Observou-se que muitos documentos que ali se encontram estão se deteriorando pela ação de ratos, baratas, traças, poeira e sujeira. É visível que o local é inapropriado para o arquivamento de documentos. Com o auxílio e ajuda de alguns funcionários, pude conseguir dados importantes nos documentos que ainda restam intactos, mas muitos estão se perdendo e, alerta quanto aos documentos da entidade que estão nesse local: se não houver uma ação urgente de recuperação e manutenção do patrimônio histórico da entidade, estes se perderão, o que coloca em risco materiais históricos de grande relevância para o campo da pesquisa e para a memória histórica da organização.

No passo seguinte fez-se uma contextualização da ENFOC, evidenciando o seu surgimento, sua estrutura, sua funcionalidade, para entender em que contexto ela nasce e a que ela se propõe, por meio de análise de documentos da CONTAG e FETAGRI, relatórios e diversas publicações sobre a ENFOC.

Após, fez-se uma descrição minuciosa da ENFOC e suas proposições no Pará, evidenciando como ela se materializa na prática. Nesta etapa, selecionaram-se as falas

consideradas mais significativas e analisou-se, articulando-se com as referências bibliográficas quando necessário. Seguiram-se com uma descrição das ações pedagógicas da ENFOC, as jornadas.

Por último, fez-se uma análise sobre a ENFOC e seus desdobramentos na prática sindical.

Pesquisar um campo da que já fez parte profissionalmente e, que ainda mantém estreita relações, inclusive de amizade, implicou em dificuldades e facilidades. O distanciamento do contexto e dos sujeitos da pesquisa se constituiu em uma postura de vigilância contínua.

**PARTE II**  
**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MSTTR, A FORMAÇÃO E AS**  
**MOBILIZAÇÕES DE MASSA DE TRABALHADORES RURAIS.**

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES (AS) RURAIS**

Este capítulo se propõe a reunir elementos que contribuam para a compreensão da origem do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) enquanto organismo que agrega entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores (as) rurais, evidenciando os principais aspectos de sua trajetória de luta no Brasil e no Pará. Elucida como este movimento vem resistindo no cenário em que se fortalecem as bandeiras do desenvolvimento do sistema econômico capitalista.

### **2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES (AS) RURAIS - MSTTR**

Utilizou-se como referências os estudos de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989), Assis (2007), Guerra e Marin (1990), Guerra (2001), Silva (2008), Manfredi (1996), Ramos (2011) e Martins (1981).

O MSTTR agrega diferentes atores sociais do campo, sendo constituído de entidades sindicais que representam a categoria de trabalhadores rurais seguindo a estrutura verticalizada: STTR's, FETAG'S e CONTAG, entidades presentes em todo o território nacional. A sua origem tem explicação nos processos de lutas desenvolvidos no campo a partir do modelo de sociedade que foi se estabelecendo historicamente ao longo do tempo, com suas contradições sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Sobre o nascimento das lutas sociais no campo, Silva (2008, p. 125) considera que:

Desde a chegada dos colonizadores portugueses que tivemos, em nosso país conflitos e rebeliões populares formados por complexa composição étnica, social e ideológica – índios, caboclos, camponeses, escravos, alfaiates, barqueiros, religiosos, seleiros, etc. - com proporções e alcances distintos, ora manifestando-se como amplos movimentos de massa construindo novas formas de organização social, política e econômica, ora manifestando-se como ações específicas e localizadas ou movimentos messiânicos, de confronto com a opressão, a miséria, a dependência, a ausência de direitos, a luta pela posse da terra e por melhores condições de vida e de trabalho nas sociedades Colonial, Monárquica e Republicana. Durante todos esses períodos tivemos ações populares de intervenção na ordem social, práticas reprimidas de participação social e política do povo que colocaram em ebulição os direitos políticos e sociais, antes que a cidadania e a sociedade civil se estabelecessem entre nós, e que tiveram nos camponeses (as) sujeitos protagonistas de várias dessas lutas e mobilizações.

As lutas sociais na sociedade brasileira existem há tempos entre diferentes atores, na luta pela terra, por direitos políticos e sociais, muito embora em determinadas épocas, algumas ações tenham sido severamente reprimidas. Havia uma diversidade de sujeitos presentes numa dinâmica social, de trabalho, de relações que, de forma determinante, contribuíram para o processo de formação e composição deste país.

Índios, negros e escravos faziam-se presentes por variadas dinâmicas de vida e formas de resistência. As lutas sociais demonstram claramente que no Brasil e no Pará os trabalhadores apresentavam e apresentam resistências no contexto das contradições e no cenário de negação de direitos sociais e políticos.

Na medida em que os sujeitos intensificavam seu processo organizativo, fortaleciam-se as lutas pela terra, seja através de greves, revoltas, piquetes, passeatas, ocupações e marchas, o que acabava por imprimir formas diversas de lutas contra o processo de exclusão.

Na época da colonização no Brasil, de 1500 a 1822, “Entre os escravos, eram comuns as fugas para escapar às explorações e maus-tratos dos senhores” (MEDEIROS, 1989, p.11), por vezes, esses escravos, especialmente, os negros, se refugiavam em lugares dispersos e distantes, constituindo os chamados “quilombos”, locais em que podiam viver longe da exploração dos seus “donos”. Este fugir representa uma das formas de resistência no campo brasileiro. Os índios também experimentaram esse processo civilizatório, inclusive sendo submetidos à condição de escravos, mas resistiam através de fugas e recusa ao trabalho.

Posteriormente, se tem a presença dos imigrantes europeus no trabalho das lavouras de café e de cana. Na relação entre colonos e patrões, os conflitos se instalavam em decorrência dos baixos salários e, por vezes, do seu não pagamento, suas péssimas condições de vida, jornadas extensas de trabalho e ausência de direitos trabalhistas e previdenciários. Esse cenário desenhado na segunda metade do século XX favoreceu o surgimento de greves nas fazendas, identificadas por Medeiros (1989) especialmente em São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, se constituindo em mecanismo de luta.

Segundo esta autora, outras categorias de trabalhadores se mobilizavam, a exemplo dos meeiros, posseiros e arrendatários, os quais lutavam contra o aumento das taxas do arrendamento e pela permanência na terra. Os meeiros são trabalhadores que realizam seu trabalho em terras alheias, mediante acordo que, metade do total que produzem fica nas mãos dos proprietários da terra.



A presença dos “posseiros” na Amazônia é descrita como sendo ele “personagem típica de áreas de fronteira como o Sul do Pará” (GUERRA, 2001, p. 17). Os “posseiros” são oriundos das diversas regiões do país, apresentando culturas diversas, mas unidos na luta pela conquista da terra. Segundo este autor, enquanto categoria social, o “posseiro” vive da relação com a terra, se constrói e reconstrói no ambiente de tensão, violência e de enfrentamento ao Estado.

Silva (2008) evidencia a presença dos trabalhadores do campo nos processos de lutas não só no Brasil como no mundo e, revela como estes atores em processo de organização participaram das transformações sociais e políticas ocorridas ao longo da história.

Desde a década de 1940 a Igreja Católica inserida no trabalho evangelizador junto aos trabalhadores do campo, promovia formações. Tratava-se de uma educação para a evangelização. Eram ensinamentos voltados à doutrinação evangelizadora, mas se constituiu num processo de formação experimentado pelos camponeses. Nessa época, a Igreja Católica, seguindo os princípios da Teologia da Libertação (BOFF, 2000), aproxima-se dos problemas sociais e injustiças presentes no campo.

Em 1945, surgem as Ligas Camponesas organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Esta organização foi criada com “[...] o objetivo principal de organizar as massas dos trabalhadores rurais para protestar contra os grandes proprietários de terras, os latifundiários” (ARAÚJO, 2010, p. 2). Em suas reivindicações, a pauta da formação dos trabalhadores camponeses se fazia presente.

De acordo com Ramos (2011) agências norte-americanas instaladas em distintas regiões do Brasil promoveram “[...] cursos de alfabetização e treinamento profissional para as populações rurais, contando, inclusive, com o apoio da Igreja Católica”. (RAMOS, 2011, p.11). Para esta autora, programas de formação foram realizados por organizações norte-americanas direcionadas aos trabalhadores camponeses tiveram como objetivo orientar a fundação de sindicatos.

Nos anos 60, a Igreja Católica criou o SAR - Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte, um setor de sindicalização rural dentro da igreja visando formar as lideranças sindicais, que seria ainda responsável pela campanha de sindicalização. Tal experiência se multiplicou para outros estados (Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Piauí).

A formação emerge fortemente na história do sindicalismo rural brasileiro, desenvolvida não somente pela Igreja Católica, mas também por outros órgãos, sendo

utilizada como instrumento para intensificar as fundações de sindicatos nos municípios e fortalecer as lutas no campo.

Em 1961, foi criado o Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre (IADESIL) ligado à American Federation of Labor Congress of Industrial Organization.

Entre os projetos do IADESIL no Brasil, pode-se citar a criação de cooperativas de crédito, a aplicação de serviços comunitários diversos e a elaboração de propostas habitacionais de baixo custo. Todavia, o Instituto focava suas ações para a “educação trabalhista”, cujo objetivo era formar sindicatos anticomunistas e estimular a conciliação entre patrões e empregados. (RAMOS, 2011, p. 11).

Evidencia-se a orientação anti-classista do sindicalismo nesse período, no sentido do esvaziamento do caráter de classe social que ele pudesse absorver por influência da militância comunista. No máximo, os sindicatos iam até a reivindicação trabalhista pautada pela lei.

O IADESIL, instituição norte-americana, promoveu formações aos trabalhadores rurais nos moldes de capacitação, se distanciando do perfil dos cursos que o MSTTR conduz atualmente.

Também, em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB) por iniciativa da Igreja Católica, sob o trabalho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, posteriormente da Ação Popular (AP). O MEB obteve apoio do Governo Federal, por meio do Decreto 50.370 de 21 de março de 1961, que consistia em impulsionar a sindicalização rural e combater o analfabetismo através das escolas radiofônicas no meio rural.

Vale destacar que neste período, “[...] devido à forte influência exercida pelos latifundiários no cenário político nacional e paraibano as Ligas Camponesas passaram ser reprimidas, seus líderes perseguidos e mortos, enfraquecendo e desarticulando o movimento” (ARAÚJO, 2010, p.3).

Realizou-se neste mesmo ano o Congresso Camponês em Belo Horizonte organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), tendo como pauta as soluções para os problemas da propriedade e do uso da terra, direito de organização das massas dos trabalhadores do campo, direito à sindicalização e aplicação de leis trabalhistas (MEDEIROS, 1989).

Em 1962, regulamentou-se a Sindicalização Rural pela Portaria 355-A, que tornou legal a fundação de sindicatos de trabalhadores na lavoura, na pecuária, na produção extrativa

rural e autônoma, sob a tutela do Estado e ligado ao Ministério do Trabalho, tendo como princípio a unicidade sindical (admitindo-se somente um sindicato por município), seu funcionamento seria custeado com base no imposto sindical. Em 1963, ocorre a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural, regulamentado pela Lei nº 4.214, que assegurava aos trabalhadores assalariados do campo o direito ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas e licença maternidade.

Por outro lado, os latifundiários e proprietários de terras intensificaram sua ação: avanço da violência no campo, queima de casas, despejos, perseguições e número considerável de assassinatos (MEDEIROS, 1989).

A continuidade e acirramento dos conflitos no campo vieram acompanhados também pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Se durante os anos 50 essa disputa não era muito visível e configurava quase que uma divisão regional entre as forças políticas diversas, ela já ficou clara por ocasião do Congresso de Belo Horizonte, quando as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, aparecendo como porta-vozes das reivindicações que os conflitos carregavam, lutavam por impor às organizações de trabalhadores suas palavras de ordem. (MEDEIROS, 2008, p.57)

Nesse contexto, a igreja se projeta no cenário das lutas no campo e na disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Com a regulamentação da sindicalização rural, acentuavam-se tais disputas, havendo uma “... verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuam no campo em busca do reconhecimento de “seus” sindicatos”. (MEDEIROS, 1989, p. 78). Em 1963, realizou-se em Natal a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais em que se discutia a necessidade de criação de uma confederação sindical.

Ramos (2011) afirma que no Brasil, em 1963, foi criado o Instituto Cultural do Trabalho (ICT) com sede em São Paulo, recebendo financiamento do IADESIL. O ICT oferecia cursos educacionais e de formação sindical com duração de um mês em várias regiões do país. Desses cursos e encontros eram selecionados os participantes que revelavam,

[...] “maiores aptidões” para a liderança sindical para fazer um curso intensivo em São Paulo. Havia ainda outra seleção para estudo integral no Front Royal Institute, na Virgínia, Estados Unidos. Essas lideranças, ao voltarem dos Estados Unidos, deveriam atuar na organização dos trabalhadores em sindicatos. (RAMOS, 2011, p. 12)

Cabe destacar o papel que a formação sindical vem assumindo ao longo da história na organização dos camponeses, seja através da igreja e/ou organismos internacionais com vista

à formação de lideranças para a fundação de sindicatos rurais. O IADESIL contava com o apoio da Igreja no desenvolvimento destas atividades.

Em 22 de dezembro de 1963 a CONTAG foi criada, sendo reconhecida em 31 de janeiro de 1964. Segundo Tavares (1992) esta organização sofreu intervenção logo após a tomada do poder pelos militares. Uma onda de violência e repressão se instalava no país.

Após o Golpe Militar de 1964, Ramos (2011) afirma que os cursos de formação oferecidos pela IADESIL se expandiram e se intensificaram. Estima-se que um quantitativo de 30 mil lideranças do Brasil entre rurais e urbanas tenham sido formadas pelo ICT entre 1963 a 1973 e, "... tendo, em 1966, mais de 200 líderes sindicais sido enviados para cursos nos Estados Unidos" (RAMOS, 2011, p. 12). Os temas versavam sobre administração sindical, negociação coletiva, legislação sindical e trabalhista.

De acordo com Ramos (2011), no campo brasileiro, o IADESIL teve maior atuação na região Nordeste, obtendo apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Neste estado, o IADESIL construiu três centros de formação e treinamento (nos municípios de Carpina, Garanhuns e Ribeirão).

Ramos (2011) revela que tanto a igreja como as agências norte-americanas tiveram inserção no sindicalismo brasileiro no que diz respeito à promoção de cursos de formação, tendo alguns presidentes da CONTAG recebido formações, inclusive fora do país.

O Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, segundo esta autora, participou de um treinamento nos Estados Unidos.

Aloísio Carneiro, presidente da CONTAG entre 1989 e 1992, fez cursos no México e nos Estados Unidos sobre relações trabalhistas e Francisco Urbano de Araújo Filho, presidente da CONTAG entre 1992 e 1997, recebeu treinamento sindical pelo Sociedade de Assistência Rural (SAR), ligada a Dom Eugênio Salles. Como já mencionado, outros dirigentes da estrutura sindical participaram de atividades promovidas pelo IADESIL na década de 1960, bem como muitos foram educados e mesmo alfabetizados por setores da Igreja Católica, permanecendo junto ao sindicalismo rural corporativista ao longo dos anos de 1970 e 1980. (RAMOS, 2011, p. 12-13).

Tanto a igreja por meio do SAR e do MEB quanto o IADESIL e o ICT ocuparam papel relevante no processo de formação de lideranças que se destacaram no cenário sindical.

Em 1964, o Congresso Nacional aprova o Estatuto da Terra, representando esperança de favorecer as lutas dos trabalhadores (MEDEIROS, 1989).

Não apenas a CONTAG sofre intervenção com o Golpe Militar, mas igualmente parte dos sindicatos do país passou por este processo, sendo dirigida pelos chamados pelegos<sup>2</sup>, expressão utilizada pelos sindicalistas para designar aqueles que atuavam como colaboradores do Estado repressor e contra a luta dos trabalhadores.

Em 1964, quando do golpe militar, a Contag também sofreu intervenção e sua direção foi assumida por uma junta governativa, sendo seus dirigentes provenientes do Movimento Circulista. Contudo, em 1968 a diretoria de interventores é substituída por uma chapa de oposição, congregando dirigentes de várias regiões do país. Com a posse dessa nova diretoria inaugura-se uma nova fase na política de ação da entidade que também irá se refletir na educação. (MANFREDI, 1996, p.135)

Em 1964, a CONTAG passa a ser dirigida por José Rotta. Em 1965 a intervenção se encerra, tendo em 1966, a realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que convocou os trabalhadores rurais para a eleição.

Nesta eleição, José Francisco da Silva é eleito Presidente da CONTAG, passando esta entidade a ser dirigida por um grupo de sindicalistas nordestinos que teceu um modelo de ação dentro da estrutura ditatorial através de amplo processo de formação sindical. Esse processo representou um marco na estrutura sindical rural no que se refere à Educação Sindical. É possível inferir que o conjunto de formações que irão ocorrer nesse período tinha uma intencionalidade clara de contribuir para combater a concepção sindical que se instalava nos sindicatos, federações e confederação, que mantinha uma prática de atrelamento ao Estado e que ao mesmo tempo impedia estas estruturas de realizar o verdadeiro trabalho sindical, que era a defesa dos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento da luta sindical no campo marcado por profundas mazelas sociais.

É possível afirmar que as iniciativas de formação sempre estiveram presentes no movimento sindical, ora na interação com a igreja, órgãos e/ou entidades ou por iniciativa da própria estrutura sindical. Após o Golpe, esta entidade reinicia uma nova fase, onde a formação se insere como elemento importante na pauta dos dirigentes sindicais.

---

<sup>2</sup> O termo “pelego” tem contexto pejorativo no ambiente político-sindical e partidário. Significa literalmente a camada acolchoada do arreio que amortece a fricção sobre o animal de montaria. Na política sindical eram mais que mediadores entre o Estado e a categoria profissional, pois representavam os interesses da política governamental.

No início da década de 70, período que antecedeu a realização do II Congresso de Trabalhadores Rurais, a preocupação central da Contag esteve voltada para a criação e o aperfeiçoamento de equipes educacionais para atuarem no sindicalismo em níveis nacional, estadual, municipal, numa dinâmica de integração de suas entidades – Contag, Federações, Sindicatos (MANFREDI, 1996, p.136).

A formação nesse contexto parece fazer parte de uma estratégia maior da CONTAG de fortalecer a concepção sindical combativa, de enfrentamento ao Estado, tendo como objetivo forjar um processo de luta do movimento sindical num contexto de ditadura que ora se instalava e, com isso, contribuir para o fortalecimento das lutas que estavam ocorrendo no campo.

Em 1971 é instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-Rural) por meio da Lei Complementar nº 11 de 25 de maio de 1971, que criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), passando a oferecer assistência médica, além de abranger aposentadoria, pensão e auxílio funeral. Foi neste período que os sindicatos se estruturam a partir de programas de benefícios previdenciários e de assistência à saúde, direcionados aos trabalhadores, realizados via sindicatos. Portanto, segundo Medeiros (1989, p.97), “[...] criavam-se as condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária”. Esse processo, segundo Tavares (1992) estimulou a sindicalização num dado período, o que significa dizer que esse programa assistencial poderia se constituir em mecanismo utilizado pelo Estado de atrelamento da estrutura sindical, de forma a conter os problemas sociais que estavam se intensificando no campo. Medeiros (1989) revela que os resultados desse programa assistencial foram perversos. Em alguns locais, o sindicato se tornou agência assistencialista, favorecendo relações clientelistas. O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado no ano de 1973, foca no aspecto da formação sindical.

As atividades educativas desenvolvidas entre o II e o III Congresso (1973 a 1979), priorizam a formação de dirigentes sindicais e a capacitação das equipes de formadores que iriam atuar nas diferentes entidades sindicais (de primeiro, segundo e terceiro grau), no âmbito do movimento sindical rural. (MANFREDI, 1996, p.136)

De acordo com esta autora, os conteúdos destes cursos versavam sobre a análise crítica do modelo de desenvolvimento socioeconômico do país, legislação brasileira incluindo os direitos trabalhistas, agrários, previdenciários e sindicais, tendo como centralidade, a formação sociopolítica dos dirigentes e a defesa dos seus direitos como cidadãos. Era o tempo

de reação da sociedade civil à ditadura militar que fazia pressão para a abertura política e a democratização.

O foco do II Congresso da CONTAG, em 1973 se deu em torno do tema da formação sindical, tendo como meta:

- 1) A unidade de ação entre STR's, FETAGS e CONTAG;
- 2) Orientar a ação sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais;
- 3) Evitar que a prática se reduzisse aos serviços burocráticos e assistencialistas;
- 4) Evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos;
- 5) Ação engajada nas comunidades, acompanhada pelos STR's e Fetags, com formação de dirigentes. (RICCI, 1999, p.93).

Discutiu-se ainda a necessidade de uma maior integração dos dirigentes sindicais na ordem dos sindicatos, federações e confederação, a necessidade de se evitar práticas sindicais centradas no trabalho burocrático e assistencialistas, formação de dirigentes a partir das bases e criação de delegacias regionais. Uma das deliberações deste congresso foi o desenvolvimento de cursos que orientasse os trabalhadores quanto à sua participação no sindicato. Essa deliberação em torno da Educação Sindical pode se traduzir em um marco histórico e ponta pé inicial ao processo de formação sindical que irá ocorrer até os dias atuais.

De acordo com Manfredi (1996), de 1971 a 1973, a CONTAG desenvolveu amplo processo de educação sindical, capacitação de equipes multiplicadoras para atuar nas diferentes regiões do país, incluindo intercâmbio para o aprendizado das experiências de lutas que estavam ocorrendo no campo, com a participação de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais. Os conteúdos abrangiam os temas: educação e desenvolvimento comunitário; formação e organização sindical; sindicalismo, história e administração; reforma agrária, crédito rural, desenvolvimento sindical; cooperativismo e desenvolvimento; noções de planejamento; estrutura agrária e legislação. A metodologia utilizada era a participação nas atividades e debates, através do diálogo e da integração dos participantes.

As resoluções do III Congresso definem a educação sindical como um processo que:  
 - “capacita o trabalhador a interpretar e transformar a realidade, desenvolvendo o trabalho como um todo”;  
 - “ajuda os trabalhadores entre si a organizarem a melhor maneira de conduzirem sua própria luta;” (MANFREDI, 1996, p. 138)

Ainda segundo esta autora, o III Congresso da CONTAG incorpora fortemente a “educação sindical” e a define como um instrumento capaz de “interpretar e transformar a

realidade”, contribuindo para organizar a luta, ajudando na libertação, tendo como referência o sindicato não apenas como estrutura de representação dos trabalhadores rurais, mas como órgão que encaminha as lutas no campo utilizando as diferentes formas de ação, traduzidas no texto como pressão e reivindicação. Evidencia-se que o processo de formação priorizado neste congresso é pautado por um modelo que pretendia atingir não só os dirigentes, mas, sobretudo a base, os trabalhadores que estavam presentes no cotidiano das lutas.

Observem que a Educação Sindical aparece com destaque neste congresso, com objetivo de renovação de lideranças, a partir de constituição de equipes educacionais nos estados. Esse processo educacional, segundo Medeiros (1989, p. 101) perpassava desde o desenvolvimento de “... uma concepção sobre o que é sindicalismo até noções práticas sobre como operar com os sindicatos existentes (administração sindical)”.

O eixo da concepção da Contag sobre educação era a necessidade de os trabalhadores rurais conhecerem os seus direitos e se organizarem para obter seu cumprimento. De acordo com a entidade, isso seria feito através de cursos para lideranças, mostrando a marca de uma visão pedagógica originária da igreja, segundo a qual seria necessário conscientizar os trabalhadores para que estes pudessem ir à ação (MEDEIROS, 1989, p. 102).

A partir dos elementos elencados por Medeiros (1989), é possível afirmar que tais cursos representaram as primeiras iniciativas de formação sindical inaugurada pela CONTAG direcionada à categoria de trabalhadores rurais. Isto, nos ajuda a entender o papel que este modelo de educação assumiu no movimento sindical neste período, revelando-se como estratégia de fortalecimento das lutas no campo. Importa frisar que o processo de formação sindical nesse período pretendia:

[...] colocar em prática uma pedagogia através da qual o sindicalismo pudesse se renovar internamente, tornando-se capaz de exprimir e medir as lutas que se davam no campo. Os encontros constituíam-se, segundo essa perspectiva, no canal para a continuidade da construção de um movimento sindical integrado de cima a baixo, onde a diversidade de lutas pudesse se articular sob uma direção única. (MEDEIROS, 1989, p.150).

Esta autora revela os objetivos do modelo de formação sindical que se instalava nesse período, com destaque para a renovação de lideranças, sejam através de cursos, encontros, visitas e troca de experiências, tendo em vista a construção da integração do movimento sindical articulado sob uma direção única, dando novo gás ao processo de lutas.



Inicialmente, a equipe de educadores da Contag se deslocava até os estados para fomentar o desenvolvimento de equipes de formação das federações. Na segunda metade da década, em 1975, 1976 e 1977, foram realizados em Brasília encontros de avaliação dos trabalhos nos estados, reunindo a equipe educacional da Contag, educadores e dirigentes das federações. Um planejamento de formação sindical, construído desde o início dos anos 70, articulava o trabalho das federações com as atividades da Contag. Os cursos de formação articulavam atividades de educação sindical desde as comunidades rurais, passando pelos sindicatos e federações, até chegar, finalmente, aos cursos promovidos pela Contag, em Brasília (TAVARES, 1992, p. 122).

Tavares (1992) destaca que a CONTAG acompanhou as ações formativas nos estados e organizou cursos nacionais em Brasília. Os cursos eram planejados e havia uma articulação das formações que ocorriam na CONTAG com as que ocorriam nos estados.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) “... no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal. Assumindo inicialmente o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária do nosso país” (MEDEIROS, 1989, p. 112). Esta entidade teria como objetivo trabalhar em apoio dos sem terra e dos trabalhadores rurais, tornando-se “[...] entidade de apoio às lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular” (1989, p. 112).

Na base da CPT e organismos semelhantes, e ligando-se à sua atuação, deve-se destacar a emergência das comunidades eclesiais de base – CEBs – pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela. Esses grupos eram animados por “agentes pastorais”, leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organizações de mutirões, de manifestações, etc. Tentando ligá-las às mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural. (MEDEIROS, 1989, p. 114).

Em 1979, ocorreu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Nele, houve uma orientação na concepção de ação sindical, que passou a incentivar iniciativas concretas de luta. A formação sindical passou a ser considerada como “processo constante e crescente que conduz o trabalhador à transformação de sua realidade atual. É através da prática sindical que o trabalhador vivencia as experiências de transformação” (MEDEIROS, 1989, p.119).

Em 1981 ocorre em São Paulo, a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), o que resultará mais tarde na criação de duas centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). De acordo com Medeiros (1989) as fundações dessas organizações deu um salto de qualidade na luta dos trabalhadores do campo. A CONTAG se filiou à CUT no ano de 1995.

Vejam os alguns pontos relevantes sobre o início do processo de formação sindical desenvolvido pela CONTAG:

*“A formação não é uma coisa que a escola (a ENFOC) trouxe, ela já existia, inclusive num formato de períodos mais extensivos de 12, 25 dias... Os cursos duravam muito mais, só que naquele período, onde todos os movimentos sociais inclusive a CONTAG e suas federações estavam numa situação social de estruturação política, precisando se fortalecer na política, então a formação esteve muito presente naquele período dos anos 60, 70 e começo dos anos 80, que era um período em que se precisava se estruturar politicamente para fortalecer as pautas de reivindicações junto ao governo.*

*Na medida em que o movimento foi se estruturando politicamente, foi se organizando, foi se fortalecendo, ele passou a conquistar as políticas públicas.”*  
(Entrevistado Juraci Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG)

Alguns elementos desse depoimento chamam atenção: primeiro, a formação precede à ENFOC. Já existiam processos formativos inclusive antes da fundação da CONTAG desenvolvidos pela igreja e até mesmo por órgãos internacionais. A formação sindical que a CONTAG passou a executar nos anos de 1960 a 1970, em períodos extensivos de 15 a 25 dias, carregava uma intencionalidade dentro da lógica de que seria necessário um processo formativo que contribuísse para a reestruturação política do movimento, dado o contexto de ditadura, intervenções e repressão. Daí o papel relevante que a formação assumiu nesse momento histórico, de fortalecimento do movimento, formando lideranças em todo o país, que imprimiu passos significativos ao MSTTR, inclusive de conquistas de políticas públicas.

*“Ao conquistar as políticas públicas, o movimento passou a prestar mais atenção nas conquistas dessas políticas e fazer um acompanhamento da ação política e, deixou um pouco de lado o processo formativo, ou seja, acho que cada coisa existe em seu momento, teve um momento que o auge era fazer formação, era organizar o povo, que era pra vir pra dentro dos sindicatos pra fortalecer os sindicatos e, de um determinado período pra frente, na medida em que a democracia foi se instalando no país, os movimentos sociais já fortalecidos nessa relação com o Estado, menos confronto, o Estado ia concedendo as políticas para os trabalhadores, naturalmente, os sindicatos se viram na obrigação e na necessidade de acompanhar a excursão das políticas pública...”* (Entrevistado Juraci Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).

De acordo com este entrevistado, no momento em que o MSTTR conquista algumas políticas públicas, a formação sindical deixa de ser o foco, direcionando a atenção para o controle da execução de tais políticas. Os processos formativos naquele período não obedeciam a uma linha de continuidade, ou seja, não eram processos permanentes e contínuos de formação como é a perspectiva da ENFOC.

*“[...] em todos os congressos que a CONTAG fazia nos últimos períodos, final dos anos 80, anos 90, os trabalhadores sempre cobravam, “olha, nós não podemos esquecer a formação, ela é essencial, é um instrumento básico” e, em cada congresso a gente era cobrado para que a formação pudesse ser retomada...”*  
(Entrevistado Juraci Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).

Nos anos de 1960 a 1980, período de ditadura militar, a CONTAG no contexto do enfraquecimento político a partir dos processos de intervenções que estavam acontecendo, precisava se reerguer, se reestruturar politicamente, ganhar os sindicatos e reestabelecer a democracia. Embora o reestabelecimento da democracia não seja um objetivo para o movimento sindical, ele passou a ser assumido em um momento em que a ação política profissional extrapola o corporativismo e vai para uma ação política mais ampla. Esse período de formação inaugurado pela CONTAG, o movimento ganhou força, se organizou, se fortaleceu politicamente, desencadeando um processo intenso de fundação de sindicatos e de diversas mobilizações como greves, e assim, começa a conquistar políticas públicas.

No período posterior, o movimento voltou-se para a execução das políticas públicas, as formações foram deixando de ser a centralidade das ações. Com o passar dos anos, em um contexto marcado pelo acirramento das disputas no campo, crescimento do agronegócio e desigualdade social, o movimento retoma o debate da formação e a recoloca no centro dos debates novamente, deliberando em congresso a criação de uma escola para este fim, como veremos no próximo capítulo.

No Art. 3º do estatuto da CONTAG, ano de 2009, entre as principais finalidades desta organização, destaca-se: “V. promover a formação e educação sindical dos integrantes da categoria trabalhadora rural, propiciando o aparecimento de novas lideranças”. Observem que o tema da educação sindical se apresenta como destaque como forma de contribuir para a renovação de lideranças sindicais.

Portanto, recuperar todo esse processo histórico de lutas dos atores sociais do campo do Brasil e do Pará torna-se significativa na medida em que ajuda a identificar os momentos em que a formação sindical emerge e adquire função relevante no seio do movimento sindical.

### 3. A FORMAÇÃO E AS MOBILIZAÇÕES DE MASSA DOS TRABALHADORES RURAIS

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre as mobilizações coletivas como o Grito da Terra e Marcha das Margaridas, de forma a compreender o sentido formativo destas ações promovidas pelo MSTTR.

#### 3.1 O Grito da Terra Pará

A realização do Grito do Campo, Grito da Amazônia e do Grito da Terra se constituiu em uma estratégia de ação sindical realizado pela FETAGRI e STTR'S que agrega agentes coletivos do campo e expressa um novo momento da história do MSTTR paraense em fazer sindicalismo.

Em 1990 o sindicalista Expedito Ribeiro foi assassinado no Município de Rio Maria supostamente a mando de fazendeiros da região. A organização sindical sentiu necessidade de realizar um ato de combate à violência contra lideranças sindicais e trabalhadores rurais. Este ato contou com o apoio da FETAGRI e CUT, transformando-se em uma ação estadual. Em 29 de abril de 1991, foi realizado o I Grito do Campo numa marcha em Belém, contando com a participação de mais de três mil trabalhadores rurais.

*“Os gritos surgiram na questão da violência no campo, foi em cima do assassinato e julgamento de Expedito. Nós queríamos a punição do assassino, dos mandantes, que era um pessoal de Marabá. Então, essa questão da violência mobilizou aquele grito (o primeiro), mas não mobilizaria os outros. O que estava por trás era a questão da terra, questão agrária, porque a violência não era uma violência do nada, era uma violência causada da luta pela terra.” (Entrevistado José de Vasconcelos Cunha, Assessor da FETAGRI e Colaborador da ENFOC).*

O tema da violência foi a principal bandeira de luta do primeiro Grito, num processo de mobilização que envolveu trabalhadores rurais de todo o estado. A violência alcançava proporções grandiosas e o número de assassinatos crescia em decorrência dos conflitos fundiários que se instalavam principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Transamazônica. A onda de violência que vinha ocorrendo esteve associada às ocupações que estavam sendo

organizadas por pessoas que vinham das mais distantes regiões do país, incentivados pelo governo, através da política de colonização. Segundo Assis (2007), na região do Sudeste Paraense, os conflitos fundiários e a violência no campo têm sido características marcantes e se fazem fortemente presentes.

Após esse ato, veio o II e o III Grito do Campo:

*“Aí se dizia: tem a luta pela terra, mas não é o bastante só a terra, é necessário se ter condições pra viver na terra. Aí quais são essas condições? As condições de produzir e melhorar as condições de vida. Foi aí que entrou o crédito. O segundo e o terceiro grito, a bandeira que nos mobilizou foi o crédito. A gente colocava a luta contra a violência em nossa pauta, mas o que era focado mesmo era a questão do crédito. Tínhamos o entendimento de que, se o trabalhador tivesse condições de ficar na terra, de produzir e viver bem, ele se segurava na terra. E, isso deu resultado imediato, muita gente foi atrás das linhas de crédito, o crédito do FNO que era um crédito que saía para poucos fazendeiros, foi quase que massificado.”*  
(Entrevistado José de Vasconcelos Cunha, Assessor da FETAGRI e Colaborador da ENFOC).

O II e o III Grito do Campo, ocorridos em 1992, voltou-se para o tema do crédito agrícola, que operacionalizou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) Urgente e posteriormente o FNO Especial. Este entrevistado ressalta que o tema da violência não saiu da pauta, e o crédito passou a ser vislumbrado como sinônimo de qualidade de vida e de elemento de permanência do camponês a terra, o que na realidade não ocorreu.

O último Grito do Campo, em 1992, demarcou um momento importante na consolidação da luta pelo crédito para os trabalhadores rurais.

*“O nosso povo produziu, não achou para quem vender, quando achou pra quem vender o preço não correspondia, que, aliás, foi uma armadilha que nós fizemos e nós mesmos caímos nela. Nessa época, tínhamos uma inflação muito alta e, nós queríamos que o reajuste da nossa parcela no banco fosse proporcional ao preço do nosso produto. Aconteceu que o pessoal que pegou recurso para criar gado, depois o gado dele não pagava o empréstimo, porque quando acabou o negócio da inflação, a carne foi lá pra baixo e, isso, gerou uma inadimplência enorme. Na Transamazônica aconteceu muito isso, mas depois o pessoal conseguiu negociar, porque a carne foi recuperando o seu preço e o pessoal foi conseguindo negociar. Em outros lugares, foi à questão do transporte, por exemplo, na Tocantina (regional) tinha um pessoal que pegou o crédito pra plantar acerola, quando a acerola veio, aí que eles foram se dar conta que eles tinham que armazenar a acerola porque se não armazenassem, ela estragava. Então, essa questão da comercialização tem muito a ver com o endividamento. Depois da década de 90, o que passou a nos mobilizar foi à renegociação das dívidas.”* (Entrevistado José de Vasconcelos Cunha, Assessor da FETAGRI e Colaborador da ENFOC).

Esse é o reflexo da conquista do crédito, experimentada pelos trabalhadores rurais. Alguns trabalhadores que recorreram ao crédito foram sendo endividados. A dificuldade com o processo da comercialização e armazenagem da produção pode estar associado ao endividamento. Muitos dos trabalhadores não conseguiram pagar as parcelas do financiamento, suas dívidas cresceram devido às altas taxas de juros do banco. Esse processo de endividamento influenciará a bandeira dos gritos seguintes, em que a pauta principal será a renegociação das dívidas.

Evidencia-se uma demanda por conhecimento tecnológico para além da produção, nos campos do beneficiamento, armazenagem, comercialização dos produtos agrícolas e gestão de recursos financeiros. Esta demanda forçará outras: formação sindical, criação de Casas Familiares Rurais, Programa de formação e organização produtiva, e outros.

Os Gritos conseguiram mobilizar contingentes consideráveis de trabalhadores e passou a contar com o apoio de diversas organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), CUT e a Igreja Católica.

*“Nós tivemos três Gritos do Campo, o quarto grito foi o Grito da Amazônia. Desse Grito da Amazônia, nós já conseguimos envolver alguns estados da região e depois nós passamos para o Grito da Terra, que a CONTAG já comprou a ideia e já fazia o Grito da Terra Brasil.*

*A CONTAG começou a fazer o Grito Nacional e nós o Estadual. Num certo período, a gente fez assim, Grito da Terra Brasil em Brasília e Grito da Terra Pará aqui no estado. Primeiro, fazíamos na mesma data e depois passamos a fazer em datas diferentes. Este ano (2014) vai ser diferente. Este ano, o Grito da Terra Pará se dará em Marcha das Mulheres e da Juventude.”* (Entrevistado José de Vasconcelos Cunha, Assessor da FETAGRI e Colaborador da ENFOC).

Em 1993 realizou-se o I Grito da Amazônia envolvendo os estados da Amazônia Legal numa ação conjunta.

A partir de 1994 o grito passou a ser chamado de Grito da Terra Brasil (GTB) ocorrendo em Belém, em nível estadual e, em Brasília, nacionalmente. O I GTB foi organizado pela CONTAG, CUT, Movimento Nacional de Pescadores, entre outros movimentos. Este grito mobilizou em torno de 100 mil trabalhadores rurais de todo o país, considerado uma das principais ações de massa do MSTTR. O GTB, promovido pela CONTAG, STTR's e FETAG's, reúne todos os anos milhares de trabalhadores rurais em Brasília, sendo apresentada ao Governo Federal uma pauta de reivindicação contendo suas principais demandas de políticas públicas.

Os “Gritos da Terra Brasil” se transformaram na principal forma de luta e negociação da Contag com as instâncias de governo em nível federal, estadual e municipal. Através dos “Gritos” a discussão de políticas públicas ganhou capilaridade nos diferentes níveis de atuação do movimento sindical de trabalhadores rurais (ASSIS, 2007, p. 10).

Entre os principais pontos de pauta respondidos do GTB, se destacam: Programa de formação e organização produtiva para a juventude rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a desapropriação de terra para fins de reforma agrária e a concessão de benefícios aos trabalhadores rurais, programas de apoio à produção e comercialização, liberação de R\$24,1 bilhões para o Pronaf Crédito, negociação de dívidas dos assentados e criação da linha especial Pronaf Produção Orientada (com base na agroecologia e produção orgânica).



No Pará, de 1999 a 2000 ocorreram os Gritos Regionalizados nas nove regionais da FETAGRI envolvendo cerca de 30 mil pessoas.

De 2001 aos dias atuais o grito passou a ser chamado de Gritos da Terra Pará, ocorrendo todos os anos, numa marcha em Belém, em que se apresenta uma pauta de reivindicação de políticas públicas a ser negociada com o Governo Estadual.

O Grito da Terra Pará de 2014 denominou-se Marcha das Margaridas e Juventude Rural. Ocorreu nos dias 20 e 21 de maio nos municípios de Belém, Altamira, Itaituba, Santarém e Oriximiná, e incorporou o debate sobre a necessidade de políticas públicas para a garantia da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável no campo. Os focos de mobilização deste ano foram às mulheres e a juventude, que integra a estratégia de fortalecer a participação destes segmentos na Marcha das Margaridas prevista para o ano de 2015.

Ao conjunto dessas ações coletivas conduzido pelo movimento sindical tem expressado a sua capacidade de mobilização, de agregar pessoas dos vários cantos do estado para além de discutir, mas propor políticas públicas. Geralmente os gritos no estado do Pará aconteciam em Belém. Neste ano, conforme já explicitado, ocorreu em alguns municípios, sendo negociadas pautas municipais o que caracterizou o tipo de mobilização descentralizada, dado que algumas propostas e políticas públicas não conseguem ser respondidas em âmbito estadual e federal.

A entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA, destaca que as ações de massa realizadas pelo MSTTR paraense dialogam diretamente com o tema da formação. Segundo ela, o Grito da Terra e Marcha das Margaridas conseguem não só mobilizar as pessoas, mas se traduzem em ações que vão para além de se pretender alcançar um quantitativo expressivo de participantes nos atos, mas existe um simbolismo em cada ação, o da solidariedade, de juntar forças, da união em torno de objetivos comuns, de um grito que ecoa ao mesmo tempo, o da mística que envolve as pessoas e traz a representação e o sentido da ação, de focar em uma pauta mesmo que cada um tenha desejos diferentes. Para esta dirigente da federação, os gritos e as marchas representam a “união de desejos”.

A Figura 2, evidenciada abaixo, alusiva ao III Grito da Terra Brasil, representa um dos momentos em que os trabalhadores rurais apresentam publicamente, em forma de mística, a realidade concernente à violência no campo, os assassinatos frequentes ocorridos em detrimento de conflitos fundiários.

Figura 2 - Momento místico no III Grito da Terra Brasil, 4 mil acampados na Praça da República em Belém, 1996.



Fonte: Arquivo da FETAGRI.

Os momentos em que as comissões estão reunindo e negociando as pautas junto aos órgãos dos governos, a ação se transforma em espaço de ação formativa, porque além de envolver as pessoas, são momentos de integração, do canto, da música, da denúncia, do anúncio, do falar das conquistas e do que ainda é preciso conquistar. Esses são momentos de aprendizagens, de troca de experiências, do fortalecimento dos laços de amizade, lugar do encontro e reencontro, de reivindicação, de união, de ensinar e aprender. Dialogando com o pensamento de Brandão (2007, p. 7), este autor afirma que ninguém escapa da educação, seja em casa, na rua, na escola, no partido político, nos movimentos sociais, na igreja, no trabalho, nos mais variados lugares e momentos que envolvem situações diversas, as pessoas aprendem, ensinam, aprendem-ensinam, seja para “saber, para fazer, para ser, para conviver”, para educar-se! Sobre educação, “... a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 2007, p. 9). Assim, a educação ocorre em todos os espaços da vida humana, nas relações com os outros, nas formas de luta, os espaços em que

ocorrem as ações de massa se traduzem em momentos de educação, ou melhor, de “educações” (BRANDÃO, 2007), porque a educação está presente em todas as sociedades e ocorrem das mais variadas formas, sem necessariamente haver o ensino especializado e formal.

### **3.2 A Marcha das Margaridas**

A Marcha das Margarida se tornou uma ação de massa da CONTAG desde o ano de 2000. O nome da marcha homenageou Margarida Maria Alves, dirigente sindical assassinada a mando dos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983. Ela ocupou o cargo de presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoas Grande por 12 anos.

É uma ação estratégica das mulheres rurais, momento este de mobilização em que estas apresentam ao Governo Federal a sua pauta de reivindicação de políticas públicas específicas para as mulheres do campo.

A marcha possibilita às mulheres o encontro, a discussão de suas demandas, a organização de suas ações e de suas finanças seja através de rifas, bingos, “vaquinhas” e outras formas de angariar recursos. Seja nas plenárias em preparação à marcha ou no ato propriamente dito na capital do país, quando milhares delas se juntam no momento de reivindicação, do encontro, do mostrar a sua força de mobilização, estas aprendem umas com as outras. Nos debates que envolvem esta ação, nas feiras de socialização de suas produções, no abraço, na troca de experiências, no olhar de indignação, no comer junto, no partilhar do banheiro e dormitório, elas cantam, sobretudo, aprendem e ensinam, fortalecendo a sua capacidade de ação.

A visibilidade dada às mulheres camponesas é, em si mesmo, um momento de sensibilização de toda a sociedade nacional e internacional, mas particularmente dos homens, jovens e crianças que vivem no universo camponês. Este momento traz conteúdo de afirmação do papel da mulher na sociedade urbana e rural, do valor do seu trabalho, dos cuidados que dedica à família e a sociedade, dos direitos que lhe pertencem em igualdade com o gênero masculino. Neste sentido, a Marcha das Margaridas é um momento denso de conteúdos sobre a cidadania na contemporaneidade.

A Figura 3 representada abaixo, se refere à III Marcha das Margaridas, ocorrida em 2007, em Brasília. Demonstra a força e união das mulheres camponesas no momento em que o Governo Federal apresenta os pontos da pauta respondidos.

Figura 3 - III Marcha das Margaridas 2007, Brasília, DF.



Fonte: Arquivo da CONTAG.

A primeira Marcha das Margaridas foi realizada em 2000 e o Pará participou desta ação com 130 mulheres. A segunda realizou-se em 2003 e a terceira em 2007, nestas o Pará participou com mais de 1.000 mulheres em Brasília. Na quarta em 2011, o Pará participou levando à Brasília cerca de 2.100 mulheres. Esta ação tem demonstrado a capacidade de mobilização das mulheres na luta por direitos. É para além de ser um momento de pressão, de denúncia, mas, sobretudo, de proposição, de negociação de políticas públicas e de diálogo junto ao governo federal. As três primeiras marchas tiveram como lema: Contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

A sua quarta edição teve como lema: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Os eixos debatidos nesta última marcha foram: educação não sexista, biodiversidade e democratização dos recursos ambientais, terra, água e

agroecologia, soberania alimentar e nutricional, autonomia econômica, trabalho e renda, sexualidade e violência, saúde e direitos reprodutivos, democracia, poder e participação. Nos processos de organização e que antecede a marcha, os estados realizam plenárias e seminários no sentido de construção de sua pauta. A CONTAG ainda realiza um Seminário Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais em preparação à marcha. Neste seminário, há debates, construção da pauta, são organizados todos os passos da marcha, desde os cantos, as místicas, os debates, o percurso, discute-se a meta de participantes por Estado. Estes espaços se traduzem em momentos formativos não só pelo fato de envolver as pessoas, mas de unir esforços em torno de objetivos comuns, de construção de pauta, de debates que envolvem a conjuntura do cenário social em cada Estado, momentos de escuta, de serem ouvidas, de aprender umas com as outras, de trocar saberes.

A marcha em sua 1ª edição mobilizou cerca de 20 mil participantes em Brasília. Já em sua 2ª edição, em 2003, conseguiu mobilizar mais de 30 mil pessoas. Em 2007, a Marcha em sua 3ª edição envolveu mais de 35 mil pessoas participando do ato em Brasília. Em agosto de 2011, a 4ª Marcha das Margaridas envolveu cerca de 50 mil participantes de todo o país nesta ação de massa em Brasília. A 5ª Marcha das Margaridas está prevista para 2015.

O Quadro 3 representa as 4 edições da Marcha, o ano em que elas ocorreram, seus lemas, número de participantes e local ocorrido.

Quadro 3 - Marcha das Margaridas, segundo data, evento, lema, nº de participante e local.

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Lema</b>	<b>Nº<sup>3</sup> de Participante</b>	<b>Local</b>
2000	I Marcha das Margaridas	2000 razões para Marchar contra a fome, a miséria, a pobreza e a violência sexista.	20.000	Brasília-DF
2003	II Marcha das Margaridas	2003 razões para marchar contra a A luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista.	30.000	Brasília-DF
2007	III Marcha das Margaridas	2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista.	35.000	Brasília-DF
2011	IV Marcha das Margaridas	2011 razões para marchar por Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.	45.000	Brasília-DF

Organizado por M.J.C.P. Fonte: FETAGRI.

<sup>3</sup> Números estimados fornecidos pela Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA, julho de 2014.

Pode-se observar, a partir do Quadro 3, um crescimento considerável do número de participantes nas marchas, o que revela que a cada ano, esta mobilização vai ganhando força e amadurecendo, inclusive avançando quanto ao aspecto da negociação de suas demandas.

É possível afirmar que tanto os Gritos da Terra como as Marchas das Margaridas se constituem em ações coletivas, considerando que “... os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação, orientação diversa” (MELUCCI, 2001, p. 8). Essas mobilizações são realizadas coletivamente, as motivações podem ser diversas, de negação de direitos sociais, políticos e econômicos que se arrastam ao longo da história do Brasil, que aprofundam as desigualdades sociais no campo. Com essas mobilizações se pretende atingir as mudanças necessárias, convertidas em políticas públicas que atendam aos interesses da classe trabalhadora.

A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir a sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos). A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio da interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas. (MELUCCI, 2001, p.46)

O sistema de ação como os Gritos da Terra e as Marchas das Margaridas podem se constituir em formas de ação coletiva porque envolve, segundo Melucci (2001), uma diversidade de atores sociais num sistema de relações, tendo a presença do conflito que corresponderia aos problemas que os trabalhadores rurais enfrentam cotidianamente em seu contexto de luta, tendo objetivos comuns e, como suposto efeito, a obtenção de possíveis conquistas, ou seja, o reconhecimento de direitos por meio da materialização de políticas públicas direcionadas para esta categoria. Os gritos e as marchas, conforme já explicitado, mobilizam milhares de pessoas e tem conseguido resultados expressivos de políticas públicas para o campo, que podem se traduzir em formas de ação coletiva de grande potencial na medida em que consegue mobilizar grande parte de sua categoria para a participação na ação.

Nessas mobilizações, em que pese seu caráter massivo, se constituem em ações do movimento sindical, foi possível perceber que a partir dos processos de formações desenvolvidos ao longo dos anos por diversos órgãos, o movimento sindical obteve um gás para alimentar os seus sonhos, sendo capazes de negociar e de propor políticas públicas para a

sua categoria, de fazer o enfrentamento de forma direta ou indiretamente, com amadurecimento político e de compreensão da realidade.

O Grito da Terra e a Marcha das Margaridas por mais que se constituam em ações de massa de caráter reivindicatório massivo e de negociação de pauta junto às esferas de governos, no fundo elas carregam o sentido formativo porque proporcionam momentos de união, de solidariedade, de demonstração de sua capacidade de mobilização, com destaque para a sua qualidade de proposição e de negociação. São espaços em que elas cantam, debatem, podendo aprender e ensinar coletivamente, construir caminhos de superação e de alternativas frente ao quadro social de desigualdade em que estas ainda estão submetidas no cenário mundial e brasileiro.

**PARTE III**  
**FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DO PARÁ**



#### 4. ANTECEDENTES À ENFOC NO PARÁ

Em 1956 no Estado do Pará foi criada a ULTAP (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará) filiada à ULTAB, a qual “... procurava restringir o conceito de seus associados aos assalariados agrícolas não filiados a Sindicatos Rurais, aos lavradores pobres e médios, explicitando a exclusão aos latifundiários e herdeiros.” (GUERRA, 1999, p.4).

Segundo Guerra e Marin (1990), as primeiras Associações de Lavradores Autônomos foram fundadas no final do século XIX. Na década de 50 do século XX, a Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil (PCB) desempenharam um papel importante na fundação de sindicatos rurais no Estado do Pará. A igreja nesse período assume papel de fortalecer as lutas dos “excluídos”, atuando ao lado dos movimentos populares. Através do MEB - Movimento de Educação de Base (FÁVERO, 2006), inicia um processo de formação direcionado para as classes populares.

Comungamos com a ideia de que esta instituição, a Igreja Católica, exerceu papel relevante em determinada época para o fortalecimento das lutas dos sujeitos sociais do campo, principalmente os trabalhadores rurais, incentivando a sua participação nas entidades de representação e a luta por direitos.

O MEB foi criado pela Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em março de 1961, materializado por meio de um convênio entre Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Saúde objetivando desenvolver um programa de educação de base através das escolas radiofônicas no meio rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (FÁVERO, 2006).

Naquela época, a educação de base era entendida como o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento. (FÁVERO, 2006, p. 3).

A proposta inicial do MEB em colaboração com o Estado era instalar 15 mil escolas radiofônicas. Efetivamente elas conseguiram atingir um total de até 7.353 escolas radiofônicas no ano de 1963, conforme revela Fávero.

O MEB foi a única que logrou intensa penetração no meio rural, inclusive dando apoio decisivo à sindicalização rural, principalmente no início dos anos de 1960. E foi o único movimento que sobreviveu ao golpe militar de 1964 e a repressão dos anos seguintes, devido exclusivamente ao fato de ser um movimento da igreja. (FÁVERO, 2006, p. 4).

De fato, o MEB não representou uma proposta revolucionária, mas inovadora em termos tecnológicos. Se no período anterior e posterior ao Regime Militar ele teve uma atuação progressista e politizadora, durante os Governos Militares ele oscilou entre evangelização e a formação.

O MEB constituiu-se em um sistema organizado em rede para desenvolver os trabalhos nos estados. Existiam dois sistemas: o sistema radiofônico organizado por uma rede de escolas radiofônicas e o sistema educação de base, organizado pelo sistema radioeducativo através dos grupos de base, ambos conduzidos por uma equipe local. A ideia era utilizar o instrumento das rádios para fins educativos direcionados para os trabalhadores rurais. Um dos objetivos do MEB era materializar intensivo processo de alfabetização desenvolvendo conteúdos de leitura, escrita e cálculo, dado o cenário de analfabetismo que o país atravessava. A alfabetização, entretanto, tinha contornos religiosos, uma vez que por ela poderia haver a intensificação do processo de evangelização (FÁVERO, 2006).

A depender do grupo que realizava as atividades, o MEB desenvolvia também uma educação política. Os temas versavam sobre a realidade brasileira, a educação na perspectiva da consciência histórica do Brasil daquela época, o processo de conscientização, a transformação da realidade brasileira, o homem político, a consciência do eu, o homem e o mundo, o trabalho com a luta do homem contra o mundo, a luta dos homens contra os outros homens, a consciência da dominação, a luta contra a estrutura de dominação, a aproximação e o diálogo, a cultura como resultado do encontro do homem com o mundo e da interação entre os homens, a luta revolucionária, cultura popular como elemento de libertação dos homens dominados, educação partindo dos anseios das camadas populares, educação popular como esforço para que a capacidade de revolta das classes populares fosse revolucionária, a educação do povo como elemento de conscientização das massas (FÁVERO, 2006).

Essa experiência se traduziu em uma ação da igreja na qual a educação de base se tornou prioridade e fosse estendida aos estados. O Estado do Pará experimentou esta ação, inclusive várias lideranças que estão na direção de sindicatos e federação passaram por ela. Isso significa dizer que esta experiência de educação de base, propriamente uma educação

política, pode ter sido uma contribuição da igreja para a formação de lideranças sindicais, tendo importante participação na fundação de sindicatos e na formação da consciência das populações rurais, num período marcado pela repressão devido ao regime militar.

Segundo Guerra e Marin (1990), no ano de 1965, as associações de lavradores, colonos e trabalhadores rurais até então existentes se transformaram em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que posteriormente, em 1968, irão fundar a FETAGRI. Para estes autores, em 1974 a formação sindical entra em cena, a partir do convênio realizado entre FETAGRI e Ministério do Trabalho, os quais teriam organizado cursos de formação sindical.

Pouco a pouco vão se formando grupos de oposição e equipes de educação sindical e vão se promovendo encontros sobre a questão da terra, até o assumir da direção da FETAGRI, em 1987, com uma perspectiva de "novo sindicalismo" apregoados por forças políticas diversas das que ocuparam por vários anos o aparelho organizativo. (GUERRA; MARIN, 1990, p. 52).

Pode-se observar que foram se construindo oposições sindicais para a tomada das direções dos sindicatos nesse período, a formação sindical assume um papel importante, contribuindo para que os dirigentes pudessem ter empoderamento político para se organizarem na tomada da direção da entidade estadual.

Sousa (2002) revela que na década de 70, a FETAGRI e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) desencadearam cursos sobre sindicalismo. Os participantes, ao retornarem para seus municípios iniciaram um processo de criação de sindicatos. Um desses cursos ocorreu em 1973 no Município de Baião. Os temas estudados foram os seguintes: constituição brasileira, histórico dos sindicatos, legislação sindical, direitos dos trabalhadores e como criar sindicatos.

A FETAGRI foi fundada em 1968 tendo como primeiro presidente Alberone Benedito Corrêa Lobato. É filiada a CONTAG e à CUT. Dos 144 STTR's filiados à FETAGRI, 115 são filiados à CUT-PA. Ela representa atualmente 144 STTR's, estando presente em todos os municípios paraenses. A partir de documentos desta organização, ela se autodefine como sendo:

Uma entidade sindical de 2º grau que representa milhares de famílias de agricultores(as) familiares (aqui incluídos os ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais) e milhares de assalariados(as) rurais; que vem trabalhando ao longo de sua história uma estratégia de implantação de políticas públicas no campo, como: reforma agrária, regularização fundiária, crédito, assistência técnica, infraestrutura (estradas, energia e agroindústrias), saúde, educação, previdência e assistência social. Essas ações e atividades têm nos seus objetivos a criação das condições de produção e reprodução humana na área rural e ganham uma ênfase especial durante a realização das Ações de Massa que, historicamente a FETAGRI tem promovido e que são conhecidos como os Gritos do Campo e da Amazônia, editados a partir de 1991; os Gritos da Terra Brasil (mobilizações articuladas nacionalmente a partir de 1994), e a Marcha das Margaridas. Sua estratégia de luta é definida como uma combinação da via institucional com as ações de massa de caráter semi-radicalizado que prioriza a negociação bem estruturada em propostas formuladas a partir das demandas vindas das categorias que compõem a sua base social. (FETAGRI, 2007, p.2)

Suas principais linhas de atuação são: formação/educação, meio ambiente; reforma agrária; regularização fundiária; violência no campo; políticas sociais; saúde; previdência; terceira idade e assistência social; cultura e lazer; direitos dos assalariados; políticas para a mulher trabalhadora rural e juventude.

De acordo com o Estatuto da FETAGRI aprovado em abril de 2013, Art. 1º, Parágrafo Único, sendo considerados trabalhadores (as) rurais: os assalariados (as) rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores (as) que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas.

Algumas ações e projetos desenvolvidos pela FETAGRI:

- Executora do projeto RAIZES 1999 e 2000 que capacitou 2.000 produtores em Conselhos municipais, Associativismo e Cooperativismo, Sistemas Agro Florestal e em Elaboração de Planos Municipais de desenvolvimento local sustentável. Qualificou 1.530 produtores familiares para desenvolvimento de projetos sustentáveis e geradores de trabalho e renda no meio rural. Qualificação de 60 conselheiros municipais estaduais em educação e desenvolvimento rural. (FETAGRI, 2007, p.3)

A FETAGRI executou o Projeto Raízes no período de 1999 a 2000, capacitando trabalhadores rurais nos mais diversos temas, qualificando produtores familiares e capacitando conselheiros municipais e estaduais em educação e desenvolvimento rural.

*“O Projeto Raízes foi realizado quando eu era Secretário de Formação da FETAGRI, existia um grupo de monitores, eles participavam do processo de nivelamento da concepção metodológica e pedagógica do projeto, associando alguns temas que são universais de conteúdo com os debates do movimento sindical. Esses técnicos participavam de processos formativos sobre o que é a história da FETAGRI, do sindicato, o que é a história do sindicalismo do Brasil e do Pará, qual a importância desses cursos para a evolução do sindicato e das organizações econômicas. Tinha um grupo de multiplicadores, de formadores, que participavam de algumas formações. O Projeto tinha um ano de execução, tinha umas três oficinas de capacitação e avaliação da execução desse projeto. Eram cursos modulares. Era financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) do Ministério do Trabalho, era repassado recurso para o governo do Estado. Houve muita dificuldade. Depois foi se percebendo que o processo de prestação de conta é muito rigoroso, então, como organizar a prestação de conta se o moto-taxi não tem recibo? se o barqueiro não tem recibo? a nossa capacidade operacional, para monitorar, acompanhar também era muito pequena. Teve uma parte do curso que foi uma audiência no Banco do Brasil para debater o Pronaf, o financiamento, o crédito. Havia a integração. Muitos participaram dos gritos, da mesa de negociação, se envolveram. Muitos jovens vinham participar de audiência na assembleia legislativa para entender como é que funciona a ação parlamentar, defender projetos. Houve bastante debate. Em alguns municípios eram articuladas ações do Projeto Raízes como plantar muda, catar lixo, limpar igarapé, fazer mutirões.”* (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI-PA).

A partir da fala acima explicitada, é possível inferir que a ENFOC não se constitui em única experiência de formação desenvolvida pela FETAGRI no Estado do Pará, a exemplo do Projeto Raízes, Projeto Proteger e do Programa Jovem Saber. É certo que cada curso possui sua especificidade, os debates, conteúdos e metodologias se diferenciam porque seguem a objetivos diferentes.

*“O Jovem saber ocorre em seis módulos. Para fazer o curso é necessário criar um grupo de estudo. O grupo é composto de no mínimo cinco pessoas e no máximo de dez, por município ou comunidade. Esses jovens vão receber 6 referente aos 6 módulos. Os temas são transversais: sistema de reprodução, sexualidade, educação do campo, agroecologia, cooperativismo, associativismo, segurança. É uma formação que acontece nos lugares mais distantes aonde o jovem pode acessar a internet. É uma formação da CONTAG. O Jovem Saber é específico para a juventude de 16 a 32 anos, esse é o diferencial. Já a ENFOC envolve todos, jovens, adultos e terceira idade, é presencial. O Jovem Saber, não! É restrito, é específico para a juventude e é online. No Estado do Pará o Jovem Saber foi criado em 2006 quando a Helena era da Comissão de Jovens. Temos hoje em torno de 300 grupos formados em todo o estado. Os jovens se reúnem uma, duas ou três vezes no mês, estudam a cartilha, depois fazem um relatório, nós avaliamos e mandamos para a CONTAG. Após o estudo das seis cartilhas, o jovem recebe o certificado.”*  
(Entrevistado Moisés de Souza Santos, Secretário Geral e de Juventude da FETAGRI-PA).

O Projeto Jovem Saber é um programa de capacitação à distância, via internet, direcionado para a juventude rural, articulando três eixos fundamentais: Política sindical, formação profissional e política pública. Os temas trabalhados são: educação, desenvolvimento rural e sustentável, agroecologia, organização da produção, cooperativismo, história do movimento sindical, gênero, organização e gestão sindical, metodologia de trabalho em comunidade, entre outros. Cada sindicato pode formar mais de um grupo, se houver necessidade. Os jovens que manifestarem interesse pelo curso devem formar grupos de estudos e se cadastrar na CONTAG. Ao receberem a primeira cartilha referente ao 1º módulo, os jovens devem estudar e fazer o relatório em até 45 dias e enviá-lo à FETAGRI, para que esta o avalie e o envie à CONTAG para a emissão da próxima cartilha do módulo seguinte.

A FETAGRI foi executora do Projeto Saúde e Gênero no Campo materializado por meio do convênio entre CONTAG, Ministério da Saúde e FETAG's sub-conveniadas. No Pará iniciou em 2005 e terminou em 2011. Foi implantado em oito municípios da região Bragantina. Tratava-se de um projeto de formação de multiplicadores nos temas da saúde, gênero, sexualidade, raça/etnia, tendo como objetivo desenvolver processos de educação aos trabalhadores rurais e o fortalecimento do controle social das políticas públicas, especialmente as de saúde no meio rural. Foi realizada primeiramente uma Oficina Territorial para fazer o

Diagnostico Rápido e Participativo (DRP) no sentido de traçar um diagnóstico da situação de saúde dos municípios envolvidos no projeto a partir das vivências dos participantes.

Este diagnóstico apontou para questões que posteriormente se transformaram nos temas e conteúdos debatidos nos módulos dos cursos: Drogas, sexualidade, gênero, raça/etnia, políticas públicas, entre outros. Os cursos eram presenciais, dando-se em três módulos, geralmente de três dias cada módulo, tendo o objetivo de criar condições teórico-metodológicas no movimento sindical para a efetivação de estratégias em defesa da saúde pública do campo. Versava sobre diversos conteúdos. A conjuntura socioeconômica e política do país e da América Latina, a saúde pública e os direitos das mulheres; gênero, raça e etnia e direitos sexuais; histórico das políticas públicas no Brasil, política de saúde e Sistema Único de Saúde (SUS); construção de estratégias para a defesa da saúde do campo. Ao final o projeto formou diretamente 90 multiplicadores.

A FETAGRI e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) foram executores do Projeto Proteger no período de 1999 a 2003 e abrangeu 42 municípios do estado. Foi um projeto de mobilização e capacitação de agricultores familiares e extrativistas para a prevenção de incêndios florestais na Amazônia, envolvendo um público de 10 mil pessoas nas ações, visitas de intercâmbio, seminários, mobilizações e cursos.

Esta entidade participa de instâncias governamentais e não-governamentais como fóruns e conselhos estaduais e municipais de saúde, de educação e de desenvolvimento rural, fortalecendo, desta maneira, o controle social das políticas públicas.

No Estatuto Social da FETAGRI aprovado em 20 de dezembro de 1988, foi criada a Secretaria de Formação:

Art. 19º: A Diretoria Efetiva da FETAGRI terá mandato de 03 anos e será composta dos seguintes membros:

- a- Presidência;
- b- 2º Vice-Presidente;
- c- 1º Secretário;
- d- 2º Secretário;
- e- 1º Tesoureiro;
- f- 2º Tesoureiro;
- g- Secretário de Formação e Comunicação;**
- h- Secretário de Problemas Agrários;
- i- Secretário de Política Agrícola;
- j- Secretário de Meio Ambiente;
- l- 05 Suplentes.

Esta composição foi adotada no congresso de 1990. A Formação surge como secretaria atrelada à pasta de Comunicação.

O presidente eleito e que implementou a medida foi Manoel Libório Ferreira dos Santos, tendo como Secretário de Formação e Comunicação José Ferreira Araújo.

No III Congresso da FETAGRI, foram aprovadas emendas ao Estatuto Social da FETAGRI com o Art. 19º alterado e que passa a ter a seguinte redação:

Art. 19º: A Diretoria Executiva da FETAGRI, terá mandato de três anos e será composta de oito membros, na seguinte ordem:

- ❖ Presidente: Coordenador Geral;
- ❖ Vice-Presidente: Diretoria de Política Agrícola;
- ❖ **Secretaria Geral: Diretoria de Formação e Comunicação;**
- ❖ Tesouraria: Coordenação de Finanças;
- ❖ Diretoria de Política Agrária e Meio Ambiente;
- ❖ Diretoria de Assalariados Rurais;
- ❖ Diretoria de Políticas Sociais;
- ❖ Diretoria da Mulher Trabalhadora Rural.

A Secretaria Geral passou a acumular funções e atender demandas de Formação e Comunicação. Ainda nesta emenda, evidenciam-se aspectos relacionados à formação:

A FETAGRI implantará um sistema de formação permanente de um coletivo de dirigentes sindicais e dirigentes regionais a nível estadual. Nas regionais será montada a mesma estrutura (autônomas), que será trabalhada pelos membros da região que fazem parte do coletivo estadual de formação e seus dirigentes. (Emenda ao Estatuto aprovada no III Congresso da FETAGRI).

Encontra-se nos primeiros estatutos da FETAGRI referência à formação e evidencia-se a existência de um coletivo sindical encarregado pelo desenvolvimento dos processos de formação nas regionais, sendo inclusive montada uma estrutura para a realização de tal tarefa.

Entre 1993 a 1999, a FETAGRI foi presidida por José Roberto Oliveira Faro. No primeiro mandato, o 2º Tesoureiro e Secretário de Formação e Comunicação foi José Raimundo Pompeu Portilho e, no segundo, a Secretária Geral e Diretora de Formação e Comunicação foi Rita da Luz Serra. Na eleição seguinte, tendo como Presidente Airton Faleiro, a formação foi assumida por Carlos Augusto Santos Silva. De acordo com os dados coletadas, este período foi marcado por um crescente processo de formação, em que foram desenvolvidos vários projetos como o Raízes e o Proteger, projetos estes de capacitação e formação de lideranças.



No mandato de Antônio de Souza Carvalho como presidente da FETAGRI no período de 2002 a 2005, Helena Ferreira da Cruz assumiu a Secretaria Geral e de Formação. Neste mandato, a secretaria geral passou a acumular funções inerentes à formação sindical e não mais a comunicação.

No Estatuto Social da FETAGRI aprovado em 1º de abril de 2005 evidencia-se:

Art. 27º - A Secretário/a Geral e Formação Sindical compete:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Congresso da Categoria;
- b) Supervisionar os serviços da secretaria da Federação;
- c) Coordenar a Política Estadual de Formação da Federação. A realização de cursos, encontros, seminários de formação e de educação política/sindical e de outros eventos que visam melhorar o grau de consciência e organização sindical da categoria;

Observou-se que a Secretaria Geral e de Formação Sindical coube à tarefa de desenvolver ações de formação a partir de uma política estadual de formação da federação. Este aspecto demonstra o foco que a formação assumiu nesse momento, por meio de cursos, encontros, seminários e, outros eventos, no sentido de elevação do grau de consciência e organização dos trabalhadores.

Do ano de 2005 a 2009, Ana Benício Ferreira assumiu a Secretaria Geral e de Formação tendo como Presidente Carlos Augusto Santos Silva. Foi neste mandato que a ENFOC foi criada.

Na eleição posterior, de 2009 a 2013, Francisco de Assis Solidade da Costa assume a pasta da formação, sendo designada de Secretaria de Formação e Organização Sindical. Atualmente, a FETAGRI é presidida por Francisco de Assis Solidade da Costa, tendo como Secretária de Formação e Organização Sindical Euci Ana da Costa Gonçalves.

Segue abaixo o quadro para identificar os presidentes da FETAGRI, com período de mandato, evidenciando o momento histórico em que a formação passou a existir enquanto secretaria.

Quadro 4 - Presidentes e Secretários de Formação da FETAGRI (1968 a 2017).

Nº	PRESIDENTE	MANDATO	SECRETARIA (FORMAÇÃO)
1º	Alberone Benedito Corrêa Lobato	1968-1987	Não consta.
2º	José Dias de Andrade Valente Moreira	1987-1990	Não consta.
3º	Manoel Libório Ferreira dos Santos	1990-1993	<b>Secretário de Formação e Comunicação:</b> José Ferreira de Araújo
4º	José Roberto Oliveira Faro	1993-1996	<b>2º Tesoureiro e Secretário de Formação e Comunicação:</b> José Raimundo Pompeu Portilho
	José Roberto Oliveira Faro	1996-1999	<b>Secretária Geral e Diretora de Formação e Comunicação:</b> Rita da Luz Serra
5º	Airton Luiz Faleiro (em 2001 este presidente saiu da FETAGRI para assumir uma direção na CONTAG)	1999-2001	<b>Secretário Geral e Diretor de Formação e Comunicação:</b> Carlos Augusto Santos Silva
6º	Rita da Luz Serra (vice-presidente do Aiton Faleiro assumiu a presidência em 2001 até o término do mandato).	2001 -2002	<b>Secretário Geral e Diretor de Formação e Comunicação:</b> Carlos Augusto Santos Silva
7º	Antônio de Souza Carvalho	2002-2005	<b>Secretária Geral e de Formação:</b> Helena Ferreira Cruz
8º	Carlos Augusto Santos Silva	2005-2009	<b>Secretária Geral e de Formação:</b> Ana Benício Ferreira
	Carlos Augusto Santos Silva	2009-2013	<b>Secretário de Formação e Organização Sindical:</b> Francisco de Assis Solidade da Costa
9º	Francisco de Assis Solidade da Costa	2013-2017	<b>Secretária de Formação e Organização Sindical:</b> Euci Ana da Costa Gonçalves

Organizado por M.J.C.P. Fonte: FETAGRI-PA

O Quadro 4 demonstra que a formação começou a existir como secretaria, atrelada a outras demandas a partir de 1990 no mandato de Manoel Libório Ferreira dos Santos. Constatamos que dois secretários de formação nas gestões mais recentes, de 2005 em diante, ascendem à presidência da entidade.

Em alguns documentos da FETAGRI, relatórios, atas de reuniões, encontramos referência ao aspecto da educação do campo do período de 1987 a 1990, mas não a um trabalho específico de formação sindical.

A Secretaria de Formação foi criada associada à pasta de Comunicação. Após, passou também a acumular a Geral e, nos dois últimos mandatos, está agregando a pasta Organização Sindical.

De acordo com o documento base do 8º Congresso dos Trabalhadores (as) Rurais do Estado do Pará, ocorrido em 2013, o momento das lutas sindicais no campo paraense é marcado por um acirrado processo de disputas envolvendo empreendimentos capitalistas, a

exemplo das atividades de mineração e do agronegócio (pecuária, soja, dendê e eucalipto), que tende a refletir negativamente na agricultura familiar, na medida em que se intensificam as disputas pela terra e pelos recursos naturais. Esse processo, ao mesmo tempo aprofunda as desigualdades no campo, com a exploração desordenada dos recursos naturais centrado num modelo de desenvolvimento que prioriza a produção em larga escala tendo em vista o mercado externo.

As atividades de produção que envolve o agronegócio produzem danos ambientais, a exploração exaustiva do solo, da água, da vegetação, com a utilização de agrotóxicos, criando um ambiente hostil à vida animal. Portanto, vivencia-se o crescimento da produção de soja, com a sua intensificação no Oeste Paraense, principalmente no entorno da BR 163, produção de eucalipto nas regiões Sul e Sudeste, crescimento da monocultura a partir do cultivo do dendê nas regiões próximas a Belém. A isto se somam as atividades mineradoras, a implantação de grandes projetos a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e construção de grandes portos (FETAGRI, 2013). A formação sindical por meio da ENFOC surge no contexto de intensificação desses projetos, no sentido de fortalecer os debates e mobilizações no combate a este modelo de desenvolvimento em curso no estado.

A ENFOC assume papel de empoderamento do conjunto da categoria para uma continuidade das lutas do movimento sindical, ou seja, lideranças sindicais detentoras de informações podem ter melhor condições de defesa dos seus projetos. Significa dizer que esse instrumento assume importância determinante para a própria sustentação deste movimento e de existência dos camponeses enquanto categoria social.

Segue um resumo simplificado de algumas ações de massa e de formações direcionadas aos trabalhadores rurais.

Quadro 5 - Atividades de ação/formação por período, atividade, objetivo, público e executores/financiadores.

Período	Atividades de ação e/ou formação	Objetivo	Público Alvo	Executores/ Financiadores
Desde 1940	Cursos de formação.	Formação com viés evangelizador.	Camponeses.	Igreja Católica.
1960	Criação do Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte (SAR).	Formação com o foco na campanha de sindicalização.	Lideranças sindicais rurais.	Igreja Católica.
1961	Criação do Movimento de Educação de Base (MEB).	Impulsionar a sindicalização e combater o analfabetismo no campo através das Escolas Radiofônicas.	Camponeses e lideranças sindicais.	CNBB/ Governo Federal (Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde)
1961	Criação do Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre (IADESIL)	Criação de cooperativas de crédito, formar sindicatos anticomunistas e estimular a conciliação entre patrões e empregados.	Populações rurais.	Instituições norte-americanas, com apoio da Igreja Católica.
1963	Criação do Instituto Cultural do Trabalho (ICT).	Oferta de cursos educacionais e de formação sindical.	Lideranças sindicais.	ICT / IADESIL.
1970	Criação de equipes educacionais. COMUNIDADES RURAIS, STTR's, FETAG's e CONTAG.	Oferta de cursos de Formação sócio-política e trabalhista. Renovação de lideranças sindicais. Educação de base. Consolidou-se entre 1973-1979.	Dirigentes, lideranças sindicais e trabalhadores de base (associados ou não).	CONTAG/FETAG's e STTR's.
1974	Cursos de formação	Promoção de encontros e cursos de formação sindical.	Lideranças sindicais.	FETAGRI/Minist. do Trabalho (Governo Federal).
1975	Criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra)	Luta em defesa da terra. Criação de grupos para organizar os trabalhadores rurais a partir de uma visão bíblica.	Trabalhadores do campo.	Igreja Católica da Amazônia Legal.
1991-1992	I, II e III Grito do Campo	Ação de massa de trabalhadores rurais.	Trabalhadores rurais.	FETAGRI, STTR's, MST, CPT.
1993	Grito da Amazônia	Ação de massa nos estados da Amazônia.	Trabalhadores rurais.	FETAG's, STTR's, MST, CPT.
1994 aos dias atuais.	Gritos da Terra Brasil	Ação de mobilização, reivindicação e negociação de pauta junto aos órgãos do governo federal.	Trabalhadores rurais.	CONTAG/FETAG's e STTR's. No PA, entidade promotora: FETAGRI, MST, CUT, CNS, MOPEPA. Entidades apoiadoras: FASE, CPT, Caritas Brasileira, CPP.
1998-1999	Projeto CUT-CONTAG	Projeto nacional de pesquisa e formação sindical, visando	Trabalhadores rurais.	CONTAG, FETAG's.

Período	Atividades de ação e/ou formação	Objetivo	Público Alvo	Executores/ Financiadores
		construir um diagnóstico dos rumos do desenvolvimento do campo, da ação e organização sindical, capacitação em políticas públicas, etc.		
1999-2001	Projeto Vento Norte	Programa de formação e qualificação profissional na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário na Amazônia.	Trabalhadores do campo e da cidade quem integram a Amazônia (Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima).	CUT-FETAG's. Financiador: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
1999-2000	Gritos regionalizados	Ação de massa nas regiões do estado do Pará, negociação de pauta junto aos órgãos do governo estadual.	Trabalhadores rurais.	FETAGRI/STTR's. Apoio: CUT.
1999-2000	Projeto Raízes: cidadania e desenvolvimento para o campo.	Cursos modulares de capacitação profissional para agricultores familiares.	Trabalhadores rurais, produtores familiares, conselheiros municipais e estaduais.	FETAGRI/FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).
1999-2003	Projeto Proteger Realizou-se no estado do Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.	Capacitação em Meio Ambiente, para a prevenção de incêndios florestais.	Lideranças e trabalhadores rurais.	FETAG's e GTA.
2000, 2003, 2007 e 2011.	Marcha das Margaridas	Mobilização massiva de mulheres trabalhadoras rurais, negociação de pauta junto aos órgãos federais em Brasília.	Mulheres e trabalhadores rurais.	CONTAG/FETAG's e STTR's.
2001-2013	Grito da Terra Pará.	Ação de massa nas regiões do estado do Pará, negociação de pauta junto aos órgãos do governo estadual.	Trabalhadores rurais.	FETAGRI/STTR's/ apoio: CUT.
2005-2007	Consórcio Social da Juventude Rural.	Projeto de capacitação de jovens rurais por meio do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, visando à qualificação social, profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.	Jovens rurais entre 16 e 24 anos. Regiões contempladas: Guajarina, Tocantina, Sul, Sudeste e Salgado.	CONTAG/FETAG's / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
2005-2011	Projeto formação de multiplicadores em gênero, saúde, direitos	Formação para o fortalecimento do controle social das políticas públicas	Lideranças sindicais, trabalhadores	CONTAG/FETAG'S e Ministério da Saúde.

Período	Atividades de ação e/ou formação	Objetivo	Público Alvo	Executores/ Financiadores
	sexuais e reprodutivos.	de saúde.	rurais, Agentes Comunitários de Saúde, Conselheiros Municipais de Saúde, gestores de saúde.	
2005 aos dias atuais.	Projeto Jovem Saber	Programa de capacitação à distância nos temas do sindicalismo rural.	Jovens trabalhadores rurais.	CONTAG/FETAG'S / Governo Federal.
2006 aos dias atuais.	ENFOC	Formação político sindical.	Lideranças e dirigentes sindicais, trabalhadores rurais e assessores do movimento sindical.	CONTAG/FETAG's /STTR's.
2014	Grito regionalizado: Marcha das Margaridas e Juventude Rural.	Ação de massa com o foco nas mulheres e juventude, negociação de pauta junto aos órgãos de governo municipal e estadual. Ocorreram em Santarém, Altamira, Itaituba, Oriximiná e Belém.	Trabalhadores rurais.	FETAGRI/STTR's e CUT.

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI e outros documentos.

O Quadro 5 demonstra parte dos cursos de formação realizados durante a história do movimento sindical que contribuiu para a fundação de sindicatos rurais, elevação da consciência política, renovação de lideranças, combate ao analfabetismo, combate às queimadas, ações estas que evoluíram para mobilizações como os gritos e as marchas que carregam um sentido formativo a partir da mística, dos atos, a representação da luta. Demonstra também o contexto em que a ENFOC surge e vem se consolidando.

No Estado do Pará, diversos processos de formação foram protagonizados por trabalhadores rurais, algumas foram ações, mobilizações e atividades que tiveram um sentido formativo. Valem destacar a ação do MEB, os Gritos, as Marchas, os projetos como: Raízes, Proteger, Vento Norte, CUT- CONTAG, Formação de Multiplicadores em Gênero e Saúde no Campo, Jovem Saber e Consórcio Social da Juventude. Já a ENFOC surge como escola permanente e continuada de promoção de processos de formação sindical de trabalhadores rurais na perspectiva de uma formação política e militante.

**PARTE IV**  
**A ENFOC NO PARÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PRÁTICA SINDICAL**

## 5. A CONSTRUÇÃO DA ENFOC

Este capítulo tem como objetivo analisar os elementos que favoreceram a criação da ENFOC, evidenciando seus objetivos, suas concepções, sua funcionalidade e como ela vem se estruturando e se organizando. Recorremos aos documentos da ENFOC como relatórios e outras publicações que julgamos importantes na tentativa de explicitar os fatores que contribuíram para o nascimento desta escola que vem se materializando efetivamente no campo brasileiro.

### 5.1 OS ELEMENTOS QUE FAVORECERAM À SUA CRIAÇÃO

É possível inferir que a formação sindical no contexto da CONTAG teve seu momento marcado no período da ditadura militar por meio de um crescente processo de formação que envolveu lideranças sindicais de todo o país com o objetivo de retomar o sentido do sindicalismo de defesa das lutas dos trabalhadores rurais, já que naquele período, as instituições (confederação, federações, sindicatos) estavam sendo controladas pelo Estado ditatorial, tendo a constante presença de interventores nas estruturas sindicais.

A conjuntura naquela época era de repressão das forças de esquerda e das lutas dos movimentos sociais. Se por um lado, tínhamos um cenário demarcado pela emergência do modelo desenvolvimentista centrado na industrialização num acelerado processo de penetração capitalista no país, por outro, no campo, se tinha a implementação de grandes projetos.

O MSTTR precisava se reestruturar e se reestabelecer social e politicamente, sendo a formação considerada uma estratégia para o seu fortalecimento. Isso demonstra o papel de destaque que a formação sindical assumiu naquele período, papel de organizar os trabalhadores para ocupar as direções, fortalecendo o processo de retirada dos interventores e pelegos das organizações sindicais, impostos pelo governo militar. Logicamente que o formato, os objetivos e os períodos dos cursos eram diferentes dos atuais.

Os cursos de formação tecidos no período da Ditadura Militar serviram como elemento de fortalecimento das lutas sindicais no país. Na medida em que a democracia se reestabelecia na sociedade a partir das lutas dos movimentos sociais, a relação do movimento sindical com o Estado, que por muito tempo estava fragilizada, começou a abrir espaço para o



diálogo e negociações. O MSTTR vai propondo, conquistando políticas públicas e se envolvendo no processo do controle dessas políticas. Os sindicatos vão sendo assumidos por lideranças do movimento dos trabalhadores rurais e outras prioridades vão surgindo. Esse aspecto evidencia os avanços do movimento sindical com as conquistas, uma vez que os trabalhadores começam a participar das proposições e controle das políticas públicas.

O que ganha força nos anos 1990 é a construção de um projeto alternativo para fazer frente ao projeto desenvolvimentista e neoliberal que estava em curso no país, num cenário com a predominância da monocultura para a exportação que vinha refletindo negativamente na vida dos trabalhadores do campo. Em 1991, no 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR) realizado em Brasília, o MSTTR sinalizou a necessidade de criação de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo.

Em 1995, no 6º CNTR foi proposta a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Foram realizados vários encontros, oficinas e seminários para o aprofundamento deste debate que culminou em 1998, por ocasião do 7º CNTR a criação do PADRSS, com base na reforma agrária, na defesa e fortalecimento da agricultura familiar, com o foco na sustentabilidade por meio do modelo produtivo agroecológico (ENFOC, 2009). O PADRSS se constitui em uma proposta de desenvolvimento rural construído por sujeitos do campo. Nele, questiona-se a concepção hegemônica de desenvolvimento que se baseia no crescimento econômico, no lucro, na concentração fundiária e na monocultura para a exportação.

Evidenciam-se as disputas de projetos de desenvolvimento para o campo: “De um lado projetos que têm como base o agronegócio e do outro, projetos que têm como base propostas alternativas” (ENFOC, 2009, p. 67). Este último propõe a sustentabilidade do ponto de vista social, ambiental, econômico e político. Em suma, trás em seus princípios fundamentais a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo, o que demanda políticas públicas intersetoriais como educação, saúde, garantias previdenciárias, salário digno, saneamento, energia, preservação do meio ambiente, erradicação do trabalho infantil e escravo, na defesa da reforma agrária, da agricultura familiar, no combate a concentração fundiária, na luta por igualdade de gênero/raça, com amplo processo de formação e organização sindical.

Este projeto propõe orientar a luta sindical, sugere um padrão produtivo com base na diversificação da produção, na valorização do que se produz localmente, com vistas a

promover a inclusão social e a diminuir as desigualdades. Indica a cooperação como lógica de mercado.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS – foi concebido como estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal e de superação do modelo agrário e agrícola vigente no país, pautados no latifúndio e no agronegócio. As bases essenciais de sua construção estão centradas na realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a ampliação, valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar... (ENFOC, 2009, p. 68)

O PADRSS foi ganhando destaque nos debates e espaços do MSTTR, sendo gestado num cenário de expansão do capitalismo, envolvendo disputas entre concepções e finalidades de projetos de desenvolvimento para o país.

Nos anos 2000, a formação retoma a sua importância no cenário sindical. Ela começa a se traduzir em proposta nos congressos e encontros, sendo inclusive muito cobrada em tais espaços como nos revela o Entrevistado Juraci Moreira Souto, Secretário Nacional de Formação e Organização Sindical da CONTAG:

[...] as pessoas diziam: A CONTAG precisa ter uma escola que faz formação continuada, formação permanente... e, isso foi se dando até que em 2005, as mulheres, também já num processo bastante organizado, - em todo congresso que a CONTAG faz, elas (as mulheres) fazem uma plenária nacional, elas se preparam pra ter uma participação mais qualificada em cada congresso - e, em 2004 elas fizeram essa plenária nacional e um dos pontos fortes na plenária foi a história da formação. Até aquele momento ali, as ideias delas era fazer formação só para mulheres e proporem à CONTAG em criar uma escola que fizesse formação só com as mulheres. Nesse período de 2004 pra 2005, essa ideia foi se maturando, veio o congresso em 2005, e nele as mulheres pautaram esse ponto e bancaram esse debate. O congresso entendeu que a formação era necessária, mas que naquele momento não deveria ser só para mulheres, deveria ser pra todo mundo. Formação no entendimento do congresso cabia independentemente dessa questão de gênero, de sexo.

Evidencia-se no depoimento deste dirigente sindical que participou diretamente da criação da ENFOC que naquele contexto histórico a pressão por formação dos trabalhadores no âmbito do movimento era intensa. Outro marco importante na fala deste é a presença da mulher no cenário das lutas sindicais, em que elas estavam em um processo organizativo significativo em torno do tema da formação.

A ENFOC inicialmente foi uma pauta das mulheres trabalhadoras rurais. A formação para elas significava um passo importante na construção de relações com “igualdade de gênero”. Entendia-se que a formação poderia ampliar a participação das trabalhadoras rurais

nos espaços diretivos do MSTTR. As próprias pesquisas demonstravam que embora houvesse um crescimento da participação das mulheres nos espaços de poder nos sindicatos, federações e confederação, que poderia estar relacionado com a política estatutária de cota que garantia 30% de participação das mulheres nas direções da confederação, federações e sindicatos, ainda assim, elas estavam ocupando cargos considerados de menor relevância nas estruturas sindicais (AMARAL, 2007). Naquele momento, a formação se apresentava como um fator de empoderamento das mulheres e espaço para que elas pudessem refletir sobre suas condições de vida e seus desafios. No entanto, as discussões ocorridas no 9º CNTTR que giraram em torno do tema da formação indicavam que esta era importante, mas que deveria atingir a todos, devendo ser universal, independente de gênero, traduzindo-se em uma necessidade do conjunto da categoria. Como resultado, o congresso aprovou a proposta de que a ENFOC fosse estendida a todos, não sendo restrita às mulheres.

Vale destacar que a CONTAG participava ativamente do Movimento da Educação do Campo e, desde 1998 tem inserido a educação na luta pela Reforma Agrária.

No ano de 2005 a ENFOC foi criada, sendo inaugurada em 2006. A partir deste momento a formação do MSTTR surge como elemento fundamental para a retomada e o fortalecimento das lutas no campo. A formação se apresenta como espaço privilegiado de reflexão dos desafios dos trabalhadores rurais, pois se considera que não há como pensar em “transformação” sem que haja um processo de educação que favoreça o pensamento crítico sobre a realidade em que as pessoas estão inseridas.

A formação sindical através da ENFOC se propõe elevar o nível de interpretação dos educandos sobre o mundo, romper com as explicações ideológicas hegemônicas que mascaram a realidade social, no exercício da autocrítica, no desenvolvimento da consciência política das pessoas. Esta se insere num projeto político de libertação humana.

Esta escola se diferencia das escolas convencionais existentes. A concepção de escola trabalhada pela ENFOC se assemelha com a ideia de escola explicitada por Garcia (2000, p. 9):

Não é qualquer escola que serve aos propósitos emancipatórios. Aos que estão engajados num projeto emancipatório não interessa uma escola que conte apenas a história dos vencedores, como se os temporariamente vencidos o tivessem sido por sua própria incapacidade ou por fraqueza. A escola que lhes serve é uma escola que conte a História do ponto de vista dos invadidos, dizimados, escravizados, explorados, pilhados, assujeitados no perverso processo de colonização, cujos descendentes continuam em sua ação dominadora.

A ENFOC se propõe a ser uma escola que conte a história da resistência e das conquistas contra-hegemônicas.

A escola oficial que temos em desenvolvimento no Brasil veicula um conhecimento que oculta muitos aspectos da real história dos “coletivos populares”, dos “excluídos socialmente” (ARROYO, 2014). Os “coletivos populares” na história foram vítimas de ocultamentos e de inferiorizações, daí um dos objetivos da ENFOC é justamente reconhecer que os sujeitos do campo são detentores de outros de saberes, modos de pensar e de se libertar. Pretende-se com esta escola construir conhecimentos “[...] em que a voz dos agricultores e agricultoras seja o ponto de partida; afinal eles leem e interpretam o mundo de acordo com os acúmulos construídos cotidianamente” (ENFOC, 2009, p.9).

A pedagogia trabalhada nesta escola vem ao encontro da concepção da pedagogia de resistência, de libertação e de emancipação (ARROYO, 2014) o que demonstra que existem experiências gestadas por sujeitos sociais que constroem cotidianamente concepções e práticas educativas diversas, que existem outros espaços pedagógicos, outros aprendizados, outros processos de produção do conhecimento, de humanização fora das instituições de ensino convencional.

A ENFOC surge na perspectiva de elevação da consciência crítica e política dos trabalhadores e seus dirigentes sindicais, tendo em vista motivar mudanças. Busca-se o conhecimento para a intervenção no contexto social e nas práticas sindicais.

Esta escola é orientada pela Política Nacional de Formação (PNF) e pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da CONTAG. A PNF foi construída a partir de 2000, articulada com a construção do PPP. A ênfase do PPP e da PNF se dá em torno da “transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos” (CONTAG, 2008, p. 13).

Para a construção da PNF, foi realizado o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), que construiu um diagnóstico da formação do MSTTR em articulação com as experiências de formação realizadas por entidades parceiras.

Este diagnóstico apontou que:

[...] - a Política Nacional de Formação precisa articular as demandas mais amplas às lutas do cotidiano sindical;

- retomar a formação de base e dos dirigentes para atuarem dentro desse contexto e no fortalecimento do PADRSS;
- construir um Projeto Político Pedagógico que tenha como centro a visão de mundo e a formação humana na perspectiva política, social, educacional e profissional;
- fortalecer os espaços formativos dos sindicatos, federações e na CONTAG;
- o referencial metodológico deve ser a formação continuada por meio de cursos de formação político-sindical que retome o debate sobre os sujeitos e suas especificidades, o campo e sua diversidade, e conjugue formação política ideológica com formação temática e auto-formação. (CONTAG, 2008, p. 14).

Este diagnóstico realizado por ocasião do ENAFOR construiu referenciais de funcionalidade da escola de formação, bem como ofereceu subsídios de como esta deveria ser constituída, que concepções iria se ancorar, que objetivos pretendia alcançar, que tipo de formação se esperava desta escola, que orientações deveriam seguir. A formação de base reaparece como uma das demandas necessárias para fortalecer as lutas do cotidiano sindical aliada à formação dos dirigentes na consolidação do PADRSS. Apontou para a necessidade de um PPP que orientasse a concepção de educação. Criavam-se as condições para a construção da ENFOC, tornando-se principal estrutura de formação, a qual dinamizaria as ações educativas nos sindicatos, federações e confederação. Por fim, outro elemento importante apontado por este diagnóstico foi que a formação deveria ser continuada, contrapondo-se a ideia de formação por meio de projetos que não seguem uma linha de continuidade, seria formação permanente através de cursos de formação com temáticas específicas. A formação seria um instrumento de ação visando fortalecer a organização sindical, aqui entendida como um dos meios para que a luta coletiva se materialize. A partir dela seria possível refletir sobre a prática sindical, em que a relação prática-teoria-prática fosse efetivamente alcançada. Esta escola não deveria ser mero espaço de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, “... um lugar de reflexão sobre a prática sindical” (CONTAG, 2008, p. 18).

A PNF é um referencial político e pedagógico que, por meio dos pressupostos – transformar realidades e emancipar sujeitos – conjuga seus dois fundamentos – PADRSS e PPP – e formula as diretrizes, os princípios pedagógicos, as abordagens e estratégias políticas para a efetivação da ação formativa. Resgata, articula e formula orientações para que a luta sindical geral seja articulada às específicas. Reflete e problematiza sobre a luta sindical e suas organizações, o campo e sua diversidade, os sujeitos e suas especificidades, as identidades individuais e coletivas, dando contornos e abordagens que reflitam sobre os sujeitos e suas práticas. Então, podemos dizer que: a PNF sugere uma retomada das discussões sobre ideologia e luta de classe – luta contra hegemônica – articula a ação sindical à ação formativa, fortalece as organizações sindicais. (CONTAG, 2008, p.21).

A PNF como explicitada acima é um referencial político e pedagógico que orienta o desenvolvimento da ENFOC. Nela a formação é vista como mecanismo de transformação social e elevação da consciência. Tem sustentação no PADRSS e no PPP. Convoca a escola a se tornar um espaço de reflexão sobre os sujeitos e suas práticas, convidando-a a se constituir em espaço de resistência das contradições sociais, políticas, ambientais e econômicas, num processo que articula ação sindical, formativa e organizativa.

Os princípios que compõe a PNF são aspectos considerados no desenvolvimento do fazer formativo da ENFOC. Entre eles destacam-se: o PADRSS como temática obrigatória, o que implica na compreensão do modelo de desenvolvimento e de sociedade que se pretende construir, aliado ao estímulo da criticidade, da compreensão sobre a realidade rural, sua dinâmica, no questionamento de valores conservadores, na construção de novos, na afirmação de identidades socioculturais, na difusão de valores como a solidariedade, a justiça, na superação de preconceitos, no incentivo à participação democrática, no respeito às diferenças, na recusa de verdades pré-estabelecidas e visões únicas de mundo, no respeito e valorização dos ritmos e tempos da construção coletiva do conhecimento (CONTAG, 2008).

As modalidades da ação formativa contida na PNF são: formação programada e formação na ação.

A formação programada é aquela que acontece por meio dos cursos, seminários e oficinas. É todo espaço destinado a realizar uma atividade educativa planejada, com intencionalidade bem definida, seguindo uma metodologia, de modo a alcançar a formação e a multiplicação de conhecimentos.

A formação na ação é aquela que ocorre no cotidiano da ação sindical, inclui a participação em congressos, seminários, ações de massa, assembléias e mobilizações. Esses são espaços da ação, que embora o processo formativo aconteça, não foi criado exclusivamente para desenvolver uma ação formativa propriamente dita.

É no PPP que encontramos as estratégias pedagógico-metodológicas que dão forma à prática formativa, que orienta sobre as abordagens, os métodos e as técnicas, investigando a melhor forma para que a ação formativa atenda aos objetivos propostos. Por isso deve orientar-se pela construção coletiva de conhecimentos, pelo uso de dinâmicas apropriadas. Deve tomar a mística como alimentadora de nossas utopias, primando sempre pelo princípio da solidariedade que favoreça a inclusão e o protagonismo dos diversos segmentos da classe trabalhadora, considerando suas especificidades. Deve valorizar, nos processos formativos, a dimensão investigativa, articulando com as dimensões pedagógicas e política e exercitar a sistematização das vivências, lançando mão de vários instrumentos e recursos pedagógico-metodológicos. (CONTAG, 2008, p. 29).

É no Projeto Político Pedagógico que constam as orientações, diretrizes e objetivos da formação. O PPP é mais que um plano de ação. Evidencia os princípios políticos, os sujeitos da formação, os caminhos pedagógicos e metodológicos, orienta o trabalho pedagógico, a sua organização e gestão.

A ENFOC tem como finalidade contida no PPP (CONTAG, 2008, p.53-54):

- Constituir e desenvolver um sistema de formação político-sindical, que valorize a abordagem ideológica e classista, voltada a atender as demandas dos trabalhadores (as) na disputa por um projeto de sociedade.
- Construir e desenvolver metodologias que respeitem a diversidade de ideias, as especificidades dos sujeitos políticos e, possibilite a educandos (as) o acesso a diversas visões existentes sobre um tema, dentro do campo de trabalho delimitado.
- Estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o PADRSS.
- Qualificar o debate sobre concepção sindical, identidade, campo e desenvolvimento, política pública e inclusão social, modos de produção e visão de mundo, democracia e participação cidadã, organização sindical e ação político sindical.

A ENFOC pretende contribuir para a formação de lideranças e trabalhadores rurais, aprimorando suas capacidades de desenvolver a ação sindical e de intervenção na realidade.

A partir das deliberações do MSTTR, esta escola é orientada a ser constituída com a participação de 50% de mulheres e, no mínimo, 20% de jovens.

A ENFOC executa suas ações por meio da seguinte organização: cursos nacionais de formação, cursos das grandes regiões (Norte, Sul, Centro-oeste, Sudeste e Nordeste) e cursos estaduais, finalizando o seu ciclo com a criação de GES nas comunidades rurais.

O itinerário dos cursos iniciam com a realização do Curso Nacional de Formação Política, em Brasília, com duração de 24 dias divididos em dois módulos, que se desdobra nas regiões geográficas do país, em que se realizam os Cursos Regionais de Formação nas 5 grandes regiões do país, podendo ser nas capitais dos estados e/ou municípios previamente selecionados, com mais 21 dias divididos em 3 módulos. Em seguida, desenvolvem-se os Cursos Estaduais, sendo executados nos 27 estados brasileiros, podendo ser nas capitais e/ou municípios escolhidos, com duração de 15 dias divididos em 3 módulos.

A gestão da ENFOC se organiza a partir dos seguintes espaços:

- Coordenação Política: Composta pela Secretaria de Formação e Organização Sindical, Presidência, Secretaria de Finanças e Administração e Secretaria Geral da CONTAG. Tem a função executora das ações, de acompanhamento da coordenação pedagógica, convênios, projetos, produção de materiais.
- Conselho Político Gestor: Composto pela coordenação política e um representante de cada região do país. É um colegiado ampliado com a função de articular a direção política da escola.
- Coordenação pedagógica: composta de assessores da secretaria de formação e das demais secretarias da CONTAG, a rede de colaboradores e a coordenação política. Tem a função de construir o desenvolvimento do itinerário pedagógico, dos materiais didáticos, das programações metodológicas, dos assessoramentos dos cursos.
- Equipe operativa: composta pela assessoria da Secretaria de Formação da CONTAG, sendo responsável pela execução dos trabalhos demandados pela coordenação política e pedagógica. (CONTAG, 2008, p.58-59)

A ENFOC também conta com uma Secretaria de Administração, tendo a tarefa de encaminhar a rotina da escola, contatos internos e externos, prestação de contas e banco de dados. Esta escola funciona na CONTAG, em Brasília, numa dependência específica para o desenvolvimento de suas atividades, toda equipada para este fim.

A ENFOC é organizada a partir dos seguintes eixos temáticos e pedagógicos (CONTAG, 2008, p. 55):

- 1º eixo temático: ação sindical e desenvolvimento rural sustentável solidário;
- 1ª unidade: Estado, sociedades e ideologias;
- 2ª unidade: história, concepções e prática sindical;
- 3ª unidade: Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário.
- Eixos pedagógicos:
- 1º eixo: Memória e identidade;
- 2º eixo: pedagogia para uma nova sociabilidade.

Esses eixos são orientadores dos cursos de formação tanto nacionalmente, quanto nos estados.

A matriz pedagógica aborda assuntos que vão desde identidade camponesa, classes sociais, trabalho no campo, relações sociais de gênero, relações étnico/raciais, metodologias participativas, mística, ludicidade, modos de produção, sistema de sociedade, projetos de desenvolvimento em disputa, diferença entre o agronegócio e a agricultura familiar, o mercado capitalista e a economia solidária, fisiologia do Estado Brasileiro, esferas de poder: executivo, legislativo e judiciário, relação Estado e sociedade, origem do sindicalismo, sindicalismo no Brasil, a história do MSTTR, o PADRSS, democracia representativa e democracia participativa, participação política, os papéis dos movimentos sociais, do



mercado, do Estado na construção de novas sociabilidades, controle social, entre outros (CONTAG, 2008).

A ENFOC tem uma orientação geral quanto aos conteúdos e temas a serem abordados. Os estados, regiões e municípios podem adaptar e fazer os ajustes e alterações a partir de sua realidade. A reprodução de conteúdos de um curso para o outro representaria uma perda de foco nos debates porque as realidades são diversas. As adaptações são permitidas desde que não desconsiderem os grandes eixos de referência que é o PADRSS, a PNF e o PPP.

A matriz pedagógica é composta de história do sindicalismo, do diálogo com os temas sobre desenvolvimento sustentável, a construção coletiva dos sujeitos, a organização do povo brasileiro, concepções ideológicas, as sociedades, os modos de produção. Outros temas foram incorporados como: agroecologia, eleição, plebiscito, campanha de sindicalização e grandes projetos (CONTAG, 2008).

De acordo com o Entrevistado Juraci Souto, os estados assumem a construção dos cursos estaduais, mesmo existindo os eixos nacionais de temas propostos para o debate que não podem ser desconsiderados, mas as equipes responsáveis estaduais tem liberdade de ajustar a os conteúdos de acordo com as necessidades do estado.

*“O próprio estado ao fazer seu curso estadual, formar sua turma de educandos, ele já se encarrega de fazer suas ações formativas dentro do estado, então ele apresenta uma proposta de ação formativa pra escola, a escola aprecia e tal, aprova, ajusta ou sugere algumas coisas e ajuda a construir essa ação lá no estado. Já tem estado que além do roteiro normal da escola, do seu itinerário, faz outros por conta própria.”*  
(Entrevistado Juraci Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).

Os cursos estaduais da ENFOC são construídos pelos alunos dos cursos nacionais e dos cursos regionais (das grandes regiões do país). Os conteúdos, metodologias podem sofrer alterações, o que não pode ser desconsiderado são os eixos temáticos e pedagógicos da ENFOC.

## 5.2 A ENFOC E SUAS PROPOSIÇÕES NO ESTADO DO PARÁ: como ela se constrói na prática

As atividades formativas no Estado Pará tiveram início no ano de 2009. Em 2010 a ENFOC do PARÁ propôs a criação de um itinerário próprio. Além de seguir o formato nacional que abrangem: cursos Nacionais, Regionais (regiões do país) e Estaduais, acrescentaram-se turmas Regionais (regiões do estado), Microrregionais e Municipais, como evidencia a figura abaixo.

Figura 4 - Organização dos cursos da ENFOC no Estado do Pará



Fonte: Cartilha da FETAGRI, 2012.

A Figura 4 demonstra como os cursos da ENFOC no Estado do Pará estão organizados, com a inclusão de turmas regionais, microrregionais e municipais.

Para que a formação atingisse o maior número de pessoas, considerando as particularidades regionais e a dimensão territorial do Pará, a ENFOC no Estado descentralizou os cursos para as regiões, microrregiões e municípios. Essa mudança representou não só alteração no itinerário dos cursos, mas, sobretudo, o fortalecimento da ação sindical, constituindo-se como estratégia de mobilização e fortalecimento do MSTTR paraense.

*“Se a gente fosse seguir o itinerário da nacional, a gente não estaria no patamar que a gente está hoje. Teria atingido poucos sindicatos, poucos dirigentes e não teria feito à mobilização como fizemos. Esse foi o fator que fez com que a gente rompesse com o itinerário nacional porque a nossa realidade não nos permitia fazer formação com o itinerário proposto pela nacional.” (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização da FETAGRI-PA).*

A mudança no itinerário da ENFOC se baseou na lógica de envolver um conjunto maior de lideranças e dirigentes, de dialogar com a realidade de vida dos trabalhadores, de fortalecer a base sindical a partir da organização dos grupos de estudos nas comunidades rurais.

A ideia de construir as turmas regionais se deu como forma de contemplar um maior número de dirigentes sindicais e lideranças nos processos formativos, considerando as condições territoriais do Estado. A estratégia em criar os cursos nas regiões está ligada à ideia das regiões poderem ter autonomia em realizar suas próprias formações, de forma contínua. Estes cursos são financiados com recursos da própria regional e sindicatos, em que os educandos colaboram levando produtos de sua roça. Dependendo da situação financeira da regional ou sindicato, os educandos colaboram arcando também com as despesas do seu transporte.

As turmas microrregionais foram criadas devido à extensão das regiões. Os municípios mais próximos e com afinidade política dentro de uma região organizam e coordenam os cursos microrregionais, sendo estes responsáveis pelas despesas financeiras do curso.

As turmas municipais se caracterizam por ser no mesmo município em que os participantes residem, o que favorece o maior número de participantes na ação formativa, podendo, a formação, alcançar os trabalhadores na base, com a criação dos GES nas

comunidades rurais. Estas turmas se constituem em espaços intermediários que tem como objetivo fortalecer os GES.

Vejamos a participação de lideranças do Estado do Pará nos diversos níveis de formação realizados nos períodos de 2006 a 2013 nos quadros 6 a 11.

**Quadro 6 - A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO PARÁ NOS CURSOS NACIONAIS.**

<b>TURMA NACIONAL</b> (média 4 alunos por estado)	<b>ANO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
1ª	2006	2	12	2
2ª	2008	2	12	2
3ª	2010	2	12	4
1ª Específica para Mulheres	2010	2	12	3
4ª	2012	2	12	2
<b>Nº de Turma</b>	<b>5</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>			

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 6 explicita que 13 alunos do Estado do Pará participaram das turmas nacionais. Estes alunos foram responsáveis pela realização dos cursos da Região Norte, cursos estaduais e a multiplicação destes no estado.

**Quadro 7 - A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO PARÁ NOS CURSOS REGIÃO NORTE.**

<b>TURMA REGIÃO NORTE</b> (média 10 alunos por estado, contando com os da nacional)	<b>ANO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
1ª	2007	3	7	8
2ª	2009	3	7	9
3ª	2011	3	7	10
4ª	2013	3	7	10
<b>Nº de Turma</b>	<b>4</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>			

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 7 evidencia que 37 alunos do Estado do Pará participaram dos cursos da Região Norte. Estes, juntamente com os alunos dos cursos nacionais, foram responsáveis pela realização dos cursos estaduais e demais cursos no estado.

Quadro 8 - A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS NOS CURSOS ESTADUAIS.

<b>TURMA ESTADUAL</b> (média 5 por regional)	<b>ANO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
1ª	2009	3	5	40
2ª	2010	3	5	40
3ª	2013	3	5	40
<b>Nº de Turma</b>				<b>3</b>
<b>TOTAL</b>				<b>120</b>

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 8 elucida a participação dos alunos do Estado do Pará nos cursos estaduais. Foram 120 alunos que concluíram os cursos estaduais no período de 2009 a 2013.

Quadro 9 - A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS NOS CURSOS REGIONAIS DO PARÁ.

<b>TURMA REGIONAL</b> (média 40 alunos)	<b>ANO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
Baixo Amazonas	2011-2012	3	5	40
Bragantina	2010-2011	3	5	40
Guajarina	2009	3	5	40
Guajarina	2012	3	5	40
Ilhas	2012	3	5	40
Salgado	2010-2011	3	5	40
Sudeste	2010	3	5	40
Sul	2010	3	5	40
Sul	2011	3	5	40
Tocantina	2010	3	5	40
Transamazônica	2012	3	5	40
<b>Nº de Turma</b>				<b>11</b>
<b>TOTAL</b>				<b>440</b>

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 9 explicita a participação dos alunos do Estado do Pará nos cursos regionais. Foram 440 alunos formados. Estes se encarregaram, juntamente com os egressos das turmas nacionais, regionais, estaduais de realizar os cursos microrregionais, municipais e criação dos GES.

Quadro 10 - A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS NOS CURSOS MICRORREGIONAIS.

<b>TURMA MICRORREGIONAL</b> (média 40 alunos)	<b>ANO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
<b>Baixo Amazonas</b> – Monte Alegre: (Monte Alegre e Almeirim)	2012	3	5	40
<b>Bragantina</b> – Caeté: (STTR's: Tracuateua, Viseu, Augusto Corrêa e Bragança)	2011- 2012	3	5	40
<b>Bragantina</b> – Capim: (Aurora do Pará, Irituia, Mãe do Rio e São Domingos do Capim)	2012	3	5	40
<b>Bragantina</b> – Capanema: (Capanema, Nova Timboteua, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Ulionópolis, São Domingos do Capim, Mãe do Rio, Garrafão do Norte e Bragança)	2012	3	5	40
<b>Salgado</b> - Terra Alta: (STTR's: Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Marapanim):	2012	3	5	40
<b>Salgado</b> – Castanhal: (STTR's: Castanhal, Inhangapi e São Francisco do Pará)	2012	3	5	40
<b>Sudeste</b> - PA 150: (STTR's: Jacundá, Nova Ipixuna e Goianésia)	2012	3	5	40
<b>Transamazônica</b> - BR 163 (Aveiro, Rurópolis e Itaituba)	2012	3	5	40
<b>Nº de Turma</b>	<b>8</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>			

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 10 evidencia a participação dos alunos nos cursos microrregionais. Vale destacar que o Estado do Pará foi pioneiro quanto à introdução de turmas no nível regional (considerando as regiões do estado do Pará), microrregional e municipal. Foram 320 educandos formados nas microrregiões do estado.

Quadro 11 - A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS CURSOS MUNICIPAIS.

<b>TURMA MUNICIPAL</b> (média 40 alunos)	<b>MÓDULO</b>	<b>DURAÇÃO</b> (dias por módulo)	<b>Nº DE FORMADOS DO PARÁ</b>
<b>Baixo-Amazonas</b> Oriximiná: 1 Santarém: 4	3	5	200
<b>Bragantina</b> Tracuateua: 1 Nova Timboteua: 1	3	5	80
<b>Guajarina</b> Acará: 1 Barcarena: 1 Concórdia do Pará: 1 Mojú: 1 Tailândia: 2	3	5	240
<b>Salgado</b> Santa Bárbara: 1	3	5	40
<b>Sudeste</b> Itupiranga: 1 Marabá: 1 Rondon do Pará: 1	3	5	120
<b>Sul</b> Altamira: 1 Redenção: 1	3	5	80
<b>Transamazônica</b> Anapú: 1 Uruará: 1 Medicilândia: 1 Brasil Novo: 1 Senador José Porfírio: 1	3	5	200
<b>Nº de Turma</b>	<b>24</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>960</b>		

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 11 revela a participação dos alunos nos cursos municipais. Foram aproximadamente 960 alunos formados nos municípios paraenses.

Quadro 12 - OS GRUPOS DE ESTUDOS SINDICAIS NO ESTADO DO PARÁ.

<b>Grupo de Estudo Sindical (GES)</b> (Integrante por grupo: 5 a 15)	<b>Nº de GES</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES</b>
Baixo-Amazonas	2	20
Guajarina	8	80
Sudeste	4	40
Sul	4	40
Transamazônica	2	20
<b>Nº de GES</b>	<b>20</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

O Quadro 12 salienta o quantitativo de GES criados no Estado do Pará. Foram 20 GES, envolvendo um total de 200 participantes.

Quadro 13 - SÍNTESE DAS FORMAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ.

<b>Nº de STTRS envolvidos nas formações da ENFOC</b>	122
<b>Total de Turmas realizadas no Estado do Pará</b>	46
<b>Total de alunos formados do Estado do Pará</b>	1.880
<b>Total de alunos formados pela ENFOC no Estado do Pará</b>	1.840
<b>Total Participante do Pará nos processos de formação (incluindo os GES)</b>	2.080
<b>Nº de integrantes da Rede de Educadores Populares do Pará (formados pela ENFOC)</b>	300
<b>Rede de colaboradores do Pará</b>	92

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI, 2014.

Esses quadros<sup>4</sup> evidenciam a participação de alunos da ENFOC nos diversos níveis dos cursos: Nacional, Regionais (Região Norte onde o Pará está localizado), Estaduais, Regionais (do estado), Microrregionais, Municipais e GES. Foram 13 alunos formados nos cursos nacionais, sendo estes participantes também dos cursos regionais (Região Norte), que se somaram a 27 alunos, e que juntos, foram responsáveis por 3 cursos estaduais, formando 120 educandos. Esses 120 se doaram na realização dos cursos regionais, microrregionais e municipais no estado, formando um total de 1.880 alunos. Só de GES, nesse período, foram criados 20, mobilizando um público de 200 lideranças e trabalhadores rurais.

Assim, a ENFOC do Pará formou 46 turmas, incluindo turmas estaduais, regionais, microrregionais e municipais, alcançando um público de 1.840 participantes em suas atividades, ao incluir o GES alcança um total de 2.080 participantes, contando com uma rede extensa de colaboradores, 92 integrantes e, 300 educadores populares que são alunos egressos das turmas que conseguem multiplicar os processos formativos.

---

<sup>4</sup> Estes quadros foram montados com as informações constantes na Cartilha da FETAGRI (2013) e complementado com informações do Presidente da Francisco de Assis Solidade e a Secretária de Formação e Organização Sindical, Euci Ana da Costa Gonçalves, ao longo do primeiro semestre de 2014.



O Quadro 14 evidencia, de forma cronológica, os cursos desenvolvidos pela ENFOC no cenário brasileiro, destacando o período de realização de cada curso e o número de participante em cada região.

Quadro 14 - ENFOC no contexto nacional período: 2006 a 2013.

<b>Cursos/Ações/Atividades</b>	<b>Ano</b>	<b>Participantes</b>
1º Curso Nacional.	2006	120
1º Curso Regional, nas 5 regiões do país.	2007	Sul: 30 Sudeste: 40 Centro-oeste: 40 Nordeste: 90 Norte: 70
1º Curso Estadual, em 25 estados brasileiros. Apenas Roraima e Distrito Federal não realizaram. O Pará realizou este curso em 2009.	2008	45
2º Curso Nacional.	2008	117
2º Curso Regional, nas 5 regiões do país.	2009	Sul: 30 Sudeste: 40 Centro-oeste: 40 Nordeste: 90 Norte: 70
2º Curso Estadual, nos 27 estados brasileiros.	2010	45
1º Curso Nacional para Mulheres.	2010	100
3º Curso Nacional.	2010	109
ENFOC no Estado do Pará (Início dos Cursos Regionais, Microrregionais e Municipais)	2010	
3º Curso Regional, nas 5 regiões do país.	2011	Sul: 30 Sudeste: 40 Centro-oeste: 40 Nordeste: 90 Norte: 70
3º Curso Estadual, em 26 estados. Apenas Bahia não realizou. O Pará realizou este curso em 2013.	2012	45
4º Curso Nacional	2012	100
ENFOC no Estado do Pará - I Jornada Pedagógica	2012	50
ENFOC no Estado do Pará - II Jornada Pedagógica	2013	120
4º Turma Regional, nas 5 regiões do país.	2013	Sul: 30 Sudeste: 40 Centro-oeste: 40 Nordeste: 90 Norte: 70
Experiências de turmas Regionais, Microrregionais e Municipais em outros estados brasileiros.	2013	Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
GES	2010	Nordeste: Alagoas, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão. Outras regiões: Rio Grande do Sul e Pará.

Organizado por MJCP. Fonte: CONTAG<sup>5</sup>, 2014.

<sup>5</sup> Os dados foram coletados junto à assessoria da Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG, Antenor Lima, a partir do Sistema de Informação da CONTAG. Em, 09 de setembro de 2014.

O Quadro 14 demonstra que as ações formativas no Estado do Pará por meio de seu itinerário próprio teve início em 2010, com as primeiras turmas regionais, microrregionais e municipais. Também foi neste ano criada a primeira experiência de GES no Estado. As Jornadas Pedagógicas enquanto ações formativas e metodológicas construídas pela ENFOC do Pará tiveram início no ano de 2012, com a sua primeira edição, mobilizando diretamente 50 participantes. A segunda mobilizou diretamente 120 educandos, realizou-se no ano de 2013.

A ENFOC se diferencia do modelo de escola oficial como, por exemplo, as escolas governamentais que oferecem educação básica. Esta é uma escola criada no seio de uma organização, a dos trabalhadores rurais. Destina-se à categoria profissional e ao perfil social dos trabalhadores rurais, é financiada com recursos da própria entidade por meio do Fundo Solidário da ENFOC, em que é destinado 1% sobre a arrecadação sindical dos aposentados e pensionistas. Este fundo arca somente com as despesas dos cursos nacionais, regionais (regiões do país) e estaduais. A ENFOC no Pará se sustenta com recursos próprios. Os cursos regionais (regiões do estado), microrregionais e municipais são custeados pelas regionais e sindicatos.

A ENFOC possui uma organicidade própria e se articula em rede, envolve diversos profissionais, intelectuais e pessoas que possuem afinidade com o movimento e que são convidados a participar das atividades de ensino e aprendizagem. Estes compõem a rede de colaboradores e educadores populares, instalada em todos os estados brasileiros e, no Estado do Pará é organizada por uma equipe ligada à Secretaria de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA. Esta equipe, por sua vez, é formada por duas coordenações: a política e a pedagógica. A ENFOC não funciona em um único espaço físico, pois é itinerante, cada curso ocorre em lugares e espaços diversos.

De acordo com Hage (2010, p. 1),

A itinerância também se materializa porque a escola está sempre em ação, está em movimento na busca por modificar as estruturas físicas e humanas de uma forma escolar que por muitos anos viveu processos de padronização, servindo a fins definidos pelas elites brasileiras.

O termo itinerância está ligado à ideia de deslocamento, em que o movimento precisa deslocar-se de acordo com o acampamento, peculiar ao MST. Em outras palavras, as escolas

itinerantes são aquelas que se movimentam conforme o movimento, que se descolam, que percorrem diferentes itinerários e funcionam em diferentes espaços (HAGE, 2010).

Entretanto,

[...] seu significado não se resume a uma situação de deslocamento físico da escola, apesar de essa ser marca de sua identificação, mas representa um ritual pedagógico alternativo às práticas convencionais que a escola apresenta, sob influência do processo social no qual a escola se insere, como, por exemplo, a participação nas cirandas, nas marchas, congressos e mobilizações, onde os sujeitos acampados se reúnem em momentos de formação e atividades pedagógicas. Assim, a itinerância também se materializa porque a escola está sempre em ação, está em movimento na busca por modificar as estruturas físicas e humanas de uma forma escolar que por muitos anos viveu processos de padronização, servindo a fins definidos pelas elites brasileiras (HAGE, 2010, p.1).

A ENFOC se apresenta como escola itinerante porque a formação precisa chegar aonde se encontram os trabalhadores rurais, nos locais de militância política. A escolha do local depende de alguns fatores: os possíveis debates, conteúdos, as parcerias estabelecidas, a manifestação do interesse das lideranças locais, são alguns determinantes desta escolha.

É uma escola que se faz existir por sua finalidade, objetivos, metas, estratégias, público, conteúdos, concepções pedagógicas e organicidade e, vem criando espaços que favorecem debates e reflexões importantes interna e externamente ao movimento. É uma escola que trabalha a concepção de educação para a multiplicação: quem passa por ela sai com a missão de multiplicar o que aprendeu, disseminando o conhecimento de maneira a fortalecer a base que compõe a estrutura sindical. Os egressos desta escola compõem a rede de educadores populares da ENFOC.

Nesta escola é trabalhado um aspecto interessante: o sentimento de pertencimento. No decorrer do processo, observou-se que os participantes se envolvem com os problemas que afligem a categoria, manifestando-se o sentimento de que é possível protagonizar a luta e ação sindical de forma interventora.

Geralmente as atividades da ENFOC iniciam com uma mística, processo presente em todos os momentos da formação, sempre articulada com os temas, conteúdos e objetivos do módulo. As místicas são planejadas e realizadas coletivamente por meio da expressão oral, corporal e escrita, utilizando sons, ritmos, símbolos. Busca propiciar a reflexão de inquietações e de sonhos. A mística é utilizada tendo em vista “[...] fortalecer laços e aprofundar a responsabilidade solidária” (FRITZEN, s/a, p.2). Segundo este autor, a mística é utilizada para gerar a cumplicidade e o envolvimento de todos que participam do processo

formativo. Ela motiva os participantes a engajarem-se na concretude dos sonhos. É trabalhado, através dela, o aspecto da fé e da esperança.

A Figura 5 demonstra um momento em que os participantes realizaram uma ciranda, cantando de mãos dadas em direção à propriedade agrícola onde seria realizada a visita pedagógica.

Figura 5 - I Jornada Pedagógica - Placas, 2012.



Fonte: Arquivo FETAGRI.

Os cantos e/ou músicas servem como elemento de animação nos intervalos entre uma atividade e outra. Os conteúdos previamente selecionados compõem a matriz pedagógica, proposta nos cadernos de textos, entregue a cada participante, sendo realizada a leitura individual ou coletiva, na maioria das vezes em grupo, o que favorece a integração. Nesse contexto, o lúdico trabalhado possibilita aos participantes um processo dinâmico e participativo, por meio da construção coletiva do conhecimento e da valorização dos saberes dos educandos.

Como recurso metodológico se vale de diversos mecanismos, a exemplo dos diálogos pedagógicos, cartas pedagógicas, a construção de painéis, visitas pedagógicas, oficinas

temáticas, exibição de vídeos, avaliação por meio da mandala, trabalho em grupo, a socialização das atividades em círculo e em coletivo.

A mandala é um recurso utilizado para fazer debates de diversos temas e também da avaliação dos processos formativos. Tem formato circular, em que se colocam as tarjetas com os pontos em debates. São utilizadas figuras, desenhos, palavras, fotos, sementes, objetos, entre outros.

Por ser uma escola itinerante possibilita deslocar a formação para os locais onde vivem e atuam os participantes. Ao mesmo tempo, propicia a troca de experiências e vivência de diferentes realidades, tornando-se um laboratório de aprendizagens.

Os debates são realizados sempre mediados por um ou mais convidados, pessoas que compõem a rede de colaboradores e educadores populares. As atividades são realizadas normalmente em círculo. No início de cada curso é de praxe a turma ser dividida em equipes para aperfeiçoar o desenvolvimento do trabalho (animação, infraestrutura, meio ambiente, avaliação e sistematização).

Os dormitórios e banheiros são utilizados coletivamente, igualmente com o café, almoço, lanche e jantar. A alimentação é priorizada com componentes naturais, frutas da terra, farinha, ovos, galinha, boa parte deles doados pelos próprios participantes. Outro elemento visível é a articulação entre a teoria e a prática. Geralmente, no decorrer do curso, há espaço para as visitas pedagógicas, ou seja, o deslocamento dos alunos do local em que acontece o curso, até os lotes agrícolas, propriedades de agricultores familiares, em que se demonstram experiências de produção e cultivo, propriedades de empresas monocultoras ou grandes obras de infraestrutura. Sempre que ocorrem essas visitas há uma discussão, em que os participantes são levados a refletir a situação vivenciada, articulando os debates produzidos no curso e a realidade presenciada.

Toda essa funcionalidade dos cursos nos leva a pensar que a ENFOC está dentro de um processo mais amplo, a educação. “A educação existe onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (BRANDÃO, 2007, p. 13). De acordo Brandão, a educação ultrapassa os muros da escola, ocorre em diferentes espaços, contextos e de variadas maneiras. Existe a educação sem haver escolas e, a aprendizagem existe sem haver o ensino oficial.

Nos cursos da ENFOC o ambiente é coletivo, se prioriza a troca de experiências e vivências, o conhecimento é produzido a partir da interação dos sujeitos participantes. As atividades são planejadas previamente tendo objetivos e intencionalidade delimitada.

Gohn reflete sobre a aprendizagem e o exercício de práticas que:

[...] capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos, gerados pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmaras de gestão, de forma que estes cidadãos possam entender e fazer uma leitura do que está ao seu redor, quem é quem, que projetos e quais interesses cada um defende, quais são os interesses da maioria que deveriam ser defendidos, quais são as práticas cidadãs e emancipatórias, a aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor[...] (GOHN, 2010, p. 35-36).

Este modelo de educação se dá nas organizações e nos movimentos sociais. Seus conteúdos partem dos indivíduos, emergem da problematização do cotidiano, da realidade social. Os processos formativos são motivados, dinâmicos, interativos, tem um caráter humanista, os caminhos, objetivos, conteúdos podem sofrer alterações.

Esta reflexão dialoga com a análise sobre a emancipação dos sujeitos, elucidada por Gohn, que pode estar relacionada à ideia de poder, dominação, direitos que implicaria no processo de participação e de democracia. A ideia da educação como instrumento de emancipação se alia a de libertação, que se contrapõem a concepção de reprodução das relações de poder e de dominação de uns sobre os outros.

Deve haver emancipação das consciências para que se compreenda que a realidade em que estamos inseridos não é estática, nem fruto de uma ordem natural ou de qualquer outra força terrena. É preciso saber refletir sobre essa realidade, perceber-se como sujeitos históricos que podem se posicionar, emitir opinião, fazer escolhas, construir rumos para suas vidas (GOHN, 2010, p. 58-59).

Emancipar está ligado à ideia dos educandos, nos processos formativos, terem condições de refletir sobre as suas práticas, sejam elas positivas ou negativas, podendo, caso necessário, alterá-las, tendo em vista atender a objetivos coletivos e não individuais. As práticas fomentadas pela ENFOC motivam seus participantes a estarem voltadas aos interesses da coletividade. Uma prática da transparência que promova a participação e a democratização dos espaços sindicais.

### 5.3 AS AÇÕES PEDAGÓGICAS DA ENFOC NO ESTADO DO PARÁ

Desde o ano de 2012, a ENFOC no Estado do Pará vem experimentando ações formativas conhecidas como Jornadas Pedagógicas. Concebendo-as como ações inovadoras, este Estado foi o primeiro a introduzir este modelo de ação pedagógica, que tem como foco a articulação entre teoria e prática.

Durante a pesquisa, acompanhei as duas primeiras Jornadas da ENFOC, 2012-2013, participei diretamente da sistematização e relatoria das mesmas. As informações aqui contidas baseiam-se em dados coletados durante a jornada e em relatórios, publicações e demais documentos sobre estas ações.

As Jornadas são atividades itinerantes realizadas em diferentes municípios, contemplando os temas dos cursos da ENFOC. Possibilita a articulação dos debates com as realidades locais vivenciadas pelos participantes. Tem duração de aproximadamente 12 dias cada. Com as jornadas, os cursos ganham significado diferente, pois se constitui em metodologias que promovem a aproximação entre a teoria e a prática, o que enriquece o processo formativo, além de facilitar a compreensão dos temas debatidos porque se vivencia a realidade. A Figura 6 se refere à visita Pedagógica a Fábrica de produção de chocolate em Medicilândia durante a I Jornada Pedagógica da ENFOC.

Figura 6 - Visita Pedagógica à Fábrica de Chocolate Cacaaway, Medicilândia, 2012.



Fonte: arquivo FETAGRI.

Neste momento foram realizados debates sobre a produção agrícola do cacau, funcionamento da fábrica, como surgiu à cooperativa, quem são os cooperados, como a fábrica se mantém, qual a produção mensal de chocolate e como ocorre a comercialização.

As Jornadas se traduzem em espaços educativos porque favorecem a construção do conhecimento, aproximando dirigentes e lideranças dos problemas práticos dos trabalhadores.

Durante as Jornadas, utilizaram-se estratégias para melhor desenvolver o processo de ensino e aprendizagem: diários, para que os educandos fizessem suas anotações e registros de suas impressões das atividades que estavam sendo realizadas, cartas avaliativas, para que os mesmos pudessem descrever a sua percepção a respeito do desenvolvimento da ação formativa, relatórios individuais, trabalho em grupo, vídeos, música, entre outros.

A Figura 7 se refere à visita pedagógica no Município de Medicilândia na propriedade de um agricultor e sócio do sindicato que trabalha a produção do cacau orgânico.

Figura 7 - Visita Pedagógica à produção agrícola de cacau – Medicilândia, 2012.



Fonte: Arquivo FETAGRI.

Esta imagem se deu no momento em que o agricultor e produtor de cacau Sr. Pedro estava explicando aos participantes da jornada como ele realizava a plantação e produção de



cacau, desde o preparo da terra até a colheita e comercialização. Observa-se o olhar atento dos integrantes da ENFOC as informações emitidas pelo produtor, em que estes realizam as suas anotações em seus diários que, em outros momentos, serão socializados.

Com um jeito lúdico e criativo, as jornadas conseguiram envolver os participantes nas ações. A dinâmica que se construiu em torno das metodologias transformou o cansaço, devido ao deslocamento entre os diferentes espaços e municípios e o tempo extensivo, em motivação para aprender. A realidade de vida dos agricultores e o contexto social, econômico, ambiental, produtivo e de desenvolvimento observados nos locais em que ocorreu a Jornada, se tornou um laboratório de pesquisa em que os educandos puderam não apenas vivenciar, mas refletir sobre assuntos, para muitos, desconhecidos. As Jornadas focaram para as vivências, uma formação contextualizada. Ela não teve a pretensão em levar respostas aos problemas presentes na vida dos trabalhadores rurais, mas produzir inquietações, gerar questionamentos e debates em torno de suas problemáticas, provocar o dirigente sobre o seu papel de representante diante das contradições sociais e sindicais.

Os debates trabalhados pela ENFOC nestas ações pedagógica, para além de entender as contradições, possibilita compreender que a realidade não é estática, pode sofrer alteração a partir da intervenção dos sujeitos na realidade. Intervenção na realidade e nas práticas individuais dos atores sociais.

As Jornadas Pedagógicas se traduzem em um jeito simples de fazer formação. Jeito simples quanto aos seus espaços, estrutura e locais onde os debates acontecem.

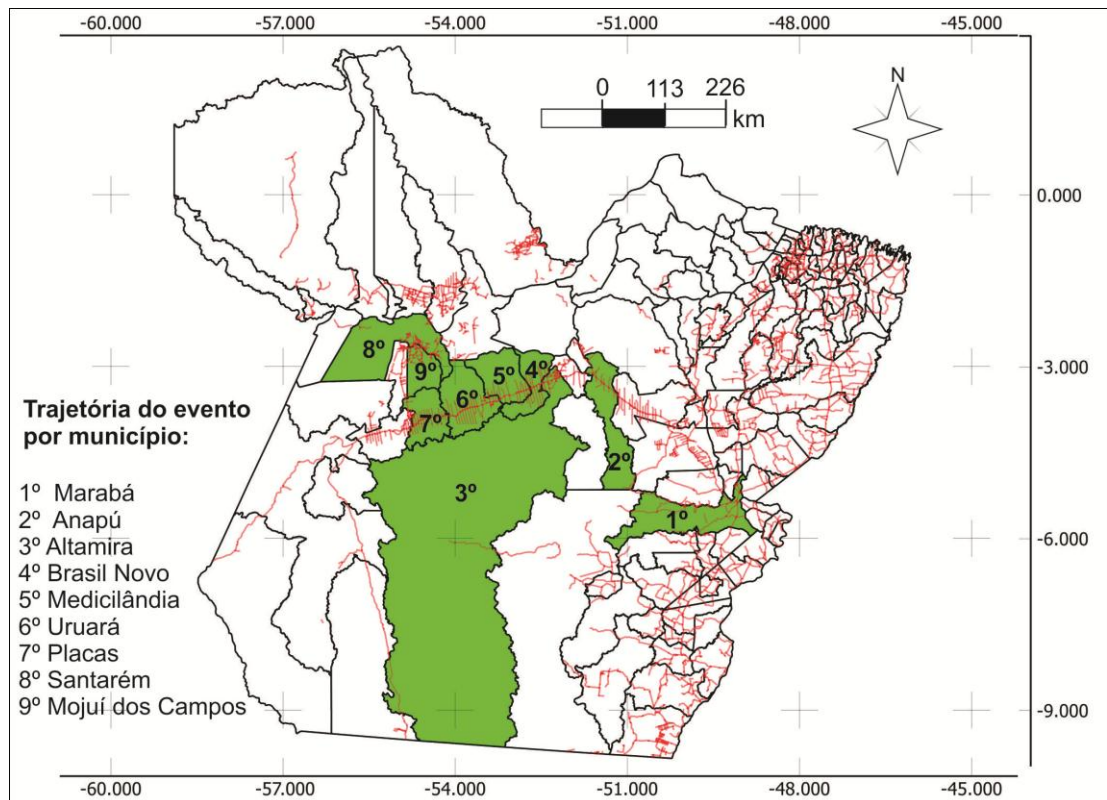
Houve no decorrer das atividades troca de experiências entre as regiões do estado, evidenciando as diferenças socioculturais e a diversidade que é o Pará. Um elemento que chamou atenção foi quanto à solidariedade coletiva cultivada durante o percurso das Jornadas, as atividades se realizaram coletivamente desde o café, a mística, a organização, os debates, as visitas e os trabalhos. Esta experiência nos remete às ideias de Freire (2011a) quando pensamos a educação popular, em que as atividades se dão no coletivo, na troca, na partilha de saberes e experiências. Os educandos puderam conhecer as diferentes culturas, o modo como os agricultores de diferentes regiões trabalham nas suas roças e produções agrícolas, serviu como um intercâmbio de experiências e de aprendizagens.

As Jornadas são ações pedagógicas que fazem parte do curso estadual de formação da ENFOC. A ideia desta ação nasceu devido às características e particularidades das regiões do Estado, que carregam diferenças no que diz respeito à cultura, modo de trabalhar e se

relacionar com a natureza, formas de vida e de trabalho que cria a identidade do povo paraense e que forma a riqueza da diversidade do Pará. Muitos dirigentes e lideranças não conhecem o estado como um todo, até porque é extenso territorialmente, muito menos conhecem as peculiaridades de cada região, não conhecem as diferentes realidades que compõe o Estado. Estas ações pedagógicas constituem-se em formas de aproximar os dirigentes dos trabalhadores rurais, possibilitando o conhecimento das reais necessidades dos agricultores e suas experiências produtivas.

A escolha dos locais da Jornada se dá articulado aos temas e conteúdos, como, por exemplo, o debate sobre o projeto de desenvolvimento rural sustentável, focou-se no oeste paraense, pois esta região é considerada lócus dos grandes empreendimentos capitalistas instalados na Amazônia, além de representar o modelo hegemônico de desenvolvimento em curso no estado. Ao mesmo tempo, nesta região, se tem a presença de experiências exitosas de agricultores familiares, o que demonstra que é possível outro modelo de desenvolvimento para o campo. A 1ª Jornada realizou-se no período de 15 a 25 de outubro de 2012. O percurso desta está evidenciado no Mapa 2.

Mapa 2 - I Jornada Pedagógica da ENFOC.



Organizado por Moacir Pereira, 2014.

A cor verde evidencia os municípios em que ocorreram as atividades da Jornada Pedagógica. A ordem em forma de número sequencial evidencia o roteiro da jornada.

A 1ª Jornada iniciou em Marabá, 1º município que recebeu esta ação. Seguiu para os municípios de Anapú (2º), Altamira (3º), Brasil Novo (4º), Medicilândia (5º), Uruará (6º), Placas (7º), Santarém (8º) e Mojuí dos Campos (9º). Foram percorridos 1.700 km (somente a ida). Nestes municípios foram realizadas atividades, debates, visitas pedagógicas às diversas experiências produtivas de agricultores familiares (Fábrica de Chocolate, produção de cacau orgânico e sem queima- Município de Medicilândia) e visita aos grandes empreendimentos como obra do PAC (estradas e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte). Houve debates sobre os Grandes Projetos instalados na Amazônia, o avanço dos empreendimentos capitalistas na região, meio ambiente, desmatamento, produção familiar, políticas públicas, violência no campo, educação, organização de base.

Figura 8 - Visita Pedagógica à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, Altamira, 2012.



Fonte: FETAGRI.

A Figura 8 refere-se a I Jornada Pedagógica, com atividade no município de Altamira, em que se realizou a visita pedagógica à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, desencadeando o debate sobre os grandes projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia. Os participantes puderam perceber o que esta obra em construção no Estado do Pará representa para os trabalhadores, quais seus impactos e resultados.

Entre uma atividade e outra, alguns filmes e vídeos foram exibidos para subsidiar a dinâmica do debate oral. Esta jornada mobilizou diretamente em torno de 50 pessoas, envolvendo nove sindicatos.

A 1ª Jornada Pedagógica no Estado do Pará significou,

*“[...] a descoberta, a construção e reconstrução do conhecimento de causa, dos sujeitos e contextos. Possibilitou o conhecimento da realidade de uma região que é considerada, do ponto de vista estrutural, esquecida e massacrada. Ao chegar perto, nos possibilitou ver outra realidade, totalmente diferente. Possibilitou também conhecer as pessoas e o contexto sindical, com costumes e culturas diferentes, mas que, ao mesmo tempo, em muitas coisas nos aproximam.”*  
(Helena Ferreira da Cruz, depoimento coletado na I Jornada Pedagógica da ENFOC).

Esta ação, de acordo com o depoimento acima citado, permitiu que os educandos da ENFOC pudessem conhecer os diferentes contextos sociais, ambientais, produtivos e culturais, resultando num relação positiva entre teoria e prática, em que estes dois componentes, em articulação, conseguiram produzir a riqueza do processo formativo. O termo teoria está sendo empregado para se referir aos debates e discussões em torno da matriz pedagógica da ENFOC e seus conteúdos. A prática está relacionada às experiências vivenciadas nos locais em que ocorrem as ações como as visitas e as Jornadas Pedagógicas.

Evidencia-se o caráter de descoberta que a Jornada proporciona, do conhecimento de causa, uma vez que parte de um contexto concreto. Pôde-se através desta ação, contrastar as visões que os educandos tinham da região e sua dinâmica social, ambiental, econômica e produtiva com as visões do contexto real que passaram a ter após as suas vivências práticas, produzindo reflexões e conhecimentos.

*“Ao estimular a busca da realidade nas suas mais diversas molduras, a Jornada Pedagógica se constituiu num instrumento para além da reflexão pura e simples, permitindo às lideranças envolvidas no processo efetuarem um refinamento do seu modo de pensar o mundo e os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, resgatados durante um processo formativo atraente e, sobretudo, contextualizado. Ao estabelecer um processo de reflexão em meio ao palco real dos acontecimentos, a Jornada Pedagógica não só permitiu aos educandos uma percepção mais apurada dos problemas estabelecidos, como também uma profunda reflexão sobre as práticas sindicais utilizadas para o enfrentamento das nocivas consequências estabelecidas pelo processo desenvolvimentista que mais uma vez se utiliza da Amazônia como infindável fonte para o enriquecimento de outras regiões do país” (Aluno da ENFOC, D. A<sup>6</sup>).*

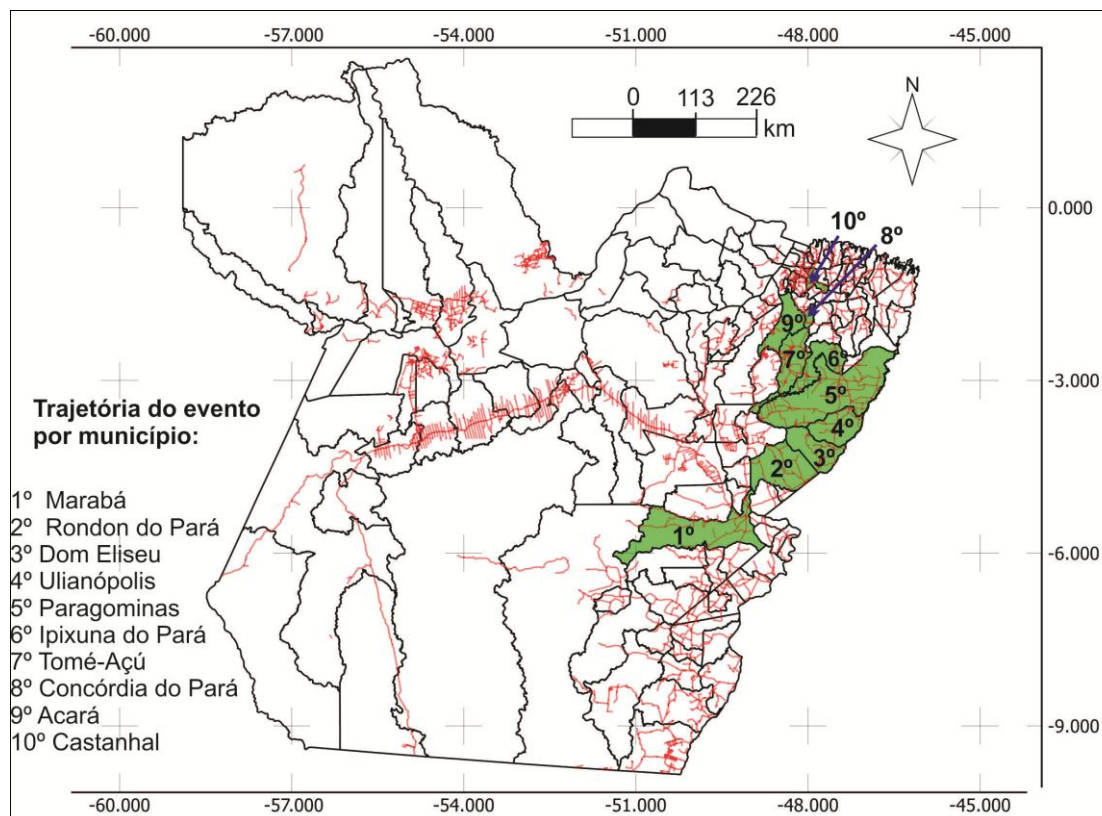
Este depoimento revela o caráter formativo das Jornadas, que para além de proporcionar a reflexão, ela estimulou o debate sobre o modelo de desenvolvimento em disputa, quais os caminhos para a construção de uma sociedade sustentável, com justiça social.

Através da Jornada, foi possível proporcionar o conhecimento sobre as culturas presentes no estado. Pôde-se debater sobre os modelos produtivos em cursos nas regiões como a produção de dendê e soja, o impacto desses empreendimentos na vida dos agricultores e no meio ambiente. Os grandes projetos instalados na Amazônia foram tema de debates constantes, sobretudo, sobre os impactos destes na vida dos camponeses. A partir de experiências de agricultores, em especial, de produção de cacau orgânico em Medicilândia, pôde-se perceber o potencial da Agricultura Familiar, como alternativa ao projeto desenvolvimentista instalado na Amazônia.

---

<sup>6</sup> Esses depoimentos são de participantes da I Jornada Pedagógica da ENFOC.

Mapa 3 - II Jornada Pedagógica da ENFOC.



Organizado por Moacir Pereira, 2014.

A 2ª Jornada ocorreu nos dias 12 a 22 de Janeiro de 2013. Iniciou em Marabá (1º), com atividades em Rondon do Pará (2º), Dom Eliseu (3º), Ulianópolis (4º), Paragominas (5º), Ipixuna do Pará (6º), Tomé-Açú (7º), Concórdia do Pará (8º), Acará (9º) e Castanhal (10º). Foram percorridos 1.100 km. Nestas atividades os educandos tiveram a oportunidade de conhecer realidades onde se instalaram empreendimentos do agronegócio como a produção de dendê, leite, gado e soja. Mobilizou diretamente aproximadamente 120 pessoas, de 10 sindicatos.

A figura a seguir é alusiva a II Jornada Pedagógica, captada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, local onde ocorreram atividades da II Jornada.

Figura 9 - II Jornada Pedagógica da ENFOC, Castanhal, 2013.



Fonte: Arquivo FETAGRI.

Esta imagem representa um momento místico, em que os participantes se dão as mãos, num gesto de união, força, coragem, ousadia, solidariedade, companheirismo, de um coletivo que pensa a formação para o fortalecimento do movimento.

A metodologia desta Jornada incorporou debates em locais estratégicos: visitas e diálogos pedagógicos, trabalhos em grupo, cirandas, místicas e diário individual.

As Jornadas Pedagógicas são exemplos concretos de ações que visam, além do aprofundamento de debates contemporâneos, vivenciar e conhecer a realidade de forma que a teoria e prática estejam próximas. As Jornadas foram construídas como uma forma de conhecer os principais problemas e desafios do movimento sindical paraense, na superação do distanciamento entre os dirigentes e as realidades, estreitando os vínculos entre a organização sindical e os desafios colocados no contexto social em que se encontram os trabalhadores rurais.

Durante as jornadas foram trabalhados diversos temas, um deles versava sobre as práticas sindicais. Vejamos o que diz um colaborador da ENFOC sobre isso:

*“Nós temos que ser dirigentes formados. Dirigente sindical tem que saber problematizar. O que é isso? É saber refletir sobre uma determinada situação. Ninguém pode pensar pela gente, temos que pensar como sindicalistas pela defesa da agricultura familiar na Amazônia. Volto a dizer, temos que problematizar, pensar que problemas temos? Esse é o papel do sindicalista. A principal qualidade de uma diretoria hoje é esta capacidade de pensar a agricultura familiar na Amazônia. Quem problematiza não é somente uma pessoa, mas no mínimo umas cinco pessoas. Um bom dirigente não é uma pessoa que tem solução, um bom dirigente é aquele que tem a capacidade de levar para uma assembleia, para uma reunião, assuntos para serem discutidos”* (Colaborador da ENFOC, Emmanuel Wambergue, coletado por ocasião da I Jornada Pedagógica da ENFOC).

Este colaborado da ENFOC salienta, em seu depoimento, o aspecto da educação como elemento de problematização. Segundo ele, um bom sindicalista precisa saber problematizar, isto é, refletir sobre uma dada situação, trabalhar com a racionalidade pela defesa do projeto da categoria, colocar em pauta os problemas visíveis que se tem e debater sobre eles. Um bom sindicalista para ele, não precisa apontar as soluções, mas colocar os problemas em debate, coletivamente. Para ele, a grande qualidade de um sindicalista no estado é a capacidade de pensar a Agricultura Familiar na Amazônia num cenário de grandes projetos em disputa, a construção de obras de infraestrutura, construção de hidrelétrica em Belo Monte, o avanço do agronegócio (Soja, dendê, gado), o desmatamento, o que impacta negativamente na vida daquelas pessoas que vivem e dependem da agricultura.

Pensando sobre educação e problematização, Gadotti (2012, p.169) afirma que “... a educação é *compromisso*, é ato, é decisão. Educar é tomar posição, tomar partido...”. Destaca a importância de um modelo de educação que seja capaz de contribuir na promoção de mudanças sociais necessárias, que possibilite espaços de reflexão, de debate e de diálogo na tentativa de gerar nas pessoas o sentimento de intervenção na realidade rural brasileira, que apresenta desigualdades sociais e contradições. Sobre a problematização,



*“[...] a solução deve ser construída nas assembleias, junto aos agricultores. A gente tem que descobrir a nossa competência. Nós dizemos que a agricultura familiar é a salvação da Amazônia. Ser sindicalista tem que saber de onde nós viemos, saber pra onde queremos ir e problematizar, entender e analisar a situação. Ao contrário, o dirigente vai levar o sindicalismo para onde? A fala dos verdadeiros sindicalistas é: ‘não temos escolas porque a prefeitura não quis fazer, nós queremos isso, isso e isso. Isto a meu ver é ser sindicalista, não é só lamentar, mas problematizar, apontar soluções práticas, dizer que não só falta educação, mas saúde, saneamento e um monte de coisa. Um bom dirigente não é aquele que apresenta solução, mas aquele que tem a capacidade de levar um debate democrático para achar uma solução numa assembleia. O sindicato é muito bom, o ruim são algumas direções. Eleições são muito boas, o que é ruim é a forma como se faz o processo. O dirigente sindical deve ter a capacidade de levar as propostas da Agricultura Familiar. O sindicalista deve ter como única preocupação a sua classe de trabalhador rural. Nós somos da classe dos explorados e os outros fazem parte dos exploradores.”* (Colaborador da ENFOC, Emmanuel Wambergue, coletado por ocasião da I Jornada Pedagógica da ENFOC).

Este colaborador destaca os elementos que caracterizam o sindicalista e qualifica-o em bom ou ruim, ou seja, um bom sindicalista, para ele, precisa problematizar a realidade, ter a capacidade de levar os problemas para serem debatidos democraticamente, promovendo a reflexão sobre a identidade, seus objetivos, ter condições de refletir e defender a Agricultura Familiar enquanto projeto dos trabalhadores em contraposição ao agronegócio.

O sindicalista ruim seria aquele que não debate, aponta soluções sozinho ou em cúpula, não defende o projeto da categoria, não problematiza e só lamenta. Não é o foco de nosso trabalho discutir a qualidade do sindicalista, contudo, considera-se importante evidenciar este aspecto porque está relacionado ao papel da educação na formação de lideranças e dirigentes sindicais.

Foi possível perceber que a ENFOC proporciona debates sobre os projetos políticos em disputa, luta de classe, emancipação dos sujeitos, por meio de processos pedagógicos que favorecem a reflexão e o despertar para a mudança social. Assim, *“A educação torna-se um instrumento de luta.”* (GADOTTI, 2012, p.192).

A ENFOC, nesta perspectiva, torna-se um instrumento de luta na medida em que ela fomenta debates e reflexões tendo o fim à intervenção no contexto, as mudanças sociais necessárias.

#### 5.4 OS GRUPOS DE ESTUDOS SINDICAIS NO PARÁ

Os Grupos de Estudos Sindicais fazem parte de uma estratégia criada pela ENFOC para o processo de multiplicação criativa. Os GES foram criados com objetivo de ser um instrumento mobilizador e organizador da base sindical, se constituindo como novos espaços de sociabilidade. Neles se cultiva o diálogo, novas relações e interações, se discute sobre os anseios e necessidades das comunidades rurais. Contribui para o surgimento de novas lideranças sindicais. Tem impactado na realidade das comunidades e na vida daqueles que participam dos grupos porque além de debater sobre os problemas presentes nas comunidades, se propõe a intervir na realidade, reivindicando direitos junto aos órgãos públicos e cobrando providências.

Os GES se configuram como elementos de presença do MSTTR na base. São derivações dos cursos, sua constituição é de responsabilidade de cada educando e da organização que pertence.

*“[...] o nosso alvo principal é a criação de Grupos de Estudos Sindicais. Você tem todo um roteiro que é seguido, mas o nosso alvo é chegar lá na comunidade, onde o povo tá morando e trabalhando. Então, se cria ali um grupo, você reproduz os temas das formações, mas em cima de algo que eles estão vivenciando ali. Qual o ponto que hoje está afligindo a comunidade (carência)? Saúde? Educação? Então, os grupos de estudo são pra discutir isso, aí você aplica os métodos pedagógicos que a escola orienta, mas em cima de uma ação concreta.” (Entrevistado Juraci Moreira Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).*

O GES se constitui na estratégia principal da ENFOC. A partir dele, é possível uma maior aproximação da direção junto aos trabalhadores, discutindo a sua realidade, as demandas, a sua organização, podendo alcançar um efeito positivo na melhoria e qualidade de vida das pessoas, na medida em que o estudo poderá levar a construir alternativas favoráveis aos trabalhadores.

A ideia em construir o GES em cada comunidade rural é uma forma da escola chegar aos lugares onde os trabalhadores estão. De acordo com o entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, existem sindicatos que não reúnem a comunidade para dialogar, para debater sobre os problemas presentes naquela localidade. O GES seria uma forma de inverter

essa lógica, de debater assuntos de interesse de cada comunidade. Seria também uma tentativa de retomada do processo de mobilização social dos trabalhadores rurais pela base. É considerado instrumento capaz de animar e mobilizar as bases. Ele representa uma forma de interação social. Além de ser um instrumento mobilizador, contribui para o surgimento de novas lideranças, estimula a participação militante e a sindicalização de novos sócios, estimula a cultura do estudo, traz a realidade local em que os trabalhadores estão inseridos para o debate coletivo, estimula à construção de alternativas favoráveis à dignidade de vida no campo.

De acordo com os relatórios e documentos da ENFOC no Estado do Pará, os primeiros GES começaram a se constituir em 2010 no Município de Tailândia. Este município foi pioneiro na criação de GES no Estado.

*“Em Tailândia, nove famílias se reuniram para realizar uma roça em mutirão, numa área de 70 hectares, obtendo bom resultado. Mas, percebendo que somente se reunir em torno da roça não era suficiente, faltava alguma coisa, então, começamos a reunir os adultos, as crianças para falar sobre o sindicato, discutindo a necessidade e importância de ser sindicalizado. Criamos o GES e por meio dele estamos conseguindo melhorias nas escolas, nas estradas, etc.” (Integrante do GES, J.A.S. Tailândia).*

Esse depoimento revela que o GES se torna um elemento mobilizador, se constitui em um espaço de sociabilidade e de discussão para a conquista de direitos. É um instrumento que agrega as pessoas para refletir sobre questões concernentes aos problemas presentes nas comunidades rurais e se propõe a buscar soluções concretas. Esse aspecto chama atenção porque o GES vai além da realização de simples estudo, mas adquire dimensão de proposição e de busca de melhorias de condições de vida.

A Figura 10 se refere ao primeiro GES criado no estado do Pará. Houve uma reunião em que a coordenação estadual da ENFOC, representantes do STTR de Tailândia e integrantes do GES puderam discutir como o grupo estava se estruturando, a sua funcionalidade, organização, debatendo as suas demandas e necessidades.

Figura 10 - 1º GES, Município de Tailândia, 2010.



Arquivo FETAGRI.

Esta imagem representa como o grupo, de forma tímida, começou a existir, foi se constituindo no debate, agregando desejos, discutindo e buscando alternativas para melhorar suas condições de vida na comunidade.

O GES é criado por alunos egressos dos cursos estaduais, regionais e municipais da ENFOC, o primeiro passo foi o diálogo com a comunidade, apresentando a ENFOC, seus objetivos e metodologias.

*“Através do GES, conseguimos a construção de uma igreja católica, a construção da casa da farinha, 5 tanques para criação de peixes, a renovação das vicinais, piçarra, abertura de alguns ramais. Até o diálogo da igreja passa pelo GES. Eles discutem a sustentabilidade e a permanência do agricultor no campo. Na Comunidade Bom Jesus, conseguimos tirar das drogas 8 jovens. Através do GES, formamos um time de futebol, criamos grupos de quadrilha para a festividade de São João, alguns conseguiram montar nos seus próprios terreiros, nessa vila rural, criação de aves, tanque de peixe e sua horta pequena.”*  
(Entrevistada Ducilene Gaspar, Vice-presidente e Secretária de Formação do STTR de Tailândia/ Vice-Coordenadora da FETAGRI Regional Guajarina).

Esta entrevistada aponta os resultados efetivos obtidos nas comunidades rurais de Tailândia a partir do trabalho dos GES. Este resultado é visível, demonstra que é possível construir os grupos, fazer os debates sobre as necessidades locais e construir proposições reais de intervenção, reivindicando melhorias para as comunidades, obtendo, assim, resultados satisfatórios.

Observa-se nesta narrativa a presença da religiosidade, espaço de sociabilidade que agrega as pessoas e cultiva a união. O GES nesta comunidade avançou tanto ao ponto de conseguir, não só a melhoria da infraestrutura de acesso à comunidade, mas instrumentos reais de geração de renda para os integrantes da comunidade, que pôde ser visível no momento em que se conquistaram os tanques para a criação de peixes, representando autonomia econômica para as famílias envolvidas. O GES se constitui em espaço de oportunidade para os jovens, se apresenta como alternativa frente a problemas, como as drogas, a criminalidade. O GES se torna um instrumento mobilizador capaz de melhorar efetivamente a vida das pessoas.

Cada GES possui uma dinâmica própria,

*“Toda quarta-feira nós estamos reunidos, aí quando termina o culto, pois somos da igreja católica, aí as pessoas dizem, vamos lá pra casa e a gente faz assim: um trás o café, outro trás um bolinho, trás um biscoito de goma, então a nossa reunião fica tão prazerosa, todo mundo ali conversando como uma grande família que nós somos. Nesta amizade é que se fortalece.”*  
(Integrante do GES, A.L. Tailândia).

A organicidade de cada grupo vai sendo construída de acordo com as características da comunidade. Esse GES foi se estabelecendo a partir do elemento da religião, quando termina o culto praticado pelos integrantes da comunidade, a reunião do grupo se dá em tom de descontração. Além de terem em comum a crença, o sentimento de amizade se fortalece a cada encontro na medida em que há uma preocupação coletiva na busca de alternativas efetivas para melhorar as condições de vida da comunidade.

*“Quando se iniciaram as atividades, os jovens tinham outro comportamento, eram rebeldes. Na primeira vez, quando convidei a participar dos encontros, eles me perguntavam o que era mesmo o GES, aí eu dizia que era um espaço de estudar, onde a gente brincava, mas também falava de coisa séria. Hoje a realidade é outra. Os meninos que participam são pessoas respeitadoras. Hoje, eles fazem parte da direção da associação, pessoas que a comunidade não dava nada por elas, mas hoje são respeitadas. Dentro do GES, a gente vê que demos passos grandes. Temos trabalhado no GES a questão de valorizar as habilidades e capacidade que os jovens têm, seja jogar, fazer músicas, poesias, passar informação, ser um dirigente e, dá oportunidade. Dentro do grupo a gente trabalha também isso, mostrar que eles são capazes.”* (Integrante do GES, Comunidade Bom Jesus, I. Tailândia).

Nesse GES o trabalho com os jovens tem sido realizado como uma forma de oportunizá-los a compreensão de sua realidade, a despertá-los enquanto protagonistas da construção de outras realidades, seja na valorização de suas habilidades, seja na discussão dos seus problemas, seja contribuindo para que estes cresçam com responsabilidade, fomentando valores como o respeito, a união e a cooperação, fortalecendo o sentimento coletivo.

*“No início foi uma reunião com 20 pessoas. Debates sobre o sindicalismo, sobre a juventude, teve um diálogo bem esclarecido sobre a ENFOC e, ao final, a diretora do sindicato fez uma pergunta: quem gostaria de participar? Daquela reunião de 20, apenas 5 pessoas se disponibilizaram a participar. Aí anotei o nome dos 5, depois fiz uma visita a eles para conversar sobre os próximos passos. A gente marcou os primeiros encontros, sempre aos sábados, de 15 em 15 dias. No início da atividade, sempre variava o número de participantes. Os que participavam diretamente, sempre iam convidando outras pessoas, às vezes vinha muita gente, outras, apenas os 5. Algumas vezes eu ia e não aparecia ninguém. É um processo que a gente sempre sente pra ver o que tem que ser melhorado. Algo que deu certo foi o intercâmbio dos jovens dos GES com outras comunidades que ainda não têm grupos, eles foram e falaram da nossa experiência, eles são sempre convidados para fazer isso. As pessoas querem saber o que é mesmo o GES, como está o grupo. Essa dinâmica de visitar, a primeira visita na vicinal 14, a gente foi também, para conhecer, a gente deu o jeito de ir, nos outros momentos o sindicato já apoiava também a iniciativa.”* (Integrante do GES da Comunidade Bom Jesus, I. Tailândia).

A criação do GES segue a etapas até se estabelecer como grupo efetivo, com sua organicidade própria. Para criar um GES não basta apenas reunir e dizer que ali já se formou um grupo, cumpre um processo de desejos pela criação de um grupo, de entender o seu objetivo, de convencer as pessoas de sua importância e necessidade, de dá uma dinâmica a ele que motive as pessoas a estarem participando para o bem coletivo. Essas etapas são constituídas de várias tentativas, de um “caminhar” a passos lentos, em vista a criar um grupo sólido, com objetivos comuns.

*“Quando comecei a participar da ENFOC não era nem sindicalizado. Depois, pude visitar, em outras regiões, as diversas experiências formativas. Considero que o GES é interessante por levar o estudo à base. As pessoas que participam da ENFOC conseguem realizar as formações nas suas bases. Assim, a escola forma lideranças, forma pessoas que tem amor à luta, a escola forma para um trabalho na comunidade.”* (Integrante do GES, A. G. Tailândia).

O GES se constitui em espaço de formação e de fortalecimento do MSTTR. Como se trata de um grupo que discute o papel do sindicato, aqueles que não conheciam a sua funcionalidade e o seu papel passam a conhecer, os motivando a participar desse espaço de luta coletiva da categoria trabalhadores rurais. Muitos dos integrantes de GES que não eram associados ao STTR, após se envolverem no grupo, se tornaram sócios, o que contribui para fortalecer a base da estrutura sindical.

*“Um dos maiores impactos foi que nossos agricultores passaram a conhecer mais o que é o sindicato, para que serve e porque ele foi criado. Hoje eles sabem chegar até nós e dizer assim: vocês estão aí na frente do STTR para administrar e pra poder buscar isso pra nós, por esse motivo a gente vem até vocês trazer a nossa reivindicação. Antigamente eles não sabiam realmente qual era o papel do sindicato. Eles achavam que o sindicato era só para auxílio doença, aposentadoria, salário maternidade, eles achavam que o sindicato era lugar para a terceira idade, não se viam com jovem dentro do sindicato. Hoje eles têm outra visão. Hoje, a gente tem o conhecimento que para se comercializar, a gente tem que debater em grupo, para se criar uma cooperativa, a gente tem que se unir e debater porque é para que aquela cooperativa deve ser criada.”* (Entrevistada Ducilene Gaspar, Vice-presidente e Secretária de Formação do STTR de Tailândia/ Vice-Coordenadora da FETAGRI Regional Guajarina).

O entendimento dos objetivos do GES é um passo fundamental. O GES se torna importante na medida em que contribuiu para que os trabalhadores possam melhorar as suas condições de vida e de trabalho, dentro da lógica da reflexão, do diálogo, do entendimento e dos debates coletivos.

*“Através do GES, hoje nós conseguimos fazer uma política mais adequada, acentuada para a comunidade, através de reivindicação, conseguimos as metas de mutirão, de produção, hoje nós temos já uma qualidade política da nossa comunidade através do sindicato e esse estudo que nós fizemos, nós planejamos algumas demandas hoje aqui, nós já temos uma pequena indústria para a produção de farinha, isso faz com que a gente prospere e a escola continue acontecendo. O GES é o carro chefe da comunidade, hoje isso é um fato real e nós só temos de fazer agora, fazer mais planejamento, atuar mais nas políticas públicas, também hoje há o debate para construir estradas, escolas, posto de saúde, nós já estamos no planejamento, correndo atrás. O GES foi criado ali por uma necessidade e de aglutinar companheiros e de formar companheiros para discutir o que é política sindical, políticas públicas e a produção de lideranças.”* (Integrante do GES Projeto Seringa, Z. Tailândia).

O GES se constitui em lócus de estudos sobre diversos temas que envolvem o universo sindical. São espaços que favorecem a interação, a socialização, a aproximação entre as pessoas, ultrapassando a ideia de ser um simples instrumento de reunir para estudar. O GES se torna um canal animador do trabalho coletivo na comunidade, tem propiciado conhecimentos acerca das organizações sindicais, informa sobre o seu papel, direitos e demandas. Tem possibilitado o ingresso de novos sócios no sindicato, aumentando a sindicalização e, com isso, fortalecendo a estrutura sindical. Estes grupos também contribuem para que os participantes conheçam a sua realidade e debatam sobre as suas necessidades. A partir da tomada de consciência crítica, surge a necessidade de formulação de estratégias concretas de enfrentamentos aos problemas presentes nas comunidades, construindo caminhos alternativos, para assim partir para ação junto aos poderes públicos.



*“Eu fui descoberto lá no meio da minha comunidade através do processo formativo da ENFOC por meio do GES. O processo formativo como o GES vai descobrindo o público e estes vão fazer a diferença. É claro que já estamos renovando a cara dos nossos sindicatos, por exemplo, o STTR de Bom Jesus do Tocantins, hoje pessoas jovens que fizeram as formações da ENFOC estão na direção do sindicato, por isso acredito na formação. A ENFOC pra mim é como um vento que sopra semeando sonhos. Fortaleceu em mim o debate da coletividade e da aproximação.”* (Entrevistado Rafael da Silva Rocha, sócio do STTR de Goianésia e colaborador da ENFOC).

Os GES são espaços motivadores da participação, é trabalhado o sentimento de pertencimento. Tem contribuído para maior organicidade interna da comunidade e na clareza política das estratégias de mobilização na conquista de direitos. Também tem contribuído para dinamizar a relação direção-base. Tem estimulado a participação nas atividades dos STTR's, fornece aos trabalhadores o esclarecimento sobre o papel das lutas sindicais, além de contribuir no empoderamento de lideranças na disputa de projetos políticos para o campo.

## 5.5 A ENFOC E SEUS DESDOBRAMENTO NA PRÁTICA SINDICAL

A ENFOC no Estado do Pará apresentou debates concernentes à superação de práticas sindicais consideradas incoerentes com a luta da categoria. Focaremos apenas numa, o tempo prolongado de permanência de dirigentes em cargos sindicais, em especial, na FETAGRI, que está relacionada diretamente com o processo de renovação. Para isso, elaborou-se um quadro com o tempo de permanência de alguns dirigentes na direção da FETAGRI no período de 1990 a 2014.

Quadro 15 - Dirigente, sexo, período de mandato, tempo de permanência na FETAGRI-PA.

<b>DIRIGENTE</b>	<b>SEXO</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO Início-fim</b>	<b>TEMPO/ ANO</b>
Manuel Libório Ferreira dos Santos	M	Presidente/Secretário de Saúde e Previdência /Vice-presidente da Regional Guajarina.	1990-1999	9
José Roberto de Oliveira Faro	M	Tesoureiro /Presidente /Presidente /Vice-presidente e Coordenador do Departamento de Associativismo e Cooperativismo.	1990-2002	12
Rita da Luz Serra	F	Membro efetivo do Conselho Fiscal /Secretária Geral e Diretora de Formação e Comunicação/ Secretária de Política Agrícola /Vice-presidente e Secretária de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente/ Vice-presidente e Secretária de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente/ Vice-presidente e Secretária de Mulheres.	1993-2009 2013-2014	17
Carlos Augusto Santos Silva	M	Vice-presidente da Regional Bragantina/ Secretário de formação /Secretário de Finanças /Presidente da FETGRI/Presidente da FETAGRI/ Secretário de Administração e Finanças.	1996-2014	18
José Maria de Sousa Melo	M	Suplente de diretoria/Secretário de Política Sindical e Assalariados /Secretário de Políticas Sociais/ Secretário de Políticas Sociais/ Secretário de Políticas Sociais.	1996-2010	14
Carmen Helena Ferreira Foro	F	Suplente de Diretoria/ Diretora de Política da Mulher Trabalhadora Rural /Secretária de Políticas Sociais /Secretária de Mulheres/ Secretária de Mulheres.	1993-2005	12
Francisco de Assis Solidade da Costa	M	Vice-presidente da Regional do Sudeste do Pará / Coordenador Regional do Sudeste do Pará /Diretor Regional Sudeste /Secretário de Formação e Organização Sindical da FETAGRI / Presidente da FETAGRI.	1996-2002 2005-2014	15

Organizado por MJCP. Fonte: FETAGRI.

Este quadro foi elaborado para demonstrar o tempo de permanência de alguns dirigentes em cargos na FETAGRI. Do total de 7, foram entrevistados 3. Alguns desses dirigentes são diretores da FETAGRI. Ressalta-se que estes, de acordo com documentos internos da entidade, foram eleitos em congressos. O tempo de permanência destes nas direções varia entre 9 e 18 anos. Consideram-se estes dados pertinentes por serem reveladores de um aspecto questionado pela ENFOC, que é o tempo prolongado de dirigentes em cargos sindicais, que reflete o impasse concernente à democratização dos espaços da organização.

Essas evidências se reforçam no depoimento da Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves:

*“[...] tem muito sindicato familiar, tem muito sindicato que tem 3 ou 4 que circula muito tempo por lá, a gente quer mudar essa prática, a gente quer um sindicato democrático, onde outras pessoas tenham acesso de dirigir, que dialogue com os trabalhadores, que organize as pessoas pra acessar as políticas públicas. A ENFOC tem essa função, romper com algumas práticas que tem manchado o movimento sindical, que envergonham a própria organização, aonde tem sindicato de balcão que só arrecada a contribuição dos trabalhadores, mas não tem ação, pra eles basta ter uma sede bonita, mas não tem delegacia sindical organizada, não tem associação organizada, então queremos romper com essas estruturas.”*

Este depoimento demonstra a existência de práticas no movimento sindical que, segundo ela, precisam ser alteradas: a prolongada permanência de dirigentes nas direções das entidades sindicais, posturas antidemocráticas e autoritárias de dirigentes, a existência de sindicatos não atuantes funcionando como instrumento de arrecadação e de cabide de emprego, a existência de sindicatos que não conseguem organizar os trabalhadores e nem promover ações em defesa da categoria. Estas práticas se reforçam pelo modelo organizacional que concentra o poder de decisão na diretoria, em particular, no presidente, que deve assumir todas as responsabilidades dos atos decididos pela diretoria.

A ENFOC no Pará trabalha em duas perspectivas de mudança. Primeiro possibilita o debate sobre a construção de uma sociedade alternativa, com base noutro modelo de desenvolvimento para o campo. Segundo, ela trabalha na perspectiva de transformação de práticas sindicais interna ao movimento, como revela a dirigente sindical “... o movimento sindical não é uma estrutura fácil de deslanchar algumas coisas, ainda é muito preso a

elementos antigos...” (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA). Significa dizer que a estrutura sindical ainda é uma estrutura que dificulta a introdução de alguns debates, que carrega valores considerados arcaicos do ponto de vista de proporcionar novas práticas.

*“A ENFOC é algo novo e diferente, tudo que é novo assusta, tem muita dificuldade em ser implementado [...] mas, depois quando a turma vai provando de que é possível fazer diferente, de que é possível chegar às pessoas, que ela é um processo de continuidade, então isso animou muito a turma e, hoje, estamos num patamar que a gente avalia que ela evoluiu muito, mesmo tendo algumas dificuldades pra se manter, mas a gente tem se mantido acreditando que é possível mobilizar as massas.”* (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA).

Esta dirigente sindical revela dois elementos importantes para o debate. Primeiro, a ENFOC surge como espaço de inovação, de introdução de debates e reflexões atuais, o que causa certo impacto porque o MSTTR ainda carrega resquícios de práticas conservadoras e antidemocráticas. Entende-se por práticas as formas de atuar, agir e fazer dos dirigentes e lideranças sindicais. Estão relacionadas às atividades regulares, posturas e comportamentos destes. Estas práticas são consideradas conservadoras quando estas são exercidas em desacordo com as orientações debatidas nas instâncias do MSTTR, que procuram manter e preservar determinadas normas em oposição à tentativa de mudanças e inovações. As práticas antidemocráticas estão ligadas às ações exercidas pelos dirigentes e lideranças em desacordo com as deliberações dos congressos e assembleias, que descumprem as recomendações estabelecidas em estatuto, que decidem sem consultar o coletivo ou desconsideram as decisões tomadas coletivamente.

Segundo elemento está relacionado à possibilidade de mudança. E, isso só é possível na medida em que os educandos vão compreendendo que a formação é um processo necessário que contribui para alimentar a luta e a ação sindical, que esta faz parte da estratégia de superar o processo de estagnação do movimento sindical.

*“Nos sindicatos ainda se mantém algumas pessoas que não querem mudar, que querem manter o movimento sindical de 20, 30 anos atrás. O movimento sindical está num processo de estagnação de lideranças, estagnação de ação, então, a escola vem renovar esse processo pra que motive a base. Há uma diminuição muito grande de sindicalização, a nossa base estava diminuindo, tínhamos muitos sindicatos de estrutura de direção, mas de ação de massa, de base estava meio que se perdendo... a escola tem retomado isso.”*  
(Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI).

A escola surge como proposta de renovação de lideranças, de fortalecimento da base sindical. Ela se constitui em instrumento mobilizador, de transformação de práticas sindicais. Esta diretora revela que o movimento sindical passa por uma crise, há dirigentes que mantêm práticas antigas e conservadoras que impedem o processo de renovação e mudança. Há um enfraquecimento da base, há um processo de diminuição da sindicalização, presença de muitos sindicatos de direção e não de ação, esses elementos são pertinentes porque são reveladores da emergência de uma escola como a ENFOC que desperta para a questão da renovação, de transformação não somente externa, mas internamente ao movimento.

*“Há uma avaliação de que existe muito sindicato de balcão, muito sindicato de que tem a representação, mas a população não se sente representada. São sindicatos de escritório que chamamos, que não tem luta. Queremos romper com esse sindicalismo pelego, que não avança e transformar em sindicato que seja representante da categoria mesmo, que os trabalhadores se sintam representados, que visite, que dialogue, que represente os sonhos que as pessoas querem.”* (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI).

Esta narrativa revela muitos aspectos que merecem atenção. No Sindicalismo brasileiro há presença de sindicatos que não representam efetivamente a sua categoria, que apenas existem como estrutura, mas não conseguem cumprir com o seu verdadeiro papel, atuar em defesa dos interesses dos trabalhadores. Esta dirigente qualifica estes sindicatos de sindicatos de escritório porque não tem luta e nem ação, existem como estrutura burocrática, mas não representam a sua categoria e nem os seus anseios. Esse é um elemento de contradição porque a ideia da existência do sindicato perpassa pela concepção de organização

e defesa dos interesses coletivos de uma dada categoria. Nesse caso há um problema na representatividade, em que as lideranças se sentem,

[...] donos do poder, passando a representar a si mesmos. “Pisam” sobre a base, usando-a apenas para se manterem no poder. Conseguir lideranças com representatividade adequada ainda é um desafio preocupante entre nós, porquanto esta terra ainda é de “coronéis” (DEMO, 2009, p. 119).

Este autor evidencia a forma como algumas lideranças agem e atuam, não representando efetivamente a categoria que deveriam representar.

Outro aspecto relevante é com relação à desigualdade de gênero presente no sindicalismo, “Temos ainda um sindicalismo muito machista” (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI). Ainda perdura no movimento sindical um tipo de pensamento de que os homens acreditam serem superiores às mulheres. Apesar do seu avanço de participação na estrutura sindical, elas continuam em cargos considerados de menor relevância ou estão se fazendo presentes nas organizações sindicais para cumprir a cota. Esse debate tem sido proporcionado pela ENFOC no sentido de construção de relações de igualdade de gênero e superação das visões preconceituosas sobre as mulheres.

Outro aspecto é com relação ao sistema presidencialista ainda presente na estrutura sindical. Existe uma hierarquia com relação aos cargos, sendo que “... a figura do presidente pesa sobre o movimento sindical. Quando não sabe dialogar o presidente acha que ele é o dono, então, vai se reproduzindo isso” (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI). Há supostamente um problema com relação à estrutura presidencialista, pois a figura do presidente é carregada de centralização do poder, prática combatida e questionada no movimento. Estas práticas se reforçam pelo modelo organizacional que concentra poderes de decisão na diretoria, em particular, no presidente, que deve assumir todas as responsabilidades dos atos decididos pela direção.

Ao analisar sobre as organizações sindicais, Demo (2009, p.38) salienta que é preciso considerar suas mazelas “Os sindicatos funcionam quase sempre mal, seja do ponto de vista do fraco comparecimento das bases, seja porque seus líderes se perpetuam no poder [...]”.

Considerando as mazelas que há no sindicalismo, a ENFOC no Pará vem debatendo e questionando: “[...] a permanência obsessiva no poder” (DEMO, 2009, p. 54) de alguns dirigentes sindicais.

O tempo prolongado de permanência dos dirigentes nas direções sindicais é considerado uma prática antidemocrática por dificultar a renovação e/ou que outras pessoas possam contribuir com novas formas de atuação. Mas, tem o lado positivo de consolidar a representação, manter a memória e dar coesão ao grupo pela experiência do dirigente que se constitua como referência. Sobre isso, a entrevista abaixo se reporta da seguinte forma:

*“O movimento sindical exige que as práticas sindicais sejam práticas organizadas, transparentes. A gente ainda se depara, em muitos lugares, com dirigentes com práticas que vão de encontro a esses objetivos que a gente quer atingir, por exemplo, dirigentes que ficam muito tempo na direção dos sindicatos, que não querem passar pra outro, não dão espaços para outros, sindicatos famílias que vão passando de pai para filho, são essas práticas que a gente quer que sejam transformadas.”* (Entrevistada Helena F. da Cruz, assessora da FETAGRI, colaboradora da ENFOC).

É interesse perceber, na fala da entrevistada Helena Ferreira da Cruz que, no Estado do Pará a ENFOC deu ênfase no aspecto da mudança nas práticas de dirigentes sindicais. Já se reconhece que essas práticas não representam o sentimento coletivo, não representam os objetivos do movimento sindical, porque contrariam o princípio da participação, da democratização dos espaços. Fica evidenciada, a partir do depoimento acima, a presença da “vitaliciedade” (DEMO, 2009), em que muitas lideranças querem se perpetuar na direção sindical, o que impede a democratização dos espaços sindicais e o “surgimento de lideranças alternativas” (DEMO, 2009).

Essa análise se reforça no depoimento da entrevistada abaixo:

*“Nós temos hoje dirigentes sindicais que estão com mais de 20 anos no poder, que continuam sempre com a mesma metodologia e a mesma prática. A gente sabe que precisamos nos atualizar, renovar o movimento. É preciso que ele se conscientize que a profissão dele não é ser sindicalista, mas sim agricultor familiar. Acho que se um dirigente conseguiu fazer um bom trabalho, possa se candidatar a reeleição, passou-se os 8 anos, já contribuiu o bastante, deve dar espaços para outras lideranças. Essa escola é pra isso, está preparando os jovens, as mulheres para ocupar esses espaços, então tem pessoas para isso.”* (Entrevistada Ducilene Gaspar, Vice-presidente e Secretária de Formação do STTR de Tailândia/ Vice-Coordenadora da FETAGRI Regional Guajarina).

Esta entrevistada salienta a necessidade da renovação sindical. Evidencia que os segmentos mulheres e jovens se constituem em público com condições de assumir as direções sindicais e outros espaços que possam surgir, na medida em que a ENFOC tem formado um número considerado de mulheres e jovens no estado. Esta escola, além de proporcionar debates e reflexões, possibilita condições de aprimoramento de suas práticas e orienta a condução da ação sindical tendo em vista atingir a objetivos coletivos.

Além disso,

*“Existem muitos dirigentes que gostam de ficar na sede do seu sindicato e não procuram dialogar com a base, não fazem um trabalho de aproximação. Tem muitos dirigentes com práticas erradas, se limitam a não fazer formação pelo fato da escola fazer essa reflexão sobre certas práticas, como se diz, cada um sabe aonde o calo dói e, a escola veio para isso, pisar no calo. Tem gente que acha que o sindicato é a casa dele criar os filhos, os netos e os bisnetos, isso pra mim é uma prática errada.”* (Entrevistado Rafael da Silva Rocha, sócio do STTR de Goianésia e colaborador da ENFOC).

Este entrevistado se reportou às práticas “erradas” aquelas em que os dirigentes não dialogam com os seus representados, não havendo o processo de aproximação entre direção e base, aquelas em que os dirigentes veem o sindicato como um meio de obtenção de proventos para manter o sustento de sua família.

Tais práticas, segundo Demo (2009), não se aproximam de fenômenos participativos. Muito embora em algumas organizações apareçam bem arrumadas em termos formais, como:

[...] reunir-se regularmente, possuir número expressivo de membros, estar em dia com seus estatutos, ter sede atraente, etc., mas mesmo assim funciona muito mal em termos participativos propriamente ditos. O mau funcionamento pode aparecer de muitas maneiras: os chefes agem isoladamente e de modo centralizado; nas reuniões a participação da base é apenas numérica, pois ninguém fala, ninguém contesta, ninguém reivindica, além de aparecer muito pouca gente e sempre os mesmos; as lideranças vão adquirindo condição mais ou menos vitalícia; não se cria nada de novo diante das circunstâncias novas, porque a rotina tomou conta de tudo; e assim por diante (DEMO, 2009, p.116).

Esses aspectos apontados por Demo (2009) se distanciam de processos participativos, tonando-se necessária à superação de vícios, como por exemplo, evitando que as lideranças se perpetuem no poder, elegendo dirigentes que realmente representem os anseios da categoria, que dialogue com a base e que represente o sentimento coletivo.



Este debate a ENFOC no Estado do Pará vem promovendo, no sentido de produzir mudanças nas práticas sindicais.

*“Claro que a mudança não ocorre na mesma proporcionalidade dos debates que são feitos, mas existem mudanças. Só que também tem um choque, que eu posso dizer que é um choque de conhecimento e de geração, houve lugares que teve atrito. Há lugares que houve divergências. Tem gente que sai da ENFOC e quer ser presidente e isso gera muita crise porque não faz o debate político que tem que ser feito. Um exemplo disso foi o (aluno da ENFOC e sócio do STTR) em Castanhal. Ele era tesoureiro do sindicato, queria ser presidente e não fez nenhum debate, entrou em conflito com a diretoria que tem uma visão atrasada, não conseguiu ser o presidente e saiu do sindicato. Também precisa ter a capacidade política de entender de que a disputa do conhecimento que você adquiriu é uma disputa lenta, não dá pra chegar com o certificado da ENFOC e daqui pra frente tem que ser assim... Tem fatores externos, políticos que influencia, não é automático porque você vai se deparar com uma visão cultural. Na minha região ainda tem uns 3 sindicatos que tem diretor que ainda é do tempo da comissão provisória, aquele que ajudou a fundar o sindicato, ele tá lá. Eu diria que discutir práticas sindicais é um patamar superior para debater sindicalismo político em todos os sentidos. Nós precisamos aprender que a ação sindical tem interferência de outros fatores, mas ainda existe gente que tá muitos anos como presidente de sindicato. Aqui na FETAGRI tem os ajustes, as mudanças, tem os 30%, de renovação, mas tem as influências dos debates políticos externos, mas há divergências.” (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI)*

Este dirigente evidencia aspectos pertinentes para esta análise. Ele considera como entrave para o processo de renovação dos dirigentes a naturalização do longo tempo em exercício. Concordamos que possa existir uma cultura presente no sindicalismo em que os dirigentes e lideranças acreditam na naturalidade de suas permanências por longos períodos em cargos sindicais, não considerando esta prática como um problema. Por outro lado, a ENFOC vem debatendo o aspecto de promover os debates e as reflexões para que as lideranças possam repensar as suas práticas e compreender o seu papel no movimento sindical. Carlos Augusto Santos Silva ressalta que as mudanças desejadas precisam ser construídas, não sendo geradas automaticamente porque a formação não tem um efeito

imediatamente, ela é processual, contínua e gradual. Às vezes, os efeitos não se conseguem visualizar com facilidade.

Neste caso, de acordo com o entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, a mudança já é visível.

*“Temos tido mudanças nesse processo. Surge uma nova esperança, maior envolvimento de pessoas, muita gente nova surgindo com práticas inovadoras e, isso tem dado bastante confusão. Nas eleições sindicais, por exemplo, muitos que participam da ENFOC acabam se envolvendo nos processos eleitorais e, isso tem dado muita confusão. Mas eu acho que a educação é instrumento importante pra mudar a prática que boa parte do movimento sindical tem. Lembro que eu conheci gente que chegou no curso e não falava e hoje são pessoas que mais se expressam. Nos conselhos deliberativos da federação, se tem hoje mais de 80% do povo que participa são “enfoqueanos”, então é claro que as discussões tomaram outras dimensões porque as pessoas que estão vindo preparadas, tem mais informação. Acho que do ponto de vista da participação melhorou”.*(Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, Presidente da FETAGRI).

Este olhar demonstra, sem dúvida, os efeitos produzidos pelo trabalho realizado pela escola sindical. Fortaleceu a participação, nos espaços sindicais, de modo expressivo. Os conhecimentos construídos na escola proporcionaram elementos para que educandos pudessem ter subsídios e condições necessárias para realizarem possíveis intervenções e questionamentos. Este fato também explicaria o envolvimento destes em processos eleitorais e nos debates que as organizações sindicais vêm promovendo. Outro aspecto é com relação à mudança na comunicação. A ENFOC vem trabalhando na perspectiva de valorização dos sujeitos, dos seus saberes, segue acreditando na construção coletiva do conhecimento, na valorização da escuta e das vozes dos educandos. Na ENFOC, se incentiva a participação dos educandos, o envolvimento, o trabalho em grupo, a socialização dos debates e, isso, estimula o desenvolvimento da socialização e da oralidade.

*“A formação dada pela ENFOC tem criado no movimento sindical, em alguns lugares, um clima de disputa. As pessoas quando passam pelo processo formativo se empoderam, e ao se empoderar, querem que as mudanças aconteçam de imediato, só que em alguns lugares, tem conflitos com essas ideias, conflitos ideológicos de ir mesmo para o embate.”* (Entrevistada Helena Ferreira da Cruz, assessora da FETAGRI, colaboradora da ENFOC).

Esta entrevistada menciona que a ENFOC no Estado tem criado um clima de disputa, que se acirra justamente pelo poder que a formação proporciona. Esta disputa está relacionada aos questionamentos proferidos pelos educandos, em que não se aceita facilmente práticas consideradas inadequadas ao dirigente sindical. Esta disputa ocorre, em muitos casos, porque alguns dirigentes se sentem ameaçados em perder seu espaço e poder e, isso, tem criado uma má interpretação com relação à escola, não compreendendo que a formação nasce com a proposta de fortalecer a ação sindical e, que para isso torna-se necessário a mudança de práticas viciosas.

*“A ENFOC trouxe outro enfoque para o movimento sindical. Nós temos a compreensão que a escola é uma referência, um instrumento mobilizador da base, seja ela para formação de lideranças, seja para denunciar, seja pra construir novos espaços, eu avalio que ela não está totalmente vencida, tem algumas barreiras, mas a gente tem se mantido acreditando que é possível mobilizar as massas”* (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI)

A ENFOC se constitui em instrumento mobilizador da base. No Estado do Pará ela tem como público não somente lideranças e dirigentes sindicais, mas os próprios trabalhadores rurais que estão presentes nos mais diversos lugares das comunidades rurais. Este é o público que a escola deseja atingir ao propor a criação do GES, chegar até as pessoas, estreitar a relação entre organização sindical e base, se aproximar dos problemas que afligem sua categoria e, junto deles, poder intervir de forma a obter melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

*“É claro que as pessoas não estão no mesmo nível de compreensão, que também não podia ser, mas tá todo mundo fazendo formação. Devo confessar que não é uma coisa fácil fazer formação no movimento sindical, nos movimentos sociais como um todo. O que passa na cabeça das pessoas é plantar hoje e colher amanhã, uma ação compensatória. Na formação não é assim, precisa ter paciência, nem todo mundo que passa pelo processo consegue absorver, consegue verdadeiramente virar um educador popular. O nosso nível de evasão é muito pequeno, muito mesmo.”* (Entrevistado Juraci Moreira Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).

Este entrevistado se reporta ao aspecto dos resultados da formação. Obviamente que os efeitos da formação não são produzidos de imediatos. As pessoas são diferentes em todos os aspectos. O nível de compreensão e a capacidade de entendimento variam de pessoa para pessoa. Cada um aprende em ritmos diferentes. Uns tem facilidade em compreender, outros tem mais dificuldade. Isso é um processo natural de construção do conhecimento. É certo que muitos dirigentes não acreditam na força da formação porque não conseguem visualizar os resultados de imediato. Alguns inclusive veem a formação como um gasto, não como investimento que daqui a um tempo, se a ação sindical estiver fortalecida na base, foi graças ao trabalho da formação porque ela objetivou a isso.

*“A principal função da escola é você dar uma conotação um pouco melhorada pra ação e a prática do nosso sistema de organização sindical. Tem a missão de você aproximar bastante a sua prática com seus discursos. Você sabe que no nosso movimento, tem muito dirigente que faz um belo discurso, mas a prática mesmo é uma negação. Então, primeiro, a escola tem a função de contribuir para o processo de renovação. Segundo: os dirigentes que estão, precisam melhorar suas práticas. Não pode ser um negócio muito atrasado, que você fincou o pé ali e dali não sai, tipo, “daqui ninguém me tira”, “eu tô aqui há 50 anos ninguém mudou, por que eu vou mudar agora?”, tem muito desses discursos e, a gente tem feito um esforço de romper com isso, de fazer um movimento transparente, aberto, participativo, democrático. É essa a missão da escola. Por isso que às vezes a gente não tem muito confronto, por que as pessoas que não conseguem dar visibilidade nesse momento que nós estamos vivenciando, os argumentos deles são muito fracos, eles não tem muito como justificar. A gente tem tido muito mais gente que aderem do que aqueles que não querem. Como o percentual de adesão é maior do que aqueles que oferecem resistências, então a gente acaba superando aquelas resistências e vai, não num processo de confronto, mas num processo de convencimento. Acho que formação é convencimento, não pode ser diferente, não é alienação, não é doutrinação.”*  
(Entrevistado Juraci Moreira Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).

Segundo este entrevistado, a ENFOC tem feito um esforço de fortalecer a ação sindical a partir dos debates sobre a necessidade de mudanças. Nela se favorece a reflexão sobre a aproximação da prática e dos discursos. É com este sentido que a ENFOC no Pará vem potencializando os debates, problematizando a realidade e as práticas sindicais,

promovendo questionamentos e introduzindo reflexões que tocam nos problemas do sindicalismo. Isso tem se traduzido em desafio para a escola porque não é tarefa simples promover os debates sem causar a “selvageria” e a degladiação quando os assuntos envolvem algumas práticas e comportamento dos dirigentes em processo de formação. Acredita-se que tais debates tem sido possíveis de serem realizados pela habilidade política daqueles que conduzem o processo de discussão, daqueles que estão à frente da escola, tanto a coordenação como os colaboradores, que com seriedade, conseguem mediar o debate e a reflexão para que chegue às pessoas como elementos de debate que tem o sentido de fortalecer o movimento sindical por meio de novas posturas e ações.

*“A ENFOC contribuiu para muitas mudanças nas práticas, nos debates internos, geração de conflitos. Por mais que nós não queiramos, mas acaba gerando conflito e confronto. Tá tendo uma efervescência grande e a escola é responsável por isso. É isso que nós queremos. Nós não queremos estabelecer confronto e nem conflito, mas também, se for preciso, tem que ir para o conflito. Nossa meta é fazer o convencimento, o diálogo aberto, permanente, mas tem hora que não tem jeito. E, essa mudança é visível. É claro que você não consegue ainda emplacar as ações da mudança, mas ela está posta. É claro que muita coisa precisa ser feita ainda, mas eu acho que nesse período de 6, 7 e 8 anos, a gente já viu muita coisa acontecendo e, com uma vantagem, quem passa pela escola não tem motivo pra reclamar dela, essa é a vantagem. Se tem alguém que não gostou, que não aprovou, ela não tem tido coragem pra dizer. É claro que identificam alguma dificuldade e ao mesmo tempo propõem as melhoras, mas não diz, “olha isso não vale nada”, (...), isso nos conforta muito e nos dá força pra continuar no rumo que nos estamos indo.” (Entrevistado Juraci Moreira Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG).*

A reflexão sócio-política é um elemento que a ENFOC no Estado tem se desafiado a fomentar. As pessoas, nos processos formativos, são levadas ao debate e à reflexão, com a utilização de metodologias de envolvimento, que estimulam o sentimento da coletividade, da esperança e dos sonhos. Esta intencionalidade quer atingir o convencimento das pessoas, o que não se traduz em tarefa fácil porque são necessários argumentos fortes para isso. O convencimento é trabalhado não como forma de adestramento, mas de despertar nas pessoas a necessidade das lutas, dá através da formação, para a concretização dos sonhos.

*“Nós trabalhamos na escola a questão da emancipação dos sujeitos. Muitos daqueles que participaram da ENFOC, em muitos sindicatos, eles fizeram uma mudança não só nas direções, mas no comportamento mesmo. A gente visualiza muito a juventude nos espaços, fortaleceu a participação das mulheres, embora a gente precise fazer um trabalho mais intensificado com as mulheres, não só pela cota, mas a gente já vê uma realidade diferente. A cota trouxe as mulheres para dentro dos espaços, mas a participação era muito pouca e, hoje a gente já visualiza as mulheres participando mais, a gente entende que a escola tem fortalecido a participação dessas pessoas. A partir da ENFOC as pessoas voltaram a participar, muitos sindicatos que não participavam mais dos conselhos deliberativos voltaram a participar, muitos sindicatos que estavam foram, queriam ir para outro movimento, voltaram, a participação, foi uma motivação, as pessoas voltaram a acreditar em algumas coisas, voltaram a acreditar que a mudança é possível, claro que com todas as resistências que existem.”* (Entrevistada Helena Ferreira da Cruz, assessora da FETAGRI, colaboradora da ENFOC).

Esta entrevistada evidencia o crescimento da participação dos trabalhadores rurais e lideranças nos espaços sindicais. Essa participação focou para dois segmentos: mulheres e jovens. O crescimento da participação destes dois segmentos pode estar relacionado à política de cota para mulheres e jovens nos processos formativos.

*“A gente precisa ter coragem de assumir a disputa interna. Como é que o cidadão que está há 20 anos na direção do sindicato acha que tá certo? O bom disso é que surgem pessoas que dizem que isso está errado, que precisamos avançar nesse processo. Muitas mulheres e jovens que saíram da ENFOC já estão ocupando espaços nos sindicatos. Muitas vezes a gente convoca o associado para uma assembleia e ele não aparece, mas não aparece por quê? Porque ele não se sente representado. E a ENFOC nos fortalece do novo sindicato que queremos. A gente tem como um dos pilares a ENFOC, a formação, o agricultor sem formação não vai continuar na disputa como nosso projeto. Num país que nem o nosso, que tudo é na base da disputa, da pressão, de uma proposta mais qualificada, a gente não pode mais ficar pra traz. A ENFOC é uma ferramenta importante para a formação e para a disputa de projetos”* (Entrevistado João de Jesus Sousa, Secretário de Política Agrícola Agrária e Meio Ambiente da FETAGRI).

Com a ENFOC, os espaços deliberativos do movimento sindical passaram a ser mais participativos. Neles, há questionamentos quanto ao princípio da representatividade, muitos trabalhadores não se sentem representados por aqueles que estão nas direções sindicais. A quantidade de pessoas que participam nos espaços de deliberação é vista como um termômetro que revela a abertura de debates e o fortalecimento da representatividade.

*“A escola já deu oportunidade de surgir novas lideranças, presidentes de sindicatos, da própria federação, agora é um grande desafio. Muitos saem da escola e pra fazer a revolução tem encontrado muitas barreiras, porque descobrir e fazer a transformação no lugar onde vem imperando a opressão do próprio trabalhador, que faz tudo ao contrário enquanto representante institucional dos trabalhadores, esse é um dos grandes desafios.”* (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA)

Podemos pensar que a ENFOC funciona como instrumento de mobilização, de elevação de consciência sobre a realidade social, mas também pode ser considerada como aspecto que contribui para que o dirigente possa fortalecer a sua base, na medida em que se envolve nos processos de formação e com os trabalhadores, que debate, que discute os temas propostos, que vivencia a realidade, que a problematiza. Na fala desta entrevistada, percebemos que esta escola vem oportunizando o surgimento de novas lideranças, que é um dos objetivos da ENFOC.

Fazer formação por meio da ENFOC no Pará se torna um desafio. Primeiro porque para alcançar mudanças nas práticas não se traduz em tarefa simples. Existem muitos impasses. Há dirigentes que ao invés de fortalecer a luta, reforça o processo de manutenção da dominação, impedindo que surjam novas lideranças. E, a formação surge com esse papel, de desconstruir relações antidemocráticas, de permitir a mudança, de ser um espaço de reflexão e de debate.

*“A região Sudeste e Sul de onde o “Di Assis” se originou, eles fizeram muita formação no acampamento, de ocupar, de resistir e, eles sempre traduziram essa luta em processo formativo. O “Di Assis” teve oportunidade de fazer educação popular com outros movimentos sociais. A região Sudeste tem essa experiência, de estar com o MST, com a própria Fetraf, com a CPT... Eles fizeram muito investimento no processo formativo e, quando ele assumiu a formação na federação, ele traduziu um pouco disso, que é a luta e formação de base, que é envolver as pessoas... ele fez muita movimentação. Quando cheguei pra coordenar a escola, foi quando o “Di Assis” assumiu a presidência. Ele chega à presidência também do processo mobilizador da formação. Todo o estado passa a conhecer ele, passando a ser referência de mobilização. Em 2009, 2010 e 2011 a escola já estava num passo maior, ele traz as experiências que ele tem, que vem das CEB’S (Comunidades Eclesiais de Base), essa facilidade em dialogar com os diferentes e isso ele traduziu na escola. Isso fez com que ele virasse referência e hoje é o presidente. A gente vê a escola como uma referência, não é o que a gente pode fazer, acho que a gente pode fazer muito mais, agora não basta a executiva da federação, presidente, secretária de formação querer, nós temos ainda uma tarefa de convencimento, que as pessoas vão se apaixonando aos poucos, acho que tem um caminho... Se a gente conseguir convencer uma safra de dirigente sindical de que esse caminho é possível, se eles não conseguirem ver a escola como gasto, mas como investimento político, como investimento que depois tem retorno na própria organização, de que teremos muito mais pessoas capazes de fazer intervenção, de mobilizar, então essa é uma tarefa diária que o “Di Assis” tem feito”.* (Entrevistada Euci Ana da Costa Gonçalves, Secretária de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA).

Segundo este relato, observa-se que as experiências adquiridas pelo presidente da FETRAGRI em outras organizações sociais do campo favoreceu um olhar peculiar para desenvolver um trabalho de base estando na coordenação da ENFOC no Pará, lhe credenciando inclusive para o posto de presidente da federação. Esta entrevistada atribui à ascensão do Presidente da FETAGRI ao processo mobilizador da ENFOC, que veio das experiências que ele acumulou durante a sua trajetória na Região do Sudeste do Pará, tendo facilidade em dialogar, de envolver as pessoas, de respeitar as diferenças, de fazer uma formação de base para o fortalecimento da luta sindical. Alguns gargalos ainda persistem, há resistências por parte de alguns que não acreditam na força que tem a formação, que esta é



capaz de mobilizar, de contribuir para o processo de intervenção na realidade social por meio da formação de base, que pode ser a sustentação do movimento sindical.

*“Há uma exigência muito grande do processo formativo, de você saber, ter o aprofundamento necessário, ter a convicção necessária, que é uma regra pra quem tá dirigindo, pra quem é liderança, pra quem é direção, você ter a capacidade de falar e a capacidade de convencer as pessoas. A formação nunca tem um efeito imediato, ela é gradual, processual, ela é histórica, ela vai despontando, ela não é um bate-volta, ela é um bate que demora a voltar.”* (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI).

A formação ENFOC no Estado do Pará vem trabalhando na perspectiva do convencimento, do aprofundamento dos diferentes debates que envolvem o sindicalismo paraense, muito embora ela não consiga obter um efeito imediato.

Alguns aprendizados são visíveis a partir dos depoimentos explicitados abaixo.

*“Na ENFOC eu aprendi que tem como fazer a luta classista, de base, reivindicando direitos, muita coisa a ser feito ainda. Não é fácil quando se mexe com os grandes tubarões, mas não vamos desistir. A ENFOC é uma rede de informações, hoje nós discutimos a agricultura familiar, o que queremos e como continuar a luta. Na minha região, o dendê tá forte e dendê é monocultura. Nós defendemos a agricultura familiar que é diversidade. Eu aprendi também a criticar, eu só sabia observar e não conseguia falar. Hoje eu falo, eu critico, eu dialogo. A participação da nossa juventude nos encontros mudou, aumentou. Temos mais conhecimento em dialogar com o poder público, de saber o caminho. A gente tem mais acesso hoje dentro da federação.”* (Entrevistada Ducilene Gaspar, Vice-presidente e Secretária de Formação do STTR de Tailândia/ Vice-Coordenadora da FETAGRI Regional Guajarina)

A motivação para a condução da luta classista, a reivindicação de direitos, a defesa de projetos, o exercício da crítica e autocrítica, do diálogo, a capacidade de se expressar são elementos de aprendizados individuais e coletivos gerados a partir do trabalho desenvolvido pela ENFOC. “A formação te oportuniza rever suas práticas, é como se fosse um espelho, você olha o que é, o que você está fazendo e também reflete sobre o que seria melhor. Quem passa pela escola não volta mais a ser o mesmo” (Entrevistada Dorenice Flor da Cruz, Secretária Geral da CONTAG).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na materialização das turmas no Estado do Pará, algumas dificuldades se apresentaram: a dificuldade no processo de comunicação devido ao tamanho territorial do Pará, alguns sindicatos tiveram dificuldade em sistematizar as atividades da escola que iam se desenvolvendo e a falta de recursos financeiros para arcar com as despesas da formação.

Existem dirigentes que acreditam que a formação fomentada pela ENFOC deveria ter outro eixo. “Hoje a leitura que eu tenho é que um dos desafios dos processos formativos é a elaboração e um roteiro que foque em resultados econômicos” (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI). A perspectiva da formação desenvolvida pela ENFOC não é profissionalizante, e esse aspecto tem sido questionado por alguns dirigentes que acreditam que esta formação deveria contribuir para que os agricultores pudessem “mudar de vida”, melhorar suas produções, melhor gerenciar a comercialização, ter noções de gestão, com assistência técnica, etc. Contudo, a ENFOC desde o seu nascimento traz outra proposta e concepção, trabalha na perspectiva de formação política, do empoderamento, da mudança de práticas. Isso não significa dizer que o trabalhador não possa melhorar suas condições de vida por meio da ENFOC, até porque já se constatou muitos resultados positivos a partir do trabalho de GES, que incide na melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Mas, a ENFOC é uma ferramenta para se discutir um conjunto de temas que envolvem a realidade sindical, uma ferramenta para se estabelecer algumas orientações no interior do movimento.

A ENFOC parte da autocrítica das práticas realizadas no movimento sindical. Trabalha no sentido de propor alternativas aos comportamentos considerados nocivos ao desenvolvimento político da organização.

A reprodução de conteúdos em alguns cursos municipais tem sido uma prática questionada, pois a ideia da ENFOC não é a reprodução de temas e conteúdos, e sim, construir o conhecimento a partir da realidade em que os trabalhadores estão, é isso que pode enriquecer o processo formativo, a construção dialogada com o contexto social dos educandos. Esse aspecto fica evidente no depoimento deste dirigente sindical “acho que você não pode reproduzir um roteiro como se fosse um papagaio, que você vai reproduzindo tal qual.” (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI).

Outro aspecto evidenciado é com relação aos debates, atentando para não apresentar conhecimentos como se fossem verdades absolutas, porque ao invés de libertar, engessa e molda. “Porque não colocar o contrário para falar? convidar o vereador do partido de direita para ele falar e ouvir. A gente foi com toda a nossa caixinha do conhecimento, tentando emplacar tudo”. (Entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, Secretário de Administração e Finanças da FETAGRI).

Essa foi uma crítica feita aos processos de multiplicação dos cursos nos municípios e regionais, em que se tornaria interessante, ao realizar os cursos, convidar pessoas que pensam o contrário, como por exemplo, o vereador de que defende o agronegócio, aqueles que defendem o modelo de desenvolvimento em curso no estado, os defensores da monocultura, entre outros. Isso, na visão do entrevistado Carlos Augusto Santos Silva, enriqueceria os debates porque colocaria as diferentes visões para se contrastar.

Outro entrave está relacionado com o financiamento das atividades no Estado. O transporte acaba tendo um custo alto.

*“As atividades formativas da ENFOC deixaram de ser no hotel ou nas cidades. Hoje, elas são sempre praticadas em uma comunidade, seja ela estadual, da Região Norte ou municipal. No Pará, ela ocorre geralmente na beira do igarapé, no assentamento. Então, tirando o hotel, barateou bastante. Cada um tem sua rede e, no município, o pessoal tem arcado com a alimentação. Um exemplo disso foi em Rondon do Pará, fomos fazer uma formação lá e a Dona Tereza disse que a despesa iria ser por conta dela. Ela matou uma vaca, deu tudo. Isso acaba saindo barato e o pessoal também traz. Se a gente adota o processo de cada participante trazer um produto da roça, todo mundo terá alimento. Tem gente que paga sua própria passagem. Quando o sindicato é interessado ele arca com os custos. Quando a atividade é regional o sindicato arca com as despesas de transporte, então isso tem facilitado e o pessoal tem feito vaquinha também, muita gente na comunidade apoia. Às vezes, numa comunidade rural, um dá macaxeira, outro dá o arroz, feijão, galinha, ovo, junta tudo e faz (...) então acaba que as atividades são bancadas por esse meio. É verdade que tem que ter o dinheiro, mas se a liderança tiver relação na comunidade, elas bancam o alimento, e onde a gente faz esse processo a comunidade quer que a gente volte, porque envolve a comunidade.”* (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, Presidente da FETAGRI).

A hospedagem e a alimentação estão sendo pensadas a partir do que a comunidade e o sindicato oferecem e, isso, tem diminuído as despesas. Outro elemento interessante evidenciado por este entrevistado é o componente da solidariedade, da ajuda mútua, do sentimento coletivo, de querer que os processos formativos aconteçam, esse sentimento é perceptível.

Obviamente que esta escola não conseguiu atingir mudanças na mesma proporcionalidade que a escola propõe, mas já se visualizam muitas. Considero como desafio maior a consolidação dos GES nas comunidades rurais. Isso daria um salto de qualidade nas ações do movimento.

Como elementos positivos a ENFOC no Pará evidenciou as inovações metodológicas, as Jornadas Pedagógicas deram riqueza ao processo formativo porque conseguem articular o debate teórico com a realidade prática. As visitas pedagógicas, os diálogos, os trabalhos em grupo, a mística, a divisão de tarefas na condução das atividades, o respeito aos diferentes saberes, a perspectiva emancipatória através da educação popular privilegiando a construção coletiva do conhecimento, são aspectos considerados positivos para o desenvolvimento do processo educativo. Como resultado, houve um crescimento da participação das mulheres e juventude nos espaços de debate das organizações sindicais. Isso foi positivo porque está se democratizando os espaços a partir do pressuposto participativo. A ENFOC provou que é possível um modelo de educação em que as pessoas podem aprender juntas, no coletivo, partilhando saberes.

A ENFOC se apresenta como motivação para combater o comodismo presente no sindicalismo. Tem contribuído para que os dirigentes sindicais conheçam o seu verdadeiro papel. Tem sido uma oportunidade de aprendizado para a conquista de espaço e de direitos, sobretudo, tem se constituído em um despertar para a luta coletiva. É uma escola que trabalha de maneira interativa, fortalecendo os laços afetivos daqueles que participam do processo. Além do aspecto da renovação, apontou para a necessidade de processos mais participativos nas organizações sindicais. Foi um indicador que o GES pode ser um instrumento de fortalecimento da base sindical.

Obviamente que as mudanças operam no tempo de maneira lenta e gradual, mas estas estão postas na realidade sindical paraense. Apontou para a necessidade de horizontalizar as relações entre direção e base, superando a estrutura hierárquica que existe nas organizações sindicais, em que a figura do presidente é carregada de poder, sendo necessário combater o

centralismo das decisões, na construção de espaços democráticos, em que as pessoas possam participar das tomadas de decisões que envolvem a vida sindical.

De positivo, também elencamos o respeito ao ritmo de aprendizagem de cada um, nem todos aprendem e compreendem do mesmo jeito e na mesma intensidade. A estratégia de utilizar a realidade para vivenciar as práticas se constituiu em um laboratório de pesquisa para os participantes, o que gerou aprendizagens significativas.

*“O movimento para nós sempre foi a nossa escola. A escola dos trabalhadores. A maioria de nós trabalhadores não teve a oportunidade de sentar num banco de escola, mas sempre tiveram a oportunidade de participar dos movimentos e através deles, adquirimos conhecimentos. Através da ENFOC temos aprendido muito, ela nos mostra que somos capazes. A formação ensina a ser honesto, isso me chama atenção. Você no movimento não está representando você ou sua família, mas inúmeras pessoas, inúmeras famílias, um coletivo. Formação ensina você a não pode perder a credibilidade, os seus princípios, a sua dignidade, o respeito com o movimento”.* (Maria Rosa Silva Almeida, Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da FETAGRI, depoimento coletado por ocasião da III Turma Estadual da ENFOC).

Portanto, a formação no Estado adquire dimensão coletiva, construtiva e participativa. A ENFOC se traduz em lugar de esperança, de cultivar sonhos, de fortalecer a luta. É espaço de estreitar relações, favorece o exercício de novas práticas, sobretudo, é lugar que desperta a crença de que é possível construir uma sociedade alternativa.

A formação sindical por meio da ENFOC no estado do Pará apresentou elementos que a diferenciou de outros estados, por sua capacidade em desenvolver cursos no estado em níveis regional, microrregional e municipais. Ela foi construída com o desafio de juntar saberes, histórias, trajetórias de vida, lutas, sonhos, conquistas, trocar experiências e vivências, e ser um espaço de diálogo, de partilha, de olhar para as especificidades dos sujeitos, de refletir os desafios colocados na realidade paraense e, com isso, fortalecer a organização e ação sindical no estado. Realizou os cursos como propôs e, foi além, construiu outras metodologias pedagógicas como as Jornadas Pedagógicas, traduzindo-se em um jeito diferente de fazer formação tendo em vista aproximar teoria e prática, momentos de vivenciar as diferentes realidades, refletir e debater sobre elas, problematizando-as e, construindo proposições e alternativas.

A ENFOC no Pará, a partir dos dados constatados, se traduziu em um espaço capaz de questionar a prática individual e coletiva dos sujeitos, dirigentes e lideranças sindicais. “Tocou na ferida” como diz o ditado popular, promoveu debates em torno das discussões ligadas ao tempo de permanência de dirigentes nos cargos sindicais. Promoveu diferentes debates importantes sobre o exercício da ética, da democratização dos espaços da estrutura sindical, do nepotismo, do autoritarismo, do assédio moral, da centralização do poder. Esse debate gerou no seio do movimento sindical paraense muito desconforto, muitas crises, porque em certo momento, a ENFOC passou a ser considerada um problema, por justamente fomentar o debate sobre questões polêmicas, o que conseqüentemente refletiria em mudanças reais como a renovação de lideranças nos cargos dos sindicatos e federação.

Em se tratando do movimento sindical que é um espaço que envolve forte disputa pelo poder, qualquer ação, sobretudo a formativa, gera crises, por promover a reflexão e a problematização da própria condição de vida de cada um. Forma para a “leitura de mundo”, isto é, como educação libertadora. Passando de um olhar ingênuo para um olhar crítico sobre a realidade.

Constatamos que esta escola no Estado se constitui em um elemento motivador da ação sindical e, sobretudo, de mobilização. Incentivou a renovação nos cargos sindicais, alguns egressos da ENFOC no estado se tornaram presidentes e diretores de sindicatos e, até mesmo vereadores (cito o caso de um aluno da ENFOC do STTR de Santa Luzia do Pará, tornou-se vereador motivado pela ação da escola). Outros ocuparam cargos na própria federação, cito o Secretário de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente, Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade, Secretário Geral e de Juventude, todos egressos de cursos da ENFOC.

A ENFOC no Pará apontou para a necessidade de fortalecimento da base sindical, a partir de um trabalho intensificado de aproximação das lideranças junto à base (comunidades, vilas, assentamentos, sítios).

Apontou para a necessidade de construção de relações democráticas e participativas no interior do movimento, combatendo a vitaliciedade em cargos sindicais. Evidenciou que é possível o exercício de novas práticas sindicais, possibilitando o “surgimento de lideranças alternativas” (DEMO, 2009, p.156).

Esta escola segue acreditando ser um instrumento de mobilização da base, de construção de um sindicalismo democrático, libertador e classista, que estimula a crítica e a

autocrítica. A forma dinâmica, coletiva e participativa tem possibilitado a interação e a criação de laços afetivos entre os participantes, gerando aprendizagens significativas e contextualizadas.

Portanto, a ENFOC se apresenta como um instrumento que orienta caminhos e cultiva sonhos de mudanças nas práticas daqueles que compõe o universo sindical.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Belém, UFPA, 2007.
- ARAÚJO, George Pedro Barbalho. **Ligas Camponesas: Formação, luta e enfraquecimento**. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, Maceió-Alagoas, Recanto das Letras, 2010.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.
- BECKER, Howard S. **Observação social e estudos de casos sociais**. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. **O que é educação**. SP, Ed. Brasiliense, 2007.
- CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Projeto Político e Pedagógico**. Brasília, DF, CONTAG, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Formação**. Brasília, DF, CONTAG, 2008.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 6ª Edição. – São Paulo, Cortez, 2009.
- DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens** / Norman K. Denzin, Yvonna S. Lincoln; tradução Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
- D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- ENFOC - Escola Nacional de Formação da Contag. **Ação sindical e desenvolvimento rural sustentável solidário**. Caderno ENFOC nº 1, Brasília, CONTAG, 2009.
- FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961-1966) – Campinas, Autores Associados, 2006**.
- FETAGRI, Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Estado do Pará. **Relatório do I Jornada Pedagógica da ENFOC: III Turma Estadual de Formação da ENFOC**. Mojuí dos Campos, FETAGRI, 2012.



\_\_\_\_\_. **Organização Sindical do MSTTR Paraense: avanços, entraves e desafios.** Documento interno elaborado pela Secretaria Geral, Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA em preparação ao seu 8º Congresso, Belém, FETAGRI, 2013.

\_\_\_\_\_. **Documento Base do 8º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará: A FETAGRI, Rumo ao cinquentenário.** Belém, 2013.

\_\_\_\_\_. **Histórico da FETAGRI-PA.** Belém, FETAGRI, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 1921-1997. 14ª Ed. Rev. Atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 50ª ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e prática em educação popular.** Petrópolis, Vozes, 2001.

FRITZEN, Sérgio José. **Mística do Movimento Sindical.** (texto trabalhado nos cursos da ENFOC, s/a).

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Regina Leite. **Aprendendo com os movimentos sociais.** Regina Leite Garcia (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social.** São Paulo, Cortez, 2010.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira: camponato e sindicalismos no Sudeste Paraense.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sindicatos Patronais rurais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará: Novas estratégias de representação política.** Belém, NAEA, 1999.

GUERRA, G. A. D.; MARIN, R. E. A. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais: o caso do Pará. **Cadernos do CEAS.** Salvador, CEAS, 1990.

HAGE, S.M. **Escolas Itinerantes.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural.** São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. **A História dos Movimentos Sociais do Campo**. Caderno Pedagógico Educandas e Educandos. Brasília, MEC, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

RAMOS, Carolina. **CONTAG**: distantes abordagens e base social. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, ANPUH, 2011.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, Maria do Socorro. **Da Raiz à flor**: Produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. Caderno Pedagógico Educandas e Educandos.- Brasília: MEC, 2008.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém, NAEA, 2002.

TAVARES, Ricardo. **Contag, da ditadura à transição** – memória social e construção política do campesinato. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro-RJ, 1992.

**ANEXO**

## Anexo A - Roteiro de Entrevista

### LIDERANÇAS E DIRIGENTES SINDICAIS

Data:

Nome do entrevistado (a):

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Regional:

Município:

Cargo que ocupa no MSTTR:

### Questões

1. Como você compreende o processo de formação desenvolvido pela ENFOC?
2. O que se espera da ENFOC no Pará?
3. Em sua opinião, que aprendizagens a ENFOC no estado produz na vida daqueles que participam dos processos formativos?
4. A ENFOC no estado tem debatido a respeito de práticas sindicais? Se sim, que práticas são essas? Você consegue observar mudanças quanto a esses aspectos?
5. Como você considera a questão da renovação de lideranças em cargos das organizações sindicais?
6. Relações de concentração de poder, dominação, clientelismo, autoritarismo e assédio moral se fazem presentes em todos os setores da sociedade. Essas práticas se fazem presentes no movimento sindical? De que forma? O que há de positivo e negativo nessas práticas? Elas interferem no MSTTR?
7. Como a formação sindical desenvolvida pela ENFOC no Estado tem sido vista?
8. Você acha que a ENFOC contribui para promover as relações democráticas e participativas? Como?
9. Quais os avanços e contribuições observados no Pará, quanto à atuação da ENFOC?
10. Qual a importância do GES? Como esses grupos estão se estruturando no estado? Que de positivo e de negativo tem encontrado para sua efetivação?
11. Quais os elementos de positivities e de fragilidades da ENFOC no Pará?